



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
CURSO DE MESTRADO ACADÊMICO EM PSICOLOGIA

MARCELA LOBÃO DE OLIVEIRA

**“VOCÊ ESTÁ ACOSTUMADO A UMA ROTINA E DE REPENTE AQUILO É
CORTADO”**: Repercussões da Aposentadoria na Subjetividade de Professores da
Universidade Federal do Maranhão

São Luís

2018

MARCELA LOBÃO DE OLIVEIRA

**“VOCÊ ESTÁ ACOSTUMADO A UMA ROTINA E DE REPENTE AQUILO É
CORTADO”: Repercussões da Aposentadoria na Subjetividade de Professores da
Universidade Federal do Maranhão**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do
Título de Mestre do Programa de Pós-Graduação em
Psicologia da Universidade Federal do Maranhão, área de
concentração: Trabalho, Saúde e Subjetividade.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Carla Vaz dos Santos Ribeiro.

São Luís
2018

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Oliveira, Marcela Lobão. Você está acostumado a uma rotina e de repente aquilo é cortado: Repercussões da Aposentadoria na Subjetividade de Professores da Universidade Federal do Maranhão / Marcela Lobão Oliveira. - 2018.
89 f.

Orientador(a): Carla Vaz dos Santos Ribeiro.
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Psicologia/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2018.

1. Aposentadoria. 2. Docente do ensino superior. 3. Subjetividade. I. Ribeiro, Carla Vaz dos Santos. II. Título.

MARCELA LOBÃO DE OLIVEIRA

**“VOCÊ ESTÁ ACOSTUMADO A UMA ROTINA E DE REPENTE AQUILO É
CORTADO”:** Repercussões da Aposentadoria na Subjetividade de Professores da
Universidade Federal do Maranhão

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do
Título de Mestre do Programa de Pós-Graduação em
Psicologia da Universidade Federal do Maranhão, área de
concentração: Trabalho, Saúde e Subjetividade.

Aprovada em _____

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Carla Vaz dos Santos Ribeiro (Orientadora)
Universidade Federal do Maranhão

Prof^a. Dr^a. Denise Bessa Leda
Universidade Federal do Maranhão

Prof^a. Dr^a. Jacira do Nascimento Serra
Universidade Federal do Maranhão

Ao meu pai, exemplo de envelhecimento feito de transformações. Em sua aposentadoria descobriu a arte de ensinar e aprender.
À minha filha Emanuelle e ao meu esposo Lúcio, que souberam entender as minhas ausências durante essa trajetória.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é um ato de reconhecimento. Pessoas que marcaram essa trajetória com suas contribuições devem ser reconhecidas.

Em primeiro lugar cito a professora Carla Vaz dos Santos Ribeiro, que foi de extrema importância para este percurso. Sempre muito pontual, responsável e segura em suas orientações. Trouxe uma riqueza de conhecimentos e mostrou-me como se conduz a educação. Com certeza, é uma das docentes da minha graduação que tenho e terei guardada em minha memória. Fui orientada por essa Doutora com firmeza em suas colocações e carinho nos momentos difíceis.

Aos docentes entrevistados que se dispuseram a compartilhar suas trajetórias profissionais, suas histórias de vidas com a aposentadoria. Nestes diálogos, aprendi que ao envelhecer é preciso continuar os planos, e que o trabalho vai bem além de atuar em uma instituição. Fica a certeza que escolhi certo a área de atuação em Psicologia, trabalhando junto a pessoas que envelheceram.

À professora Denise Bessa Leda, que participou do exame de qualificação, com o mesmo rigor, presente em suas produções e atuação como docente. Em especial, à professora Jacira do Nascimento Serra que, prontamente, respondeu ao convite para participar do exame de qualificação e dessa banca examinadora. Admiro-a como professora e como Geriatra.

Aos professores Almir Ferreira da Silva Junior, Ramon Luis de Santana Alcântara, Jena Hanay Arqujo de Oliveira, Tadeu Gomes Texeira, Isalena Santos Carvalho, Wellington Amorim, Yldry Souza Ramos Queiroz Pessoa, Jean Marlos, Maria de Nazaré Pereira da Costa e Cristianne Almeida Carvalho, o meu agradecimento pela honra de tê-los como docentes nesse importante momento de minha vida acadêmica.

Às minhas amigas e companheiras de mestrado e trabalho na Faculdade Pitágoras, professoras Fabiana Moreira Lima e Ana Flavia Carvalho Moura, com quem dividi leituras e discussões, dificuldades em conciliar a vida de professora, mãe e aluna. Certeza que nossa parceria continuará além dos frutos acadêmicos.

À graduanda e parceira de grupo de estudos Luiza Mariana de Sousa, pelo trabalho desenvolvido nas transcrições de algumas entrevistas.

Aos demais parceiros do grupo de estudos em aposentadoria da UFMA: Brenda, Luiza Castro, Caroline, Josimar Mendonça, Ana Flavia e Valéria, pelas preciosas discussões.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMA que, principalmente no ano de 2016, dividi anseios, dúvidas e questionamentos próprios de início de

curso. Conviver com vocês foi de extremo aprendizado. Cada um em suas buscas e com temas tão expressivos, que contribuirão de maneira salutar à nossa comunidade.

À amiga Vera Giusti, pela caprichosa revisão da Norma Culta.

À revisora Consuelo Schliebe, pelo cuidadoso exame das Normas ABNT.

Aos meus amigos e familiares pela força de sempre.

“Viver é envelhecer, nada mais. A velhice é a paródia da vida.”

(Simone de Beauvoir).

OLIVEIRA, Marcela Lobão. **“Você está acostumado a uma rotina e de repente aquilo é cortado”**: Repercussões da Aposentadoria na Subjetividade de Professores da Universidade Federal do Maranhão. 2018. 89 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Maranhão, 2018.

RESUMO

Esta pesquisa trata de analisar as repercussões da aposentadoria na subjetividade de professores inativos da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), e tem como objetivos específicos: identificar as possíveis repercussões da aposentadoria na vida familiar a partir da visão do próprio professor aposentado; analisar as vivências de prazer e sofrimento psíquico do professor aposentado da UFMA na condição de servidor inativo; e compreender o possível preconceito etário e o sofrimento psíquico do professor aposentado na condição de servidor inativo. Adota a proposta teórico-metodológica apoiada na abordagem conceitual da Psicodinâmica do Trabalho, priorizando as seguintes categorias: estratégias de mediação, reconhecimento, prazer e sofrimento. Outro referencial teórico utilizado neste estudo é o da Psicologia Sócio-Histórica, com base no referencial do Materialismo Histórico-Dialético, visto que o fenômeno psicológico está vinculado a uma realidade social, econômica e cultural. Para conhecer e estudar as repercussões da aposentadoria na subjetividade é preciso entendê-la como um pressuposto objetivo produzido por sujeitos e compreender que as ideias e conhecimentos produzidos social e historicamente orientam as ações dos homens e os transformam. Durante o percurso laboral, o trabalhador constrói o sentido de vida diante de situações de prazer e sofrimento. Vincula-se à noção de trabalho como tempo produtivo e a noção de aposentadoria como tempo do não trabalho. A sociedade atual valoriza o que é produtivo, útil, atrelado à produção e ao consumo, o que leva o idoso a tornar-se invisível em suas vontades, a ser tutelado, estereotipado e visto como um sujeito sem direitos. A concepção da velhice no mundo ocidental contemporâneo está vinculada aos conceitos de inutilidade e peso social, podendo levar àqueles que envelhecem a sofrerem preconceito e discriminação. O estudo constitui-se de uma pesquisa bibliográfica e empírica, com seis professores aposentados por tempo de contribuição previdenciária e idade que não voltaram a trabalhar na docência do ensino superior. Trata-se de um estudo qualitativo, que teve como instrumento de coleta de dados uma entrevista semiestruturada e para análise de dados utilizou-se da Análise Crítica do Discurso (ACD) a partir de Fairclough. O discurso trazido pelos docentes na trajetória profissional se constitui a partir de um produto social e cultural que, por sua vez, atinge diretamente as atividades, as relações sociais e a subjetividade dos professores aposentados. Dedicar-se atenção ao preparo para a entrada no mundo do

trabalho, mas não a mesma preocupação quando se fala do momento de ruptura do percurso laboral. Existem maneiras individuais de lidar com essas exigências e nem todos conseguem vivenciar este fato de maneira prazerosa e tranquila. Há reflexão sobre relevância de realização de estudos que visem identificar os modos de enfrentamento diante da aposentadoria. O trabalhador aposentado pode manter a vitalidade, a autonomia, o prazer e atenuar as vivências de sofrimento.

Palavras-chave: Aposentadoria. Docente do ensino superior. Subjetividade.

OLIVEIRA, Marcela Lobão. **“You are accustomed to a routine and suddenly that is cut off”**: Repercussion of Retirement on Maranhão Federal University Professors Subjectivity. 2018. 89 p. Dissertation (Master Degree in Psychology) - Maranhão Federal University, 2018.

ABSTRACT

This paper refers to the repercussion of retirement on subjectivity of inactive Federal University of Maranhão (UFMA) professors and has specific objectives, to identify the possible repercussions of retirement in the family life, looking from the eye of the own retired professor; to analyze the pleasure experiences and the psychic suffering of the retired UFMA professor, in the condition of inactive public servant and understand the possible age prejudice and the psychic suffering of the retired professor in the condition of inactive public servant. It adopts the theoretical-methodological proposal based on the conceptual approach of the Psychodynamic of Work, prioritizing the following categories: mediation strategies, recognition, pleasure and suffering. Another theoretical reference used in this study is the one of Social-Historic Psychology based on the reference of the Materialism Historic-Dialectical, once, the psychological phenomenon is linked to a social, economical and cultural reality. To know and study the repercussions in the subjectivity is necessary to understand it as an objective assumption produced by people and understand the ideas and knowledges produced, social and historically, guide the human actions and transform them. During the labor life, the worker builds the life sense toward the situations of pleasure and suffering. It is connect the notion of working with productive time and the retirement with the time of no work. The nowadays society valorizes what is productive, useful, connect with the production and consume, what makes the elderly invisible on their wishes, to be tutelaged, stereotyped and seen as a person with no rights. The elderly conception on Western world nowadays is linked with uselessness and social weight, could lead the ones who gets old to suffer with prejudice and discrimination. This study was made based on an bibliographic and empiric research made with six retired, by the contribution time to the pension fund and age, professors, that did not return to teaching at university. This is a qualitative study, that used as a data base collector a semi structured interview and to data analyses used the Discourse Critic Analysis (DCA) from Fairclough. The discourse brought by the professores on the professional lifetime it is made of social and cultural product that direct impacts the activities, the social relationships and the subjectivity of the retired professors. There is a preparation to enter the working world, but not the same concern when the matter is the stop of labor life. There are individual ways to deal with that demands and not everyone can

face these facts in a pleasure and calm way. There are reflections about the relevance of studies made that aim to identify the ways of facing the retirement. The retired worker can keep the vitality, the authonomy, the pleasure and attenuate the suffering experiences.

Keywords: Retirement. University Professor. Subjetivity.

LISTA DE QUADRO

Quadro 1 Dados referentes aos entrevistados na pesquisa.....	20
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABVD	Atividades Básicas de Vida Diária
ACD	Análise Crítica do Discurso
AIVD	Atividades Instrumentais de Vida Diária
AVD	Atividades de Vida Diária
CAAE	Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
FUM	Fundação Universidade do Maranhão
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
ILPI	Instituição de Longa Permanência do Idoso
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MEC	Ministério da Educação
MPAS	Ministério da Previdência e Assistência Social
MPS	Ministério da Previdência Social
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organizações das Nações Unidas
PPA	Programas de Preparação para Aposentadoria
SBGG	Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia
SESC	Serviço Social do Comércio
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UNESCO	Organização para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	TRABALHO E SUA CENTRALIDADE NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.....	23
2.1	Trabalho na construção da subjetividade: mobilização subjetiva e reconhecimento.....	28
2.2	Possibilidades de resignificação do sofrimento na vivência da aposentadoria.....	35
3	ENVELHECIMENTO POPULACIONAL NO MUNDO E NO BRASIL: Desafios da condição de inatividade.....	48
4	O DOCENTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO E A APOSENTADORIA.....	58
4.1	O docente inativo e o reencontro familiar: conquistas e desafios.....	67
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
	REFERÊNCIAS.....	78
	APÊNDICES.....	85
	ANEXOS.....	88

1 INTRODUÇÃO

Este estudo integra um projeto de pesquisa maior sobre aposentadoria desenvolvido por um grupo de pesquisadores na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), cujo objetivo visa analisar as repercussões do processo de aposentadoria na subjetividade de docentes de ensino superior. Tal projeto se divide em três subgrupos, que estudam momentos diferentes da aposentadoria dos docentes da UFMA, a saber: 1) professores inativos que não voltam a trabalhar na docência do ensino superior; 2) professores inativos que voltam a trabalhar na docência do ensino superior de maneira voluntária, e; 3) professores com direito adquirido para aposentadoria, mas que permanecem trabalhando. Inserido no seio deste projeto maior, este estudo visa analisar as repercussões da aposentadoria na subjetividade de professores inativos da UFMA que não voltam a trabalhar na docência do ensino superior.

Desse modo, a pesquisa adota a proposta teórico-metodológica, apoiada na abordagem conceitual da Psicodinâmica do Trabalho, com prioridade às seguintes categorias: estratégias de mediação, reconhecimento, prazer e sofrimento. Outro referencial teórico também utilizado é o da Psicologia Sócio-Histórica, com base no referencial do Materialismo Histórico-Dialético, visto que o fenômeno psicológico está vinculado a uma realidade social, econômica e cultural.

Segundo Bock, Gonçalves e Furtado (2001), para se compreender a construção de um fenômeno psicológico, a Psicologia necessita trazer para seu âmbito a realidade social, ou seja, uma vez estudado o mundo psicológico, este levará a uma compreensão mais alargada do mundo social. Identifica-se, assim, que há uma articulação entre a Psicodinâmica do Trabalho e o Materialismo Histórico-Dialético quando se pensa nas repercussões do trabalho e o sentido dado a ele neste percurso histórico e socioeconômico.

Nesse sentido, durante o percurso histórico as diferenças foram sendo vistas e naturalizadas, inclusive pela Psicologia, como individuais, esquecendo a origem social das diferenças. A Psicologia, como outras ciências, classificou, diferenciou, discriminou e estigmatizou o ser humano (BOCK; GOLÇALVES; FURTADO, 2001). Em suma, o desenvolvimento do homem e da sua subjetividade só é possível porque o mesmo está inserido em uma sociedade na qual as atividades instrumentais e as relações sociais direcionam e podem trazer a possibilidade de transformação de suas realidades.

Na concepção Sócio-Histórica:

[...] as leis da história são as leis do movimento de transformação constante, que tem por base a contradição; portanto, não são leis perenes e universais, mas são leis que se transformam; não expressam regularidade, mas contradição (visão dialética); nesse sentido, as leis que regem a sociedade e os homens não são naturais, mas históricas; não são alheias aos homens, porque são resultados de sua ação sobre a realidade (trabalho e relações sociais) (BOCK; GONÇALVES; FURTADO, 2001, p. 34).

Assim, para conhecer e estudar as repercussões da aposentadoria na subjetividade é preciso entendê-la como um pressuposto objetivo produzido por sujeitos, ou melhor, é preciso compreender que as ideias e conhecimentos são produzidos social e historicamente, e, por sua vez, orientam as ações dos homens e os transformam.

Dessa forma, a aposentadoria como fruto de ideias sociais e históricas trouxe possibilidades para os que envelhecem após anos de trabalho. Agregou, ainda, a manutenção de uma renda para sobrevivência, contudo, como contradição instaurou a visão de inutilidade aos aposentados.

A aposentadoria foi implementada em 1889, na Alemanha, visando atender às reivindicações socialistas na época. Já no Brasil, a primeira lei da aposentadoria data de 1923, e teve como intuito proteger os interesses dos ferroviários e, depois, outras classes de trabalhadores. Portanto, essas políticas cobriram apenas algumas poucas categorias de trabalho.

Levando em consideração algumas orientações da Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, ocorrida em Viena em 1982, e com a Constituição de 1988, outras categorias de trabalho foram beneficiadas com a aposentadoria. Desta forma:

[...] foi introduzido o conceito de seguridade social, fazendo com que a rede de proteção social deixasse de estar vinculada apenas ao contexto estritamente social-trabalhista e assistencialista e passasse a adquirir uma conotação de direito de cidadania (CAMARANO, 2016, p. 22).

O envelhecimento populacional no Brasil é uma conquista que modifica a participação dos idosos na vida econômica e, consequentemente, nas relações políticas e sociais. Para Giacomini (2012), o aumento da população que envelhece traz consequências sociais no que se refere à manutenção ou reprodução das desigualdades sociais.

Resulta que na seguridade social existe um aumento da população considerada inativa e há redução de pessoas ativas ou produtivas. Há um maior número de pessoas usufruindo da aposentadoria por mais tempo, o que, contraditoriamente, pode ocasionar um descompasso nas contas públicas e uma ameaça a esta conquista do trabalhador brasileiro.

Considerando o que foi argumentado até aqui, justifica-se discutir sobre a aposentadoria e suas repercussões na subjetividade dos “velhos” trabalhadores. A partir da construção dos objetivos desta pesquisa, entende-se a relevância do trabalho como um dos grandes alicerces da formação do sujeito. Contudo, a constituição do sentido do trabalho para o indivíduo depende não somente da sua subjetividade, mas, também, das condições socioeconômicas presentes.

As percepções do trabalhador, de acordo com Ferreira e Mendes (2003), são modificadas pelas situações laborais, e resultam em uma subjetividade no trabalho que, por sua vez, podem gerar prazer e/ou sofrimento ao serem compartilhadas por um grupo de trabalhadores. Com isso, é possível afirmar, a partir dos referenciais apresentados, que o sujeito transforma o trabalho e, também, é transformado por ele.

Durante o percurso laboral, o trabalhador constrói o sentido de vida diante de situações de prazer e sofrimento. Vincula-se, portanto, duas noções: a primeira, a do trabalho como tempo produtivo; e a outra, da aposentadoria como tempo do não trabalho que, segundo Faria e Ramos (2014), deve ser reorganizado.

Sucedese que, com o capitalismo, houve o desenvolvimento de uma perspectiva de centralidade do trabalho na sociedade contemporânea, mas a ausência da atividade laboral pode se instaurar, também, com o desemprego, com o afastamento por adoecimento e, ainda, com a aposentadoria.

Sabe-se que a aposentadoria, em geral, traz repercussões financeiras em um país, e é um dos fenômenos descritos por Gunther (2009) e Stuart-Hamilton (2002) como o de maior repercussão subjetiva e de transformações nas relações familiares e sociais para quem, além de não mais ter o trabalho, envelhece, pois o aposentado passa por mudanças biológicas e psicossociais.

Conforme a visão Sócio-Histórica, medidas atitudinais e estereótipos relacionados à velhice vão sendo introduzidos como sinônimo de fragilidade e inutilidade. Como debate Faleiros (2012), o impacto da falta de preparação de estruturas sociais e subjetivas que envolvem o envelhecimento acaba estimulando a visão negativa, e passa a legitimar o idoso como sendo um segmento à parte da sociedade, por possuir fragilidades e vulnerabilidades.

A sociedade atual valoriza o que é produtivo, útil, atrelado à produção e ao consumo, o que leva o idoso a tornar-se invisível em suas vontades, a ser tutelado, estereotipado e visto como um sujeito sem direitos. A concepção da velhice no mundo ocidental contemporâneo está vinculada aos conceitos de inutilidade e peso social; podendo levar àqueles que envelhecem a sofrerem preconceito e discriminação.

Contudo, faz-se o seguinte questionamento:

[...] é improvável que as pessoas mais velhas se encaixem nos nichos estabelecidos pelas expectativas sociais com a mesma disposição das coortes anteriores [...]. Da mesma forma, se as gerações mais jovens não modificarem os costumes sociais para cuidar melhor dos mais velhos, os mais velhos acabarão fazendo isso eles mesmos [?] (STUART-HAMILTON, 2002, p. 188).

Somente é possível entender o homem em sua relação com a sociedade, é o que afirma Lane (1981). Logo, refletir sobre o envelhecimento, a aposentadoria e suas repercussões, remete a pensar em conhecer como o homem se insere socialmente, como se torna agente histórico e como ele transforma a sociedade onde vive, e suas relações.

A partir destes pressupostos sociais e subjetivos, as pesquisas sobre o envelhecimento na atualidade começam a levantar questionamentos de como garantir a igualdade¹ e o desenvolvimento social atrelado às limitações e restrições impostas ao idoso. Começa-se a indagar sobre como garantir, conforme Silva (2015), a busca de crescimento pessoal, de ampliação e manutenção das relações interpessoais positivas no envelhecimento e, principalmente, da manutenção da autonomia para o idoso.

Porém, ainda grande parte das pesquisas acaba por estimular o olhar negativo para quem envelhece, rejeitando a existência das diferenças do “ser velho”. Faz-se necessário refletir se seria a velhice “mais uma representação social do que uma realidade psicossocial, já que a velhice e o ser do idoso são determinados pela visão do Outro” (SILVA, 2015, p. 65).

A Psicologia Sócio-Histórica tem contribuído de maneira significativa para estes e outros questionamentos acerca da construção social do envelhecimento e suas repercussões. Partindo da visão da aposentadoria como um fenômeno social, econômico e cultural, são feitos nessa pesquisa alguns questionamentos norteadores, a saber: Como os docentes aposentados do ensino superior estão vivenciando o afastamento da vida laboral após uma carreira de relativo reconhecimento? O docente inativo, que antes se encontrava engajado na organização do trabalho, estaria vivenciando mais sofrimento do que prazer em uma sociedade que valoriza o trabalho e desvaloriza o não trabalho? Que medidas protetivas seriam necessárias na sociedade que implicariam em novos olhares sobre a dinâmica do envelhecer? É possível favorecer uma vivência mais harmoniosa entre gerações após a aposentadoria?

¹ Preferiu-se utilizar o termo “igualdade” devido às críticas atuais em relação ao termo “equidade”. Com isso, neste trabalho, discute-se igualdade a partir da Psicologia Sócio-Histórica e não se tem a intenção de esgotar sua discussão, tampouco da polêmica em relação aos direitos dos idosos de acesso a direitos sociais.

Ao tentar responder algumas destas questões, depara-se com paradoxos. O homem é valorizado “no” e “pelo” trabalho, e quando envelhece recebe o “prêmio” do descanso e, assim, se retira da vivência laboral na qual passa em média 40 anos de sua história de vida. Por outro lado, ao se retirar da vida laboral é cobrado para se manter ativo. Com isso, surge o paradoxo: tem direito de se aposentar, mas, para ser aceito socialmente, tem que permanecer ativo.

E ativo significa, conforme Zanelli, Silva e Soares (2010), agregar fatores de bem-estar na aposentadoria, como boa qualidade do relacionamento familiar, a possibilidade de continuar tendo acesso à educação, ter segurança financeira, saúde física e mental, bem como buscar um envolvimento em atividades culturais e de lazer.

A aposentadoria é um dos acontecimentos que exige reorganização e aprendizados. Portanto, existem maneiras individuais de lidar com essas exigências, e nem todos os aposentados conseguem vivenciar este fato de maneira prazerosa e tranquila. Por isso, esta acaba sendo, para muitos, sinônimo de inatividade, e precisa ser pontualmente discutida como uma categoria pós-trabalho para garantir os mesmos direitos dos que estão no mercado de trabalho: a cultura, a cidadania, a moral e o respeito entre as gerações.

Contudo, na prática, a sociedade impõe à maioria das pessoas que envelhecem um nível de descaso e invisibilidade (BEAUVOIR, 1990). Com isso, estudos que pretendam analisar, identificar e conhecer como os aposentados lidam com as repercussões nesta fase do desenvolvimento humano são de grande relevância.

Por fim, esta pesquisa visa proporcionar, ainda, repensar oportunidades para um processo de transição mais benéfico e saudável entre o trabalho e a aposentadoria; e discutir novas possibilidades de conquistas e reconhecimento na sociedade; principalmente diante de outras gerações.

O pressuposto central desta pesquisa é de que as repercussões da aposentadoria na subjetividade são vivenciadas de maneira singular, e têm correlação com a história de vida e de trabalho de cada um.

Nesse sentido, elaboraram-se alguns objetivos específicos: identificar as possíveis repercussões da aposentadoria na vida familiar a partir da visão do próprio professor aposentado; analisar as vivências de prazer e sofrimento psíquico do professor aposentado da UFMA na condição de servidor inativo, e; compreender o possível preconceito etário.

Pretende-se, desta forma, articular os resultados das discussões do grupo de estudos sobre aposentadoria com docentes - descrito no início desta Introdução -, com a experiência de trabalho da mestranda com aposentados e, para aprofundamento e enriquecimento deste estudo,

aplicou-se uma pesquisa empírica com docentes aposentados da UFMA que não voltaram a trabalhar na docência do ensino superior.

Desse modo, para realização da pesquisa empírica foi realizado um levantamento do quantitativo de professores do ensino superior aposentados por tempo de contribuição previdenciária e idade. No primeiro momento fora solicitado, através de ofício encaminhado ao Departamento de Pessoal da Pró-reitora de Recursos Humanos da UFMA, o número total dos professores de nível superior aposentados da instituição e os meios de contatá-los. Os dados foram disponibilizados em julho de 2017, e havia um quantitativo de 599 professores aposentados por tempo de trabalho.

Assim, com os dados coletados, seguiu-se para a escolha de 06 sujeitos pesquisados, obedecendo-se aos seguintes critérios: ser aposentado como professor inativo - por tempo de contribuição previdenciária e idade - do ensino superior da referida instituição federal; ter idade a partir de 60 anos, considerando o Estatuto do Idoso; e estar afastado de atividade na área da docência do ensino superior no período mínimo de 6 meses e máximo de 15 anos.

Optou-se por fazer uma abordagem neste estudo de caráter qualitativo, visto ser a mais adequada aos objetivos e conteúdos propostos, e ter o foco na descrição dos atores que dela participaram. Segundo Turato (2005), o método qualitativo pode ser aplicado em estudos sobre “[...] o que é percebido e lembrado do que se viveu (experimentou, pensou), sobre sentidos desconhecidos do interjogo da vida, ou sobre significações não-ditas dos conhecimentos adquiridos e acumulados historicamente pelas pessoas ou grupos” (TURATO, 2005, p. 512).

Considerando, então, que a aposentadoria é uma vivência na história de cada sujeito após experiências adquiridas na trajetória laboral, o método escolhido está pautado na observação participante na qual a “interpretação das relações de significado do fenômeno, [a aposentadoria], como referido pelas pessoas” (TURATO, 2005, p. 511, grifo nosso).

Os princípios éticos dessa pesquisa estão baseados na Resolução nº 510/2016 que rege as pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Primeiramente, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFMA através da Plataforma Brasil, com aceite formalizado em novembro de 2017, após Apreciação Ética². Com a aprovação desse Comitê, os docentes, após concordância de participação, assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) (Apêndice A).

² Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) nº 69459217.4.0000.5087.

O contato inicial com os entrevistados se deu por indicação de outros professores da UFMA ou pessoas do convívio da mestrandia, que conheciam professores aposentados da Instituição que não estivessem exercendo trabalhos no ensino superior.

O recurso utilizado para este contato inicial consta de envio de *e-mail* ou de texto via *WhatsApp*, registrando os seguintes aspectos: apresentação da entrevistadora como mestrandia da UFMA, bem como sua orientadora; apresentação da pesquisa; justificativa da importância da participação daqueles que foram indicados; e, por fim, o agradecimento pela colaboração na participação da pesquisa.

Utilizou-se, como instrumento de levantamento de dados, entrevistas semiestruturadas (Apêndice B), realizadas entre o mês de novembro de 2017 e março de 2018, após a qualificação da pesquisa, considerando os locais estabelecidos por conveniência e melhor viabilidade para os professores.

As entrevistas foram registradas em programa de áudio, transcritas e analisadas. Para organização dos dados coletados houve uma escolha dos seguintes descritores: trajetória laboral; aposentadoria; momento da aposentadoria; repercussões da aposentadoria na vida familiar; satisfações e dificuldades diante da aposentadoria; e vida atual.

No Quadro 1 pode-se visualizar os dados referentes a sexo, idade, estado civil, tempo de aposentadoria, bem como quais atividades são desenvolvidas pelos professores após aposentarem-se da docência de ensino superior. Para cada um dos entrevistados atribuiu-se um nome fictício.

Quadro 1 - Dados referentes aos entrevistados na pesquisa

NOME FICTÍCIO	SEXO	IDADE	ESTADO CIVIL	TEMPO DE APOSENTADORIA	ATIVIDADES ATUAIS
Rodrigo	M	76 anos	Casado	6 anos	Trabalho Voluntário
Gabriel	M	78 anos	Casado	15 anos	Consultoria não remunerada
Maíza	F	68 anos	Casada	4 anos	Consultório de psicanálise
Luíza	F	73 anos	Casada	4 anos	Atividades físicas
Pedro	M	76 anos	Casado	5 anos	Ministra aulas de Línguas
Tereza	F	75 anos	Viúva	8 anos	Atividades de estimulações

Fonte: Dados da Pesquisa (2017, 2018).

Para análise de dados, nesta pesquisa utilizou-se a Análise Crítica do Discurso (ACD) a partir de Fairclough (2008). Conforme a ACD, a realidade social é construída através da linguagem para que se possa compreender a vida e a interação social a partir de um determinado contexto. A compreensão do mundo se dá pelos processos sociais que, por sua vez, são culturais e históricos. Para Fairclough (2008), o discurso é uma prática social e não

puramente individual, ou seja, o discurso apresentado por um indivíduo recebe reflexo de variáveis situacionais.

Quanto à utilização do método da ACD, neste observa-se que o discurso é uma prática social. Portanto, “[...] os discursos não apenas refletem ou representam entidades e relações sociais, eles se constroem ou as ‘constituem’; diferentes discursos constituem entidades-chave [...] de diferentes modos e posicionam as pessoas de diversas maneiras como sujeitos sociais” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 22).

A ACD estuda a linguagem como prática social, considerando o contexto no qual está inserida a linguagem. A mudança histórica é relevante para produzir um novo e complexo discurso (FAIRCLOUGH, 2008).

[...] o discurso é moldado por relações de poder e ideologias e os efeitos construtivos que o discurso exerce sobre as ideologias sociais, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e crença, nenhum dos quais é normalmente aparente relação aos efeitos de poder e às possibilidades de resistência, à constituição dos sujeitos sociais, seja aos valores sociais e culturais associados com os gêneros particulares, tal como o aconselhamento. Isso pode também ajudar a relacionar os enunciados gerais sobre a mudança social e cultural aos mecanismos e às modalidades precisas dos efeitos da mudança na prática (FAIRCLOUGH, 2008, p. 87-88).

A partir da análise do discurso de Fairclough (2008), compreende-se de maneira dialética a relação entre o discurso dado à aposentadoria e a sua construção social, ou seja, como ela é idealizada socialmente. O discurso trazido pelos docentes na trajetória profissional se constitui a partir de um produto social e cultural que, por sua vez, atinge diretamente as atividades, as relações sociais e a subjetividade dos professores aposentados.

Um ponto que cabe destacar foi a opção de apresentar os procedimentos metodológicos na introdução, o que possibilitou, desde o início do texto, uma articulação dialética entre os aspectos teóricos - resultantes da pesquisa bibliográfica - e os dados do campo, traduzidos nos discursos dos entrevistados, a fim de enriquecer a discussão do tema em questão.

Outra informação importante é que, quando transcritos, os relatos onde foram mencionados nome de familiares nas entrevistas, usou-se a opção por colocar apenas inicial do seu nome. De igual modo, optou-se por acrescentar as letras x, y e z quando citado nome de reitores, chefes de departamento, nome de outros docentes, departamentos a qual eram vinculados ou disciplinas lecionadas pelos entrevistados.

Considerando o conteúdo encontrado nesta pesquisa, elaboraram-se os capítulos, a saber: De início apresenta-se “Trabalho e sua Centralidade na Sociedade Contemporânea”, pois é o trabalho que torna o homem um ser social. O subtítulo “Trabalho na construção da subjetividade: mobilização subjetiva e reconhecimento” versa sobre quanto o trabalho é

essencial na construção da subjetividade e na realização do contexto social através de convivências, relacionamentos e reconhecimentos. Desta forma, no subtítulo “Possibilidades de ressignificação do sofrimento na vivência da aposentadoria”, discute-se quais são as possibilidades de ressignificação através de novos engajamentos quando há a ruptura da vida laboral, passando, assim, o aposentado a assumir o lugar do não trabalho na sociedade contemporânea.

No capítulo “Envelhecimento Populacional no Mundo e no Brasil: desafios da condição da inatividade” pontuam-se diversos dados demográficos sobre o aumento da longevidade e do número de idosos no Brasil e no mundo, bem como as políticas públicas, os desafios de ser idoso no Brasil e quem são as pessoas consideradas idosas. Discute-se, ainda, sobre os desafios de ser inativo perante a família e a sociedade.

No último capítulo “O Docente da Universidade Federal do Maranhão e a Aposentadoria” discute-se a carreira de “relativo reconhecimento” do docente do ensino superior e as repercussões do processo de aposentadoria principalmente, no que refere as conquistas e os desafios do reencontro familiar.

Retoma-se a importância e relevância desta pesquisa, uma vez que se dedica maior atenção ao preparo para a entrada no mundo do trabalho, mas não existe a mesma preocupação quando se fala do momento de ruptura do percurso laboral.

2 TRABALHO E SUA CENTRALIDADE NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

O entendimento do lugar ocupado pelo trabalho na vida de uma pessoa está atrelado ao entendimento das bases históricas que envolvem as transformações sofridas no mundo do trabalho. Falar de trabalho e, conseqüentemente, do não trabalho é falar de acontecimentos sócio-históricos. Neste capítulo, são apresentados alguns aspectos históricos de como o trabalho ganha uma nova perspectiva de centralidade na sociedade contemporânea, bem como de que maneira as transformações no mundo do trabalho levam às repercussões na subjetividade dos que trabalham e daqueles que não mais trabalham como, por exemplo, os aposentados.

O trabalho é uma categoria central da subjetividade e, conseqüentemente, está ligado aos processos de socialização humana (ANTUNES, 2009). Para compreender essa centralidade é necessário considerar a perspectiva sócio-histórica, bem como entender que “a organização real do trabalho é um produto das relações sociais” (DEJOURS, 2004, p. 33), com repercussões na subjetividade de cada trabalhador.

O conhecimento dos fenômenos humanos exige, de acordo com Gonçalves (2001), compreender as transformações do homem sobre a realidade em um processo que é histórico. E é nesse processo que o trabalho passa a ter centralidade na estruturação ontológica do sujeito como um ser social na sociedade contemporânea.

Dessa maneira, ao analisar o sentido que o trabalho tem na vida da pessoa, também pode se perceber o quão central ele é na vida dos indivíduos. Assim, a centralidade do trabalho refere-se ao grau de importância conferido ao trabalho durante a vida. Além disso, essa importância pode diferir entre as fases da vida do trabalhador, a chamada centralidade relativa do trabalho. Essa centralidade é influenciada por cada ciclo e mede a relação do trabalho com outros aspectos importantes da vida dos indivíduos (BITENCOURT et al., 2011, p. 37).

Fundamentada na Psicologia Histórico-Cultural de Vygotsky e no marxismo, a Psicologia Sócio-Histórica compreende a subjetividade enquanto experiência humana vivenciada em um contexto histórico, ou seja, os fenômenos psicológicos são resultados de mediações sociais, legitimando, assim, “visões de homem que justificam experiências subjetivas diversas e abrem espaço para elas” (GONÇALVES, 2001, p. 52). A historicidade, conforme Gonçalves (2001), determina o homem e o coloca diante de condições para inquietações e transformações.

Com o pensamento de Marx (2008), mais precisamente a partir dos “Manuscritos econômicos e filosóficos” (1982); a naturalização dos fenômenos humanos é questionada. O homem passa a ser entendido em um contexto de relações sociais. E é neste conjunto que se

apresenta a categoria trabalho, o qual transforma o homem que, por sua vez, passa a produzir objetos e ideias.

O trabalho é categoria central de análise da materialidade histórica dos homens porque é a forma mais simples, mais objetiva, que eles desenvolveram para se organizarem em sociedade. A base das relações sociais são as relações sociais de produção, as formas organizativas do trabalho (PIRES, 1997, p. 87).

O Materialismo Histórico e Dialético concebe o homem como ser ativo, social e histórico, mas é a realidade material que produz transformações “no” e “para” o homem. Para a Psicologia Sócio-Histórica, o fenômeno psicológico se desenvolve ao longo do tempo e perpassa, a partir daí, pela condição social, econômica e cultural.

Falar em fenômeno psicológico é obrigatoriamente falar da sociedade. Falar da subjetividade é falar da objetividade em que vivem os homens. A compreensão do “mundo interno” exige a compreensão do “mundo externo”, pois são dois aspectos de um mesmo movimento, de um processo no qual o homem atua e constrói/modifica o mundo e este, por sua vez, propicia os elementos para a constituição psicológica do homem (BOCK; GONÇALVES; FURTADO, 2001, p. 22).

A palavra “trabalho” vem do termo em latim *tripalium*, que significa instrumento utilizado para imobilizar animais de estatura. Contudo, ao longo dos períodos históricos o trabalho foi ganhando função social.

O trabalho como uma construção histórica é compreendido a partir da realidade concreta instaurada com o capitalismo, a qual rege as relações humanas através das relações de consumo. “A necessidade de se produzir mercadorias impõe aos homens uma participação na sociedade na forma de indivíduos, produtores e/ou consumidores de mercadorias” (GONÇALVES, 2001, p. 39). E é justamente na necessidade de produzir e consumir, que se pensa no homem que se movimenta e se transforma.

O trabalho nem sempre foi considerado com o mesmo sentido, valor e importância como na sociedade atual. Na sociedade antiga, tomando como exemplo a grega, o trabalho era realizado por escravos ou homens não livres, e quem trabalhava não tinha o *status* social e nem a importância de produção como concebido na modernidade.

Cabia o *status* àqueles que estavam envolvidos com o conhecimento, e segundo Bendassolli (2007), o trabalho era considerado um obstáculo ao desenvolvimento intelectual. “A ideia era que o trabalho manual (*labor*) cria laços de dependência entre os envolvidos, degradando a liberdade. Depender de outro homem, como por meio do recebimento de um salário, era sinônimo de prisão, de perda de liberdade” (BENDASSOLLI, 2007, p. 36).

O homem que concebia o trabalho como um fim em si mesmo, ou seja, visando a sua sobrevivência através do trabalho, era sem valor. Na Idade Média, a Igreja deposita no trabalho a cocriação. Ao homem cabia cuidar do que Deus criou como uma vocação agrícola e, portanto, diferindo da tradição greco-romana, a profissão dependia de cada um.

É no Renascimento que o trabalho, como pontuam Bendassolli (2007) e Padilha (2000), começa a ganhar a centralidade que teria na modernidade no que concerne o valor moral ao fazer humano: o *homo faber*. O homem passa a ser visto como o que sabe, ou seja, é capaz de produzir e criar instaurando, assim, o consumo. Somente a partir do Renascimento [o trabalho] tornou-se fonte de identidade e autorrealização humana (RIBEIRO; LÉDA, 2004). O consumo, por sua vez, depende da produção, que será retomado na concepção de Karl Marx.

Porém, no Renascimento não se tem o controle da produção como no período moderno e industrial. “O planejamento não é separado de sua execução; um é continuidade do outro” (BENDASSOLLI, 2007, p. 58), e visa gratificar o homem.

A Reforma Protestante instaura o trabalho do modo como é na concepção atual: o homem moral é aproximado do homem econômico. O homem que tinha vida ativa através do trabalho teria a salvação concedida por Deus. Desta forma, durante a Reforma Protestante, funda-se a visão moral do trabalho na qual o ócio era visto como fraqueza moral.

O asceticismo puritano, ao criar incentivos para o trabalho, punir a ociosidade, disciplinar o uso de prazeres e do tempo, treinar a habilidade de postergação e de contribuição com a comunidade por meio do desenvolvimento da própria vocação, moldou moralmente uma legião de trabalhadores que passara a ser cada vez mais necessária à industrialização (BENDASSOLLI, 2007, p. 67).

O fazer enaltece a moral e traz a valorização do homem perante a sociedade. Assim, desenha-se historicamente a necessidade de consumir aquilo que se produz, bem como os diferentes sentidos e significados que o trabalho passa a ter. O trabalho é concebido como uma construção de obrigação social, que dá *status* e, por conseguinte, pode viabilizar a realização pessoal. É nessa concepção de homem que ao longo da história transforma e é transformado, que o trabalho passa a ser constituinte da subjetividade (ANTUNES, 2009).

Para Marx (1982), o trabalho é produto da ação do próprio homem, ou seja, o trabalho é o próprio sujeito e objeto em uma relação dialética. As atividades humanas de construção social partem das relações de produção, uma vez que o homem modifica a si mesmo e, assim, também é transformado. Para Freitas (2013, p. 77), “o trabalho é o mediador entre o pensamento e ação”, reafirmando o conceito anunciado por Marx de que o trabalho é um processo contínuo de busca de possibilidades entre o ser social e a natureza.

Freire et al. (2017, p. 3-4) afirmam que é:

Nesse movimento de transformação recíproca, o trabalho converte-se em um dos principais elementos para o desenvolvimento da sociabilidade humana. Significa muito mais do que um ganho financeiro, pois é por meio do trabalho que o sujeito conquista um lugar na sociedade, contribuindo para o processo de constituição de sua subjetividade. Representa, ainda, uma significativa oportunidade de desenvolvimento das potencialidades humanas, atuando como uma importante fonte de autorrealização, de experiências psicossociais e de sentido de vida.

Sucedese-se que, a partir do valor do seu trabalho, o homem toma consciência de sujeito social. Freitas (2013) pontua que é preciso se pensar o trabalho em sua dimensão abstrata e não somente na dimensão concreta (a do valor real). O trabalho não está somente no cerne econômico, mas sim na capacidade criativa humana, que traz também realizações. Atualmente, o trabalho é entendido como um lugar de pertencimento na sociedade.

Para a psicodinâmica do trabalho, a tese da centralidade do trabalho é essencial [...]; a psicodinâmica afirma a centralidade do trabalho diante da construção da identidade dos sujeitos trabalhadores. Compreende que, sendo o trabalho uma atividade dirigida a outras pessoas, ele não só transforma o sujeito que trabalha, mas também produz a realização do contexto social. O trabalhar é, portanto, convivência, relacionamentos, construção coletiva de regras de trabalho (FREITAS, 2013, p. 80).

Em suma, para a Psicodinâmica do Trabalho, o trabalho é essencial na construção da subjetividade e na realização do contexto social através de convivências, relacionamentos e reconhecimento (DEJOURS, 2011a). Neste sentido, Dejours e Abdoucheli (2014) aponta que o trabalho se instaura na esfera social, abrindo-se sobre o funcionamento coletivo e trazendo vivências de prazer e sofrimento de maneira singular aos trabalhadores.

A divisão de tarefas e o modo operatório incitam o sentido e o interesse do trabalho para o sujeito, enquanto a divisão de homens solicita sobretudo as relações entre pessoas e mobiliza os investimentos afetivos, o amor e o ódio, amizade, a solidariedade, a confiança etc. (DEJOURS; ABDOUCHELI, 2014, p. 126).

Para Léda (2013), o trabalho não fica restrito ao espaço organizacional: ele está na configuração das relações pessoais e sociais. Na tese de doutorado de Léda, realizada com docentes de ensino superior na ativa, um depoimento retrata claramente a centralidade do trabalho na vida humana:

[...] “trabalho para mim é [...] uma atividade que tem que haver, tem que existir, é uma maneira que o homem tem de produzir, de fazer alguma coisa, de construir, de produzir, de sentir útil também [...]”. Esse relato denota a importância que o trabalho representa para a constituição do ser humano, e muitos são os prejuízos, internos e externos ao sujeito, quando da sua ausência (LÉDA, 2013, p. 112).

Outro conceito discutido na Psicodinâmica do Trabalho e que reafirma a concepção epistemológica da importância do trabalho na sociedade capitalista e, consequentemente, na subjetividade, é o conceito de “sentido do trabalho”. Para Natividade e Coutinho (2012), o sentido conferido ao trabalho é resultado da vivência que cada trabalhador tem nas relações de trabalho, e que Dejours (2012) define como “dimensão humana do trabalho”.

A construção do sentido do trabalho, segundo a concepção de Dejours (1992), é concebida por intermédio da “deliberação” coletiva de trabalhadores, os quais constroem uma representação que os orienta e auxilia na manutenção da saúde do aparelho psíquico. No entendimento do autor, a construção deve ser coletiva, apesar da necessidade clara e imprescindível de participação e posicionamento individual de cada trabalhador (COSTA, 2013, p. 377).

O mesmo autor ainda reafirma que o trabalho sofre influência, como já fora mencionado, de elementos políticos, econômicos, culturais e sociais e, desta maneira, o sentido do trabalho:

[...] é conceituado como uma representação individual e coletiva do ato de trabalhar desenvolvida por meio de um processo de percepção e reprodução de sentido, onde se apreciam as situações vivenciadas no ambiente de trabalho a representatividade dessas para o trabalhador (COSTA, 2013, p. 376).

Desse modo, o trabalhador se mobiliza e elabora estratégias defensivas para a manutenção de sua saúde mental diante das circunstâncias de sofrimento impostas pela organização de trabalho e, para Dejours (2011a), é através do sentido dado ao trabalho que o sofrimento e prazer no ambiente laboral existem. Porém, o trabalhador precisa dar sentido ao trabalho por meio das relações estabelecidas no coletivo do trabalho.

Roesler (2014) ressalta que realizar o projeto profissional é um dos aspectos fundamentais para a saúde mental:

O trabalho passa a constituir-se como área hegemônica de sua vida, implicando assim dificuldades para se lançar em outras relações e se desvincular de seus empregos. Dessa maneira, a aposentadoria pode se apresentar como ruptura com o projeto de ser para os sujeitos que têm na atividade laboral o foco central de suas vidas (ROESLER, 2014, p. 21).

Para abordar a especificidade dos participantes desta pesquisa, ser inativo e não ter mais contato com a prática da docência do ensino superior, ou seja, o de ocupar o lugar do não trabalho³ na docência, discutir-se-á a relevância do trabalho e seu reconhecimento na

³ Considera-se não trabalho não possuir vínculo formal trabalhista e, aqui no caso específico, dos docentes de ensino superior da UFMA aposentados, ser considerado inativo e sem mais contato com a prática da docência do ensino superior.

construção da subjetividade, bem como as vivências de ganhos e perdas advindas com a ruptura da atividade laboral.

2.1 Trabalho na construção da subjetividade: mobilização subjetiva e reconhecimento

A Psicodinâmica do Trabalho tem como um dos seus principais representantes Dejours, ao afirmar que o trabalho propicia para o homem uma relação dialética tanto de prazer como de sofrimento. Para Dejours e Abdoucheli (2014), o ser humano, ao se inserir na vida laboral, expõe sua subjetividade a um contexto preexistente e independente da sua vontade, que demanda um processo psíquico de confrontação com a realidade do trabalho.

A organização de trabalho produz um jogo de forças contraditórias que operam sobre o trabalhador, levando-o às mais diversas soluções de compromissos. Essas contradições são vivenciadas quando entra em confronto o desejo do sujeito, expresso nas necessidades, aspirações e interesses e a realidade do trabalho, geralmente marcada pelo produtivismo, desempenho e excelência (MENDES, 2007, p. 13).

Ao analisar as pressões reais do trabalho e as estratégias de enfrentamento subjetivas, a Psicodinâmica do Trabalho é considerada por Mendes (2007) como uma teoria crítica do trabalho, ao considerar que:

[...] o trabalho sempre coloca à prova a subjetividade, da qual esta última sai acrescentada, enaltecida, ao contrário, diminuída, mortificada. Trabalhar constitui, para a subjetividade, uma provação que a transforma. Trabalhar não é somente produzir; é, também, transformar a si mesmo e, no melhor dos casos, é uma ocasião oferecida à subjetividade para se testar, até mesmo para se realizar (DEJOURS, 2004, p. 30).

Este referencial teórico-metodológico define condição de trabalho como as pressões físicas, mecânicas, químicas e biológicas do posto de trabalho, e organização do trabalho como divisão do trabalho, a partir das tarefas e das relações de trabalho que têm, “[...] sobretudo as relações entre as pessoas e [que] mobiliza os investimentos afetivos o amor, o ódio, a amizade, a solidariedade, a confiança, etc. (DEJOURS; ABDOUCHELI, 2014, p. 124).

O sofrimento se apresenta justamente quando o trabalhador não consegue mais negociar com a realidade imposta pelas condições de trabalho e pelas relações de poder existentes nas organizações (MENDES, 2007). Para Mendes e Morrone (2010), a ênfase dada por Dejours ao sofrimento em caráter dialético explica que ter saúde no trabalho não é decorrente da ausência de sofrimento, mas sim da maneira como o trabalhador se engaja para transformá-lo.

O sofrimento não é apenas uma consequência última da relação com o real, é ainda proteção da subjetividade rumo ao mundo em busca de meios para agir sobre o mundo, para transformar este sofrimento encontrando os meios de superação da resistência do real. Assim, o sofrimento será ao mesmo tempo impressão subjetiva do mundo e origem do movimento de conquista do mundo. O sofrimento, enquanto é afetividade absoluta, está na origem desta inteligência que parte em busca do mundo para experimentar-se a si próprio, para transformar-se, para ampliar-se. [...] neste movimento, portanto, a subjetividade transforma-se, amplia-se e revela-se a si mesma (DEJOURS, 2012, p. 26).

“De vítimas passivas, os trabalhadores colocam-se na posição de agentes ativos de um desafio, de uma atitude provocadora ou de uma minimização diante da dita pressão patogênica” (DEJOURS; ABDOUCHELI, 2014, p. 128). Neste sentido, se instaura o aspecto ambivalente do trabalho: prazer e sofrimento, simultaneamente (MENDES; MORRONE, 2010).

Desse modo, para enfrentar o sofrimento, a subjetividade do trabalhador é mobilizada, ou seja, o corpo e a mente do trabalhador são mobilizados diante do sofrimento imposto pela organização de trabalho. Essa abordagem conceitual assume, então, uma mudança epistemológica, passando a não focar na relação de causalidade de doenças mentais do trabalho, e sim de estabelecer como objetivo o estudo do sofrimento no trabalho. Portanto, o sofrimento é “[...] compatível com a normalidade e com a salvaguarda do equilíbrio psíquico, mas que implica toda uma série de procedimentos de regulação” (DEJOURS; ABDOUCHELI, 2014, p. 127).

O sofrimento no trabalho e as estratégias de defesa aparecem como movimento pela manutenção da saúde (MENDES, 2007). Portanto, “o trabalho naquilo que ele tem de essencial, não pertence ao mundo visível” (DEJOURS, 2004, p. 30). Ou seja, cada trabalhador se implicará e responderá ao sofrimento no trabalho de maneira singular, podendo dar lugar à saúde ou ao adoecimento.

O saudável está relacionado ao enfrentamento das imposições e pressões de trabalho que causam a instabilidade psicológica, tendo lugar o prazer quando as condições geradoras de sofrimento são transformadas. O patológico implica falhas nos modos de enfrentamento do sofrimento e instala-se quando o desejo da produção vence o desejo dos sujeitos-trabalhadores (MENDES, 2007, p. 37).

O saudável se dá a partir das estratégias de mediação quando os trabalhadores percebem, organizam e gerenciam, de maneira coletiva, a realidade que os fazem sofrer. Existem, assim, dois tipos de estratégias de mediação, a saber: as estratégias defensivas e a mobilização subjetiva.

As estratégias de defesa funcionam como regras, como um acordo partilhado coletivamente, e “[...] consagram-se à luta contra o sofrimento engendrado pela organização do trabalho, conferindo ao sujeito uma estabilidade que ele será incapaz de garantir com a ajuda de apenas suas defesas próprias” (DEJOURS; ABDOUCHELI, 2014, p. 129). Portanto, as estratégias de defesa “[...] têm em suas bases a negação do sofrimento e a submissão ao desejo da produção” (MENDES, 2007, p. 39), e quando são mais utilizadas pelos trabalhadores, podem levar à alienação e, possivelmente, ao adoecimento.

As defesas, segundo Roik e Pilatti (2009), são capazes de contribuir, no primeiro momento, para a saúde dos trabalhadores. Portanto, ao exigirem a repetição de sacrifícios, provavelmente podem causar mais uma vez sofrimento. Dessa forma, uma das possibilidades de manutenção da saúde e vivência de prazer no trabalho se dá a partir da mobilização subjetiva. Para a Psicodinâmica do Trabalho a mobilização subjetiva é:

[...] o modo do trabalhador se engajar no trabalho, empregar e expandir sua subjetividade, fazer uso de sua inteligência prática no coletivo do trabalho, viabilizada pela dinâmica do reconhecimento, para transformar o sofrimento em prazer, e, assim, manter-se na luta pela sua saúde mental no trabalho (MENDES; DUARTE, 2013, p. 261-262).

A mobilização subjetiva supõe, assim, esforços do trabalhador através de elaboração e participação nas opiniões da organização de trabalho, e depende da dinâmica, contribuição e retribuição (DEJOURS, 2011a). Ainda segundo o mesmo autor, é durante a vivência laboral que o trabalhador lança mão da mobilização subjetiva através de esforços de inteligência, esforços de elaboração para a construção de opiniões e esforços para participar do debate de opiniões, cooperando para os ajustes da organização do trabalho. A mobilização subjetiva não é a negação e nem a minimização do sofrimento. “A mobilização subjetiva é composta por dimensões indissociáveis como a inteligência prática, o espaço de discussão, a cooperação e o reconhecimento” (MENDES; DUARTE, 2013, p. 19). Ela é ressignificação do sofrimento.

A mobilização subjetiva acontece no coletivo do trabalho, através dos recursos psíquicos individuais do trabalhador. Dessa forma, se tem viabilizado por esta mobilização a dinâmica de reconhecimento que, por sua vez, é “um modo específico de retribuição simbólica dada ao sujeito como compensação por sua contribuição aos processos da organização do trabalho, pelo engajamento da subjetividade e da inteligência” (MENDES; DUARTE, 2013, p. 19).

É na dinâmica contribuição e retribuição que o trabalho ganha ressignificação, sendo capaz de gerar vivência de prazer. Conforme Mendes (2007, p. 30), a subjetividade entra no processo dinâmico de prazer-sofrimento, exigindo do trabalhador “[...] o processo de atribuição de sentido construído com base na relação do trabalhador com sua realidade do trabalho, expresso em modos de pensar, sentir, agir individuais e coletivos”.

O prazer pode ser gerado quando se constroem e se sustentam coletivamente modos de atividades que requerem iniciativas tanto individuais como coletivas.

Uma fonte de prazer é justamente essa transformação das situações causadoras de sofrimento por meio da mobilização subjetiva, onde o sujeito faz uso de sua subjetividade, sua inteligência prática e do coletivo do trabalho, uma construção única e dialética (ROIK; PILATTI, 2009, p. 7).

Nesse sentido, uma das estratégias para lidar com o sofrimento é a mobilização em prol do reconhecimento no trabalho. Reconhecimento no sentido de constatação e no sentido de gratidão. A primeira diz da “[...] contribuição individual, específica à organização de trabalho”, e a segunda diz da “[...] contribuição dos trabalhadores à organização de trabalho” (DEJOURS, 2011a, p. 85).

Quando se sente reconhecido, o trabalhador se sente aceito, admirado e tem liberdade para expressar sua individualidade dentro das situações de trabalho, podendo de fato usufruir do trabalho como espaço para (se) construir, para se expressar e não só produzir para sobreviver [...]. (MENDES; DUARTE, 2013, p. 19).

É no reconhecimento que o trabalhador se sente aceito, pertencendo à organização de trabalho, mesmo diante dos conflitos apresentados. Produzir para ser reconhecido leva ao enfrentamento do que causa sofrimento. Portanto:

O reconhecimento passa pela reconstrução rigorosa dos julgamentos. Esses julgamentos dizem respeito ao *trabalho realizado* [...]. O julgamento de *utilidade*, proferido essencialmente pelo outro na linha vertical, ou seja, pelos superiores hierárquicos e os subordinados [...]; e o julgamento de *estética*, proferido essencialmente na linha horizontal, pelos pares, pelos colegas, pelos membros da equipe, pela comunidade (DEJOURS, 2011a, p. 86-87, grifo do autor).

Pode-se verificar na fala de Gabriel (78 anos), a seguir, o julgamento de estética quando relata que o seu trabalho realizado como professor foi reconhecido por pares e pela comunidade, bem como o julgamento de utilidade proferido pelos seus alunos: “[...] a época que eu ensinei foi bom porque... eu ensinei tanto que os alunos dos cursos anteriores vinham assistir a minha aula, eram trinta alunos quando eu dava aula tinha quarenta, coisa que os outros saíam da turma para assistir” (GABRIEL).

Bendassolli (2012), baseado na filosofia de Hegel, diz que o reconhecimento é uma consciência e só é consciência quando reconhecida pelo outro, ou seja, pensar a partir do reconhecimento que o trabalho vai além das relações de trocas econômicas. As relações de troca de reconhecimento são capazes de suscitar-se como fontes de prazer no ambiente de trabalho. “Se a dinâmica do reconhecimento está paralisada, o sofrimento não pode ser mais transformado em prazer, não pode mais encontrar sentido: só pode gerar acúmulos que levarão o indivíduo a uma dinâmica patogênica de descompensação psíquica ou somática” (DEJOURS, 2011a, p. 92).

O reconhecimento no trabalho, segundo a Psicodinâmica do Trabalho, somente estará no cerne ontológico de transformação da subjetividade quando tiver valor congruente com o significado do trabalho para o sujeito, e em ressonância com sua história singular de maneira dinâmica.

Para Gabriel, por exemplo, ser estudante do curso de Medicina na primeira turma da UFMA representou a concretização de um ideal que antes se tornava distante devido às condições financeiras da sua família. Se formar e depois lecionar no curso de Medicina trouxeram reconhecimento para Gabriel da sua família e da sociedade, transformando sua subjetividade, levando-o a enaltecer todo o sacrifício que a rotina como estudante e como professor trouxeram.

[...] meus pais tinham uma condição muito baixa, eu sempre gostei de Medicina, eu não poderia ter estudado fora porque meu pai não poderia me manter. Pra minha felicidade na época o bispo, o arcebispo do Maranhão, Dom Delgado, tentou criar uma Universidade Católica aqui em São Luís, e ele começou pela faculdade de Medicina. Primeiro chamaram de Faculdade Católica de Medicina, depois tiraram e ficou somente Faculdade de Medicina. Então não tinha um centro pra estudar, eram poucos, aproximadamente dezesseis, dezessete alunos (GABRIEL).

Desse modo, o reconhecimento pode acontecer no coletivo do trabalho, trazendo engajamento da subjetividade do trabalhador. Convém perceber, a título de ilustração, o quanto o reconhecimento pode garantir vivências de prazer no trabalho, a partir de um recorte da entrevista de Rodrigo (76 anos), quando se refere à participação da criação de núcleo de atendimento à comunidade, e ter realizado este feito junto ao coletivo de trabalho:

[...] e a criação do núcleo de “x”, que eu tive assim a honra (risos). [...] aí à noite, eu e mais uns colegas, óbvio... aí a gente montou o..., o histórico do... tá aí se vocês quiserem (risos). E aí a gente montou o..., eu me lembro bem, são detalhes pra vocês, mas pra mim [...]. Aí eu fui lá, fui na oficina e encontrei seis bancos jogados lá, aí peguei e fui carregando até que eu encontrei alguém lá no corredor e disse “Olha, de quem são esses bancos? Eu já tô levando” (risos). Mas eu já tinha falado com... quem era na época eu não me lembro, eu falei com o professor que era coordenador do curso

e eu digo: “Olha, estão jogados ali como se fosse lixo, eu tô levando”. Pois foram os primeiros bancos, aqueles bancos altos [...] (RODRIGO).

Outro fator que corrobora com o quanto o reconhecimento do trabalho traz repercussões positivas na subjetividade, mesmo diante de frustrações durante o percurso do trabalho, comparece na fala do Rodrigo, quando após aposentado foi homenageado: “Até fui reconhecido, me deram uma placa [...]. Eu disse ‘gente eu não fiz nada demais, eu fiz só minha obrigação’. Mas na verdade eu me vejo assim, não saí com nenhuma frustração. Eu tive uma frustração, mas não pode ser relatada” (RODRIGO).

Outra ilustração sobre o reconhecimento no coletivo do trabalho está no discurso de Maiza (68 anos), quando a mesma expressa orgulho por ter participado da organização do mestrado de Políticas Públicas, implementado pelo departamento que trabalhou na UFMA:

E eu fui coordenadora de monografia também, então eu fazia muitas atividades, fazia tudo, ensinava, orientava monografia, fazia pesquisa. Até por que no meu departamento era quase uma exigência, todo mundo fazia isso. Então, me dediquei muito. Aí depois eu fiz o mestrado, de políticas públicas, trabalhei muito por esse mestrado, muito assim... na organização, foi o nosso departamento que começou [...]. (MAIZA).

Percebe-se, também, nas falas de Tereza (75 anos) e Gabriel, o quanto o reconhecimento traz satisfação por aquilo que foi desenvolvido durante a trajetória como docente:

Quando era professora, minha satisfação era ver aqueles meninos no mercado de trabalho. Toda vez que os encontrava eles diziam: “professora estou trabalhando como pedagogo lá naquela escola” [...] (TEREZA).

[...] na verdade, hoje a minha satisfação é em função da minha atividade como professor. É isso que você tá vendo aí, eu fico satisfeito em ver as pessoas que foram meus alunos, bem-sucedidas, e a consideração que todos eles têm por mim. [...] fui acompanhar um amigo em uma cirurgia em São Paulo e a anestesista foi minha aluna e ela emocionada disse: “professor o fato de estar aqui hoje devo ao senhor”. [...] porque o magistério, ele marca a gente de tal forma, que mesmo que você deixe de ensinar, você ainda quer ver alguma coisa. Então, eu fico muito satisfeito quando na U..., no Hospital S... alguém me liga: “ah, professor, tô com um problema aqui e tal, venha”. Aí eu vou lá, dou minha ideia, sugestão, eu fico satisfeito [...] (GABRIEL).

A Psicodinâmica do Trabalho considera que “[...] o sujeito que trabalha produz a sua contribuição particular, garante a sua marca no contexto das relações sociais do trabalho na busca pelo reconhecimento” (FREITAS, 2013, p. 80). Essa afirmação é bem ilustrada novamente nas falas de Gabriel e Tereza, respectivamente:

Eu me dediquei tanto à disciplina “x”, que foi de grande importância na minha vida profissional. Vou te dar um exemplo: eu fui contra o SUS, não concordei com a

criação do SUS. Hoje mesmo a gente tá sabendo por que eu tinha razão, porque o Brasil é um país-continente, não pode ter um sistema de saúde num Continente. E na discussão que eu tive na época, tinha um colega que mais brigava comigo por causa da criação do SUS, aí eu perguntei: “Você é de onde?” Aí ele disse que era do Rio Grande do Sul, aí perguntei: “Você sabe o que é malária, já viu esquistossomose? É isso que tem lá no Nordeste”. E por aí foi, uma série de coisas. Até hoje a gente está assistindo aí os exemplos. Então, eu meio que me dediquei a esse ensino até eu me aposentar, a forma disso é que até hoje, os melhores médicos do Maranhão têm a satisfação de dizer que foram meus alunos [...] (GABRIEL).

[...] e até uma disse que conseguiu um lugar na pedagogia empresarial. Algo novo até então e que eu fiz parte de um trabalho de extensão nesta área. [...] eu dizia para meu marido que eu tinha a certeza que transformava vidas. Isso era a satisfação de ser professora, orientadora e conselheira dos meus alunos (TEREZA).

Continua Gabriel, falando do quanto ser reconhecido pelos alunos e pares, por várias gerações, o mobilizou mesmo ganhando pouco como professor:

[...] o professor é falido, o professor de universidade (risos). Se eu não fosse, se eu não tivesse exercido minha profissão como eu devia. [...] hoje sabe quanto eu recebo? Um professor de vinte horas, na verdade, me aposentei, ainda bem que eu tinha meu consultório, ganhava bem. [...] então essa minha vantagem, a razão de eu ter sido hoje conhecido como professor de várias gerações de médicos, foi exatamente essa minha dedicação. Eu preparei meu espírito que nada na minha vida ia dar certo se eu não fosse um bom médico e um bom professor [...] (GABRIEL).

Rodrigo cita que o reconhecimento é a certeza de que quando professor exerceu com êxito este papel: “Olha aí. Então isso, mesmo sem eu querer..., mas acho que na verdade, ou bem ou mal, eu dei conta dentro dos meus limites, das minhas possibilidades, eu fiz, né... (sic). Depois eu fui até reconhecido, me deram uma placa”.

Gabriel e Tereza relatam, ainda, como internalizaram o trabalho e que mesmo aposentados ainda se sentem reconhecidos:

[...] isso tudo porque eu tomei a decisão de que essa seria minha profissão, era minha opção de vida, então eu passei muitos anos fazendo isso, estudando todos os casos que eu tinha examinado os doentes, levava a papeleta pra casa e estudava o resto. Até que chegou uma hora que eu dominei tudo. Então hoje, até hoje ainda, que eu tô (sic) aposentado, tô (sic) fazendo nada, mas os especialistas, alguns colegas daqui me consultam, muitas vezes né (sic). Quando tem um paciente assim, eles me perguntam o que eu acho, aí a gente vai lá e... então essa anestesista me abraçou chorando, dizendo: “Sou chefe da anestesia graças ao que o senhor me ensinou lá no Maranhão [...]” (GABRIEL).

Acabei entendendo que ser professor é ser que nem um conselheiro. Um conselheiro para a vida. Que parte da vida? A vida profissional. Porque uma pessoa sem uma profissão não é ninguém. [...] até hoje, onde vou, meus alunos me reconhecem. Outro dia estava na padaria e uma aluna disse: “Olha, filho, essa aqui foi minha professora e foi com ela que aprendi a gostar do que faço”. Isso ninguém tira (TEREZA).

Tais julgamentos inscrevem-se na subjetividade. “Em outras palavras, a retribuição simbólica conferida por reconhecimento pode ganhar sentido em relação às expectativas subjetivas e à realização de si mesmo” (DEJOURS, 2011a, p. 87), perpassando pelo reconhecimento do fazer e pela gratificação identitária.

Um trabalho que possibilite ao sujeito a criação da identidade e a realização pessoal, em que seja possível o reconhecimento do outro e que se tenha liberdade de ação, pode parecer uma utopia, mas certamente seria fonte de prazer e possibilidade de saúde (ROIK; PILATTI, 2009, p. 8).

Diante dos conceitos apresentados de mobilização subjetiva e de reconhecimento empregados pela Psicodinâmica do Trabalho, no que se refere à dinâmica entre contribuição e retribuição na relação laboral como possibilidade de vivências de prazer e saúde no trabalho, é pertinente questionar: Afinal, como manter essa retribuição na condição de inativo ocupando o lugar do não trabalho?

A aposentadoria, como o não trabalho e o nada a fazer, e sua associação com a visão social de incapacidade no envelhecimento será considerada no tópico a seguir. Nele, aborda-se sobre as possibilidades e implicações da ressignificação do sofrimento na vivência do não trabalho, a partir do engajamento em outras atividades e a busca pelo reconhecimento fora do contexto laboral.

Como afirma Castel (1998), é na ausência do trabalho, tais como em situações de desemprego e aposentadoria, que se confirma a relevância do trabalho como um dos grandes alicerces da constituição do sujeito. E é exatamente nestas vivências da ausência do trabalho que podem se instaurar o adoecimento e a exclusão social. Conforme argumentado até aqui, fica claro que continuar colaborando e se movimentando na busca de reconhecimento pode representar a possibilidade na manutenção da saúde, inclusive no não trabalho.

2.2 Possibilidades de ressignificação do sofrimento na vivência da aposentadoria

Reafirmando que o trabalho assume centralidade para o homem, e que este, consideravelmente, passa maior parte de sua vida trabalhando, entende-se que, assim, o trabalho pode ter diferentes sentidos, tais como: necessidades básicas, obrigação social, *status*, realização pessoal, dentre outros.

O trabalho é visto como uma parte constituinte e de grande relevância para o ser humano. Conforme as colocações de Antunes (2009), Bendassolli (2007), Dejours (2004) e Padilha (2000), acerca da centralidade do trabalho, sabe-se que a vida laboral, apesar de

individual, repercute na socialização e na subjetividade do homem. Como promotor de laços sociais, o trabalho também se torna promotor da construção e constituição da subjetividade (BITENCOURT et al., 2011), e se baseia:

[...] em um engajamento mental e psicoafetivo central de todo o indivíduo e de toda sua personalidade, e que se acha socialmente ligado com seu engajamento coletivo no trabalho. O trabalho é primordial para a construção da identidade e de saúde mental. O trabalho é o que implica, de uma perspectiva humana, o fato de trabalhar: gestos, o saber-fazer, o engajamento do corpo, a mobilização da inteligência, a capacidade de refletir, de interpretar e de reagir às diferentes situações, é poder de sentir, de pensar, de inventar (DEJOURS, 2012, p. 28-29).

Para Stuart-Hamilton (2002, p. 188), “perversamente nas sociedades industriais em que o tempo livre é valorizado como um tesouro, o excesso dele normalmente é saudado com desagrado, pois geralmente indica desemprego ou aposentadoria”.

Em um estudo realizado na cidade de Belém-PA, os autores Bentes, Pedroso e Cruz (2016) entrevistaram idosos que vivem em uma Instituição de Longa Permanência do Idoso (ILPI) após a aposentadoria, com tempo de permanência longo na instituição e não dependência funcional⁴. Os achados desta pesquisa comprovam a importância dada ao trabalho na sociedade desde a infância. Dois entrevistados, do sexo masculino, relataram que desde cedo tiveram que trabalhar e que passaram muito tempo de suas vidas dedicados ao trabalho.

Estes dois idosos, por terem independência funcional, relatam suas insatisfações por estarem em uma ILPI. “Estar sem trabalho e residentes em uma ILPI, o sossego, o descaso e o silêncio são vistos de forma negativa [...]. ‘Tô cansado de não fazer nada aqui, é só comer, beber e dormir, até cansa; Ah! Eu tenho que fazer qualquer coisa, aqui é muito sossegado’” (BENTES; PEDROSO; CRUZ, 2016, p. 107).

Portanto, ao se considerar as representações do não trabalho na sociedade contemporânea como desemprego, afastamento do trabalho por adoecimento e aposentadoria, evidencia-se que “o trabalho é tido como obrigação moral do indivíduo; a sociedade cobra que todos produzam por meio dele. Aquele que não trabalha não está de acordo com a ética dessa sociedade” (SOUZA; MATIAS; BRÊTAS, 2010, p. 2841).

Na tese de doutorado de Roesler (2012), a pesquisadora entrevistou bancários aposentados que, em sua maioria, ainda se mantinham em atividade laboral remunerada, mesmo

⁴ “Dependência funcional é a incapacidade de manter as habilidades físicas e mentais necessárias a uma vida independente e autônoma. Sua prevalência geralmente é mensurada por meio da incapacidade de realizar as Atividades de Vida Diária (AVD), sejam elas básicas (ABVD), descritas por atividades de autocuidado, ou instrumentais (AIVD), que envolvem ações de organização da rotina diária” (GRATÃO et al., 2013, p. 138).

depois de aposentados⁵. A pesquisa teve por objetivo analisar quais os fatores psicossociais que levam estes trabalhadores a viverem contradições e ambivalências em seu processo de aposentadoria.

Conforme assinala a pesquisadora, o grande receio destes bancários que mantiveram a atividade laboral era o da perda do reconhecimento e valorização. Para a maioria deles, com boas condições econômicas e financeiras, aposentar-se no sentido de parar de realizar qualquer atividade laboral representa:

Ameaça, contrária ao sucesso compulsório perseguido durante sua trajetória, justamente por retirar do sujeito as condições para se deixar instrumentalizar, vivido até então em seus aspectos positivos, como o espaço de reconhecimento, realização e valorização (ROESLER, 2012, p. 196).

O bancário Heitor, codinome utilizado na pesquisa, afirma que apesar de ter recursos financeiros favoráveis para parar de trabalhar, não o faz, porque “não consegue parar tudo” (ROESLER, 2012, p. 203). O que chama atenção é que este aposentado não consegue considerar outras atividades longe do trabalho. “O *tudo*, a que se refere é colocado em termos absoluto, como se a aposentadoria - a única maneira vislumbrada para cessar suas atividades -, o lançasse na inatividade total, em uma espécie de inércia imoral” (ROESLER, 2012, p. 203, grifo do autor).

Dos quinze entrevistados por Roesler, quatro se consideravam aposentados, e destes, apenas três referenciaram a aposentadoria como evento positivo. Interessante ressaltar que estes três entrevistados não mantinham outra atividade laboral remunerada. “No entanto, doze, de uma maneira ou de outra, apresentam discursos impregnados da ideia de fim, de parar tudo, de inatividade e de perdas (do reconhecimento e do valor social)”. (ROESLER, 2012, p. 205). Finaliza a mesma autora inferindo que a aposentadoria é um evento temido e gerador de ansiedade.

Fica evidente que ser “dispensado” do trabalho na sociedade capitalista, não estabelece o mesmo valor e reconhecimento. Para Marx (2008, p. 60), quando se dispensa o valor de uso de uma mercadoria, desaparece também o “[...] caráter útil dos trabalhos nele corporificados”.

Deste modo, do ponto de vista de valor, a aposentadoria, segundo Camarano (2013, p. 113), “[...] longe de ser um dado natural, se configura como resultado da reprodução do

⁵ Todos os entrevistados eram aposentados oficialmente pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) recebendo, assim, o *status* legal de aposentado - inativo.

sistema do capital”, e que em muitos países, como o Brasil, não existe preparo, o que leva ao desrespeito o trabalhador que deu sua força de trabalho e que envelheceu.

Na versão moderna, a juventude, outrora objeto das práticas da alquimia, quando se buscava descobrir o elixir da longa vida, em contraposição à velhice, passou a ser ainda mais desejada e trocada em forma de mercadoria. Assim, como o fetichismo apaga da mercadoria não só a sua história, mas, também, a memória da sua produção, negando qualquer centelha de vida humana na sua visualização, insula o velho em sua própria velhice, arrancando de sua vida as raízes, a história e memória, transfigurando o homem, como diria Marx, numa mera “carcaça do tempo”. (CAMARANO, 2013, p. 117).

O que resta então ao velho proletariado, visto que para Marx (2008) o valor da força de trabalho está atrelado ao tempo de trabalho necessário para produzir? “O trabalhador, durante toda a sua existência, nada mais é que a força de trabalho, que todo seu tempo disponível é, por natureza e lei, tempo de trabalho, a ser empregado no próprio aumento do capital” (MARX, 2008, p. 306). Quando diante do curso final de sua jornada produtiva, o que resta àquele que passou a maior parte de sua vida trabalhando?

A aposentadoria, como ruptura da atividade laboral, pode trazer ou não repercussões na subjetividade. França e Stepanisky (2012) afirmam que os aposentados vivenciam ganhos e perdas, que podem ir desde a não mais obrigação com rotinas, até o que fazer com todos os aprendizados adquiridos na trajetória profissional. Para muitos: fim da trajetória profissional e castigo; e para poucos: prazer e liberdade.

Souza, Matias e Brêtas (2010), na cidade de São Paulo, realizaram uma pesquisa que teve por objetivo conhecer o significado do processo de envelhecimento no mercado de trabalho, e trouxeram algumas reflexões sobre a centralidade do trabalho para aqueles que não mais trabalham.

Segundo estes pesquisadores, ficou evidente que o trabalho representa mais que ganho econômico. As falas de duas aposentadas, respectivamente de 79 anos e 73 anos, marca a centralidade do trabalho na vida do ser humano: “Se sentir satisfeito e dizer: eu sou uma pessoa, eu faço isso, está sob a minha responsabilidade”; “[...] é um exercício e também um dom. Para mim é uma dignidade para a pessoa, para mim o trabalho é uma dignidade” (SOUZA; MATIAS; BRÊTAS, 2010, p. 2840).

Para Fontoura e Piccinni (2012), a aposentadoria, por estar atrelada ao envelhecimento, tende a ser vivenciada de forma unidirecional, e em sua grande maioria de maneira desvitalizada, pois imprime o significado do “nada a fazer”. “O nada fazer traz o sentimento de inutilidade [...] o meu cotidiano hoje está mais restrito ao espaço de casa [...]” (GABRIEL).

Exemplificando a ruptura da rotina como uns dos desafios para o aposentado, citam-se as falas de Pedro (76 anos) e Luiza (73 anos). Pedro disse ter ficado chocado e Luiza muito impactada e angustiada por não estar mais na Universidade vendo as coisas acontecerem:

É, ficou assim (risos) porque a gente ou vai embora ou vai te despedir e a gente fica assim meio chocado. Mas também te digo que eu já sabia disso há muito tempo, porque tenho amigo que teve aposentadoria compulsória, eu até acho justo mesmo porque depois dos setenta anos assim a pessoa já tá mesmo... tem gente que já não tem nem condições, muita gente não tem condições de trabalhar depois dos setenta anos (PEDRO).

Logo no começo a gente tem um impacto muito grande, porque você está acostumado a uma rotina e de repente aquilo é cortado, de forma temporal, é cortado e você fica assim, analisando se você tivesse (sic) lá poderia ter produzido mais, ter feito isso, ter feito aquilo, então você fica nessa angústia toda. E também o tempo, o tempo pra passar... aí eu fiz vários cursos, fiz curso de arte-culinária, fiz curso de não sei o quê (risos). [...] depois, com o passar do tempo melhorou, mas ainda hoje eu sinto aquela... ah se eu tivesse lá teria acontecido outra coisa. [...] mas acontece que eu fiquei mesmo todo mundo eu acho que sente, porque é uma coisa que você se dedicou a vida toda, viveu lá um período x, indo e voltando todo dia, planejando coisas e você quando se aposenta você deixa... pode até contribuir à distância, mas nunca vê as coisas que estão acontecendo (LUIZA).

Na fala de Gabriel, o rompimento da trajetória profissional foi gradativo, mas nem por isso menos impactante quando concretizado:

[...] tô (sic) aposentado. O que acontece hoje, não muito frequente, cada vez menos frequente, é que esses meus ex-alunos da época, que hoje são os médicos daqui. Eles me consultam e eu vou lá na..., aí digo que acho que é isso e volto pra (sic) minha casa. Hoje, na verdade, a minha atividade é andar na esteira do Condomínio [...]. Não é à toa que eu me sento aí e fico vendo o mar bater, vai e volta. Porque o trabalho da época era muito forte, minha dedicação era boa, primeiro que eu não queria como professor ficar desatualizado. Nunca um amigo meu teve chance de dizer: “Olha, professor, no resultado tem isso”. A medicina do mundo tem as revistas mais importantes, então quando eu era professor, eu assinava seis revistas estrangeiras de medicina, todas americanas, em inglês [...] (GABRIEL).

Aposentar-se pode significar a ruptura de papel produtivo na sociedade. Com isso, Ferreira, Martins e Vieira (2016) chamam a atenção afirmando que a saída do local de trabalho pode não significar ruptura do trabalho na construção da subjetividade, pois, para estes autores, o trabalho coloniza toda a subjetividade do trabalhador.

Rodrigo traz claramente essa “colonização” do trabalho na sua subjetividade quando cita que, ao se aposentar:

Até o carro sentiu. Olha, eu digo que o próprio hábito, eu digo que até o próprio carro sentiu. Porque quando eu ia passando por lá, pra (sic) ir pro (sic) Bairro de Fátima, que a gente tinha um grupo lá da igreja, quando eu vejo o carro tá entrando pra (sic) UFMA. Menina, eu digo meu Deus do céu, olha como é a cabeça, isso revela

realmente a tua subjetividade, olha lá como tá né (sic), a tua maneira de, que tu fazias e agora olha lá, lá vai eu, né? (sic) (RODRIGO).

Quando o trabalhador está em uma organização de trabalho, ele está exposto às tarefas e condições específicas, trazendo à tona a experiência do real do trabalho; conceito discutido pela Psicodinâmica do Trabalho para explicar que o trabalho vai além do que é prescrito através de normas, protocolos, procedimentos, etc.

O real do trabalho é a parte da realidade que, por sua contínua transformação temporal e material, demanda reconfigurações subjetivas dos coletivos de trabalho, organizacionais e sociais. O real do trabalho amplifica desafios ao fazer e à compreensão” (FERREIRA; MARTINS; VIEIRA, 2016, p. 36).

Fato é: o trabalho traz também uma rotina, ritmo e obrigações estabelecidas. Entretanto, a vivência do não trabalho, como no caso aqui discutido, a aposentadoria traz a ruptura tanto na rotina como na retribuição simbólica que o trabalho instaura. Assim, levanta-se um questionamento: Ao se estar colonizado pelo trabalho, como fica o aposentado com a saída do mundo produtivo?

Luiza relata o quanto foi difícil desacelerar:

[...] então, quando ele [marido] se aposentou eu ainda levei quinze anos pra (sic) me aposentar, bom aí eu pensei: “sabe de uma coisa? Ele já ficou tanto tempo assim sem... porque você fica numa roda-viva nesse negócio de trabalho, quanto mais você fica mais exigem de você”, aí eu pensei “vou deixar de trabalhar, vou me aposentar mesmo”, aí fiquei concluindo livro, fiquei trabalhando ainda (LUIZA).

A vivência do processo de aposentadoria pode causar, então, um sentimento de inutilidade, levando o inativo a investir em outros caminhos e atividades que possam ser reconhecidos por ele mesmo e pelos outros. Freire et al. (2017) concluem que, ao ocupar o não lugar do trabalho, os aposentados possivelmente podem vivenciar sofrimento e angústia e, deste modo, são colocados diante de um processo de necessidade de reestruturação da vida.

Retomando o estudo de Bentes, Pedroso e Cruz (2016), o relato de duas idosas, no que se refere à aposentadoria, é abordado como momento de descanso e silêncio, ou seja, como algo positivo. Desta forma, a visão da aposentadoria é explicada, como outrora explanado, a partir da história do trabalho, da história de vida e do momento histórico.

Pode-se inferir que as mulheres quando se veem destituídas de seus encargos domésticos, diga-se assim, gerenciam uma tranquilidade ímpar, pois “aposentam-se” das obrigações para com o outro, encontram-se em maior liberdade. O que parece ocorrer ao contrário para o homem idoso. Assim, a aposentadoria, para as mulheres idosas, é ressignificada como um tempo para cuidar de si, e não somente do outro [...]. Compreende-se desta forma que apesar de haver um movimento contrário, diga-se

assim, aos preceitos da masculinidade predominante, ainda se observa em muitos homens o pensamento de uma total inutilidade quando deixam de trabalhar (BENTES; PEDROSO; CRUZ, 2016, p. 107).

Contudo, a adoção de estratégias para usufruir de qualidade de vida com a aposentadoria, segundo Bressan et al. (2013), depende da personalidade do sujeito, do contexto social e cultural no qual o aposentado está inserido, e da experiência adquirida com o trabalho.

Nesse sentido, para alguns, a aposentadoria pode ser vivenciada como um processo negativo de mudança, estando diante da inutilidade, do não fazer e da desvalorização social. Roesler (2014) afirma que a possibilidade do não trabalho pode trazer uma ameaça à subjetividade, porque aposentar-se:

[...] implica escolher deixar para trás um ideal de homem ou de mulher legitimado socialmente pelo olhar dos outros e principalmente, perante a si mesmo, em termos psicológicos. Não trabalhar significa abdicar de seu lugar no mundo e de sua posição social ao romper o convívio cotidiano com os colegas de profissão, perdendo também a identidade profissional que é o fio norteador de seu projeto de ser. Nesses termos, o não trabalho é ameaçador ao retirar do sujeito a possibilidade de se reconhecer sendo quem é e quem foi (ROESLER, 2014, p. 246).

Já para outros aposentados, o fato de desenvolverem outras atividades pode contribuir na possibilidade de se reconhecerem ainda como produtivos. Dejours (2011a, p. 120) afirma que “[...] a relação subjetiva com o trabalho leva seus tentáculos para além do espaço da fábrica ou do escritório, da oficina ou da empresa, e coloniza profundamente o espaço fora do trabalho”, ficando evidente que para se sentir produtivo, não é só exercer uma tarefa dentro da organização de trabalho, não é só produzir em um ambiente laboral.

Na fala de Maiza há uma ilustração do sentimento da proximidade do afastamento da docência do ensino superior e, por isso, foi se desligando gradativamente até exercer hoje um trabalho como psicanalista, no qual se percebe, claramente, uma alternativa para lidar com a ausência da vida acadêmica:

[...] como eu ainda tinha monografia, terminei as que eu estava orientando, como eu ainda tinha atividade na pós, mesmo depois de aposentada eu ainda ensinei uns dois ou três semestres, aí fiquei só na pesquisa, mas depois eu vi também que não era mais o meu espaço. Aí foi que eu larguei definitivamente e fiquei mesmo só nas atividades da escola de psicanálise e do consultório (MAIZA).

Percebe-se, então, que os docentes entrevistados que continuaram se engajando em outras atividades, mesmo com a aposentadoria confirmam que ao se manterem contribuindo através de novas tarefas, conseguem manter o sentido de utilidade e, assim, podem manter suas identidades no campo social. Pode-se demonstrar este fato com a fala de Rodrigo, Maiza e

Pedro, respectivamente, que ao ocuparem outros lugares fora da docência, transformam o sofrimento em prazer pelo reconhecimento:

[...] e uma outra coisa também que não me deixou nada assim sobre aposentadoria foi eu ter continuado o meu trabalho, né? (sic). Desde essa época de 2004, o outro grupo que eu tinha fundado, a Associação “x”, vamos fazer agora treze anos agora em 25 de setembro. E aí eu continuei com esse trabalho junto com crianças autistas [...]. [...] hoje nós temos o quê, temos quase duzentas crianças na..., e graças a Deus esse ano nós conseguimos uma sede, depois de lutar muito no estado, no município e não conseguir, uma bênção [...] (RODRIGO).

É, já vinha fazendo há muitos anos. A formação da psicanálise só tem começo, não tem fim. Na escola a gente tem a programação [...]. Até sexta de manhã eu tenho seminário, que a presidente da escola dá toda semana. [...] eu não gosto de cozinhar, eu não gosto de ficar lustrando casa, então eu ia ficar uma inútil dentro de casa. Às vezes me canso, já me canso, eu sinto que tô (sic) chegando perto também de mudar meu ritmo. Agora a gente tem um chalé em Barreirinhas que a gente vai muito, a gente vai praticamente de quinze em quinze dias, por isso que eu não trabalho na sexta de tarde (MAIZA).

Aí vieram me perguntar se eu queria ensinar aqui e eu só venho aqui... dou aula, vou embora, não é uma coisa assim. [...] tem semestre que eu venho três vezes por semana, mas outros semestres eu venho só duas vezes por semana. No semestre passado eu tinha três turmas, mas terminou uma turma e a outra turma não teve gente suficiente, aí eu fiquei só com duas turmas. É terça-feira e sábado de manhã. Não é uma coisa muito estressante, primeiro que ensinar alemão não é muito difícil, não é assim uma coisa que tome muito tempo, dê muita preocupação. Eu passei muito tempo no departamento “x”, dava (sic) a disciplina “y” [...] (PEDRO).

Para Nascimento et al. (2016), para que o sujeito supere a perda de um objeto, como por exemplo, o trabalho, é preciso que ele transfira a sua energia libidinal para outro objeto. Contudo, estes autores afirmam que essa transferência “não se trata de uma tarefa fácil, ainda mais quando há toda uma construção que faz com que o sujeito acredite que a identificação total com o trabalho é algo fundamental” (NASCIMENTO et al., 2016, p. 126). É possível que, se esta perda não for superada, que o sujeito acabe por “confundi-la com a perda do seu próprio Eu, tem-se o quadro melancólico e todas as suas manifestações” (NASCIMENTO et al., 2016, p. 126).

A dedicação ao trabalho voluntário, para Rodrigo, proporcionou a transformação do sofrimento proveniente do afastamento da vida laboral em prazer. Essa nova atividade trouxe realização, pois se percebe reconhecido e valorizado quando é procurado por pais de crianças autistas do Maranhão para orientações. Estas famílias fazem Rodrigo manter o sentimento de pertença e contribuição na sociedade.

[...] venha, traga ele aqui e daqui eu encaminhei ele pro (sic) psiquiatra que eu já conheço e uma neuropediatra, e aí diagnosticou. E aí ela me ligou e disse: “Olha, eu vou embora pra (sic) aí. Eu vou embora cuidar do meu filho”, e veio se embora, com

marido e tudo, mora no São Bernardo. Então esse trabalho pra (sic) mim é gratificante [...] (RODRIGO).

Para Maiza, apesar de sentir falta do contato com os alunos e dos pares, representou liberdade de uma rotina e possibilidade de desenvolvimento de suas atividades como psicanalista, de modo prazeroso. Outro ponto ressaltado por Maiza é que sua aposentadoria como docente foi gradativa, fato este que pode ter sido satisfatório no desligamento deste trabalho e no engajamento na nova carreira profissional como psicanalista.

[...] e eu gostava muito desse contato com aluno, resolver, essas coisas me desafiavam muito. Até que finalmente fiquei só na pesquisa, mas chegou um dia que eu estava me sentindo tão desmotivada que eu disse “gente, eu não tô (sic) mais, eu já saí e não prestei atenção” (risos). [...] continuei um tempo, me afastando gradativamente. Porque eu aposentada [...] eu sinto saudade. Eu sinto saudade das pessoas, das amigas, dos colegas, porque depois que você sai do ritmo, não tem mais como você se encontrar com a mesma frequência. Essa parte aí eu sinto bastante. [...] pra (sic) esse tipo de atividade eu não tinha mais o pique (sic) que eu tinha antes (MAIZA).

Como já discutido, o reconhecimento “[...] pela mediação do outro e pela inscrição do sujeito numa história coletiva permite a passagem do sofrimento, inerente ao confronto com o real, ao prazer, uma vez que dá sentido a este confronto” (BENDASSOLLI, 2012, p. 42). Neste sentido, a continuidade do engajamento em outros objetivos e atividades pode contribuir para a manutenção do reconhecimento e, conseqüentemente, para a manutenção da saúde e diminuição do sentimento de inutilidade.

Assim, considerando a saída do mundo do trabalho a partir da aposentadoria, o que supõe mais implicações de sofrimento do que de prazer, tem-se a necessidade de reorganização da rotina e das relações sociais. Para Ramos, Tittoni e Nardi (2008), o processo de exclusão e desfiliação do mundo laboral tende a trazer aos que se afastam da atividade do trabalho a incapacidade de manter padrões e estilos antes vivenciados, exigindo a busca de estratégias de reconstruções de ressignificações.

Rodrigo, conforme já referido, buscou como estratégia de ressignificação do sofrimento frente à aposentadoria o trabalho voluntário, que é de grande importância para a manutenção de sua saúde.

[...] todo voluntário, todo. Nunca! Todo ele voluntário. E às vezes dá mais... como não tinha sede, o pessoal ligava, nós ficamos sem telefone, então em casa era o ponto de referência. Então às vezes as pessoas “não, mas eu não sei ir aí”, e eu digo: “eu vou, eu vou lá”. Entendeu? Então isso me realizou mais ainda, entendeu? Em momento nenhum eu me senti “ah, eu não tenho o que fazer, tô (sic) depressivo por isso e por aquilo”. Graças a Deus (RODRIGO).

Dessa maneira, manter-se ativo na aposentadoria pode significar manter o sentido de utilidade, mesmo que ele aconteça fora dos moldes do trabalho formal. Essa utilidade se faz evidente em outra fala de Rodrigo:

Olha, nessa minha atividade meu prazer, olha não tem como quando uma pessoa me liga precisando de alguma coisa que eu posso, lógico, dentro da minha limitação, de eu não conhecer né (sic) a coisa como eu deveria e tal, mas dentro desse pouquinho, eu tentar passar isso pra uma mãe, que quando às vezes me dá um retorno, né, ou professor, quando a gente se encontra, né. Até hoje a academia me chama de professor, entendeu? (risos). E ficou isso (RODRIGO).

O mesmo se afirma com a atividade do Pedro, que ministra aulas particulares e também em núcleo de línguas, e a reorganização da rotina do Rodrigo e das suas relações sociais mostra como esse professor lida com a ausência do mundo do trabalho:

Edito aí um programa. Amanhã nós vamos gravar, temos trinta minutos lá e eu edito, por enquanto eu tô sem ninguém pra me ajudar, eu faço é editar. E uns três outros irmãos [...] eu já faço uma fonte aqui 48 pra (sic) poder ver (risos). Mas isso, isso realmente tomou... A minha médica, tava conversando com ela, ela disse “seu Rodrigo, por que que o senhor não pára um pouquinho? “Doutora I..., se eu parar!” Porque ela acha... que como eu tenho um C.A. de próstata desde 2009, e faço tratamento, e ela “senhor, pára um pouco”. “Doutora I..., se **eu parar, aí eu vou morrer mesmo**”. Se eu parar é pior, eu tenho que ficar, né! (sic) (RODRIGO, grifo nosso).

Percebe-se que Pedro, Rodrigo e Maiza realizaram movimentos em busca de ocupação e utilidade fora do ambiente laboral do qual faziam parte anteriormente. Pedro continua lecionando aulas de línguas. Rodrigo passou a ser reconhecido pelas famílias das crianças com autismo que o procuram na associação de pais de crianças autistas, e Maiza buscou, além das atividades na escola de psicanálise e consultório, ir mais vezes à sua casa em Barreirinhas que, segundo ela, não tinha muito tempo e prazer em ir antes de se aposentar.

É possível se pensar em envelhecimento ativo. Portanto, o tempo pós-aposentadoria deve ser considerado como uma etapa individual, que precisa ser desenvolvida de acordo com o aproveitamento de um tempo. Tempo este que está além de uma rotina, e como já dito, é singular.

No filme “Um Senhor Estagiário” (2015), por exemplo, Nancy Mayers traz o personagem Ben Whitaker (interpretado pelo ator Robert De Niro, atualmente com 74 anos), idoso e estagiário ao mercado de trabalho desafiando o silêncio da aposentadoria. O personagem viúvo, de 70 anos, antes em uma vida considerada por ele monótona após a aposentadoria, resolve se candidatar como estagiário sênior de um site de moda, fundado e dirigido por Jules

Ostin, com quem cria uma forte amizade. O filme mostra o inevitável choque de gerações demonstrando, portanto, que apesar da idade, o idoso tem muito a contribuir.

Para Stuart-Hamilton (2002), é possível que a pessoa que se aposenta adote uma visão mais otimista frente à perspectiva de envelhecer. É preciso que a sociedade evite “estereotipar as pessoas mais velhas como um grupo homogêneo e inferior” (STUART-HAMILTON, 2002, p. 194).

Desta forma, a aposentadoria deve ser entendida enquanto um processo multideterminado e não um momento pontual, como enfatizam França e Stepansky (2012). Envolve uma tomada de decisão que implica na necessidade de uma reestruturação em relação a um tempo que era dedicado ao trabalho e sua substituição progressiva por outras atividades, sejam elas familiares, culturais, de lazer, entre outras.

Moreira (2011) concluiu, em pesquisa sobre aposentadoria, que parar de trabalhar seria o mesmo que perder uma identidade e, sendo assim, a aposentadoria, enquanto não trabalho, representaria uma passagem para a solidão e o tédio. Já Bitencourt et al. (2011) concluíram que, apesar da importância dada ao trabalho formal pelos aposentados entrevistados por eles, ocupar o lugar do não trabalho pode significar estar livre de obrigações.

[...] apesar dos entrevistados enfatizarem a necessidade e importância de trabalhar, tanto pela necessidade financeira como pela necessidade de convívio social, muitos se sentem aliviados por não precisarem mais trabalhar. Isso pode estar relacionado a certa resistência à obrigatoriedade de trabalhar com horários controlados, o que trouxe para eles uma vontade e uma tranquilidade ainda maior de chegar à aposentadoria (BITENCOURT et al., 2011, p. 49).

Pedro, mesmo envolvido com uma pequena rotina na docência, começa a se questionar do porquê em ter que continuar lendo e estudando.

Às vezes a gente fica assim porque a gente fica pensando, vou ler isso para quê? Realmente tem esses problemas, mas é a falta de objetivo. Porque sempre quando a gente é professor, ver aquilo que é passado para os estudantes e quando a gente está aposentado não tem mais, já não tem isso mais, porque a gente não tem mais para quem repassar isso (PEDRO).

Portanto, Roesler (2014) lembra que a aposentadoria é um evento singular e detalhado da vida daquele que trabalhou e que o aposentado acaba por compartilhar questões que vão além das experimentadas no percurso profissional. Compartilham aspectos socioculturais e históricos que irão influenciar como o aposentado vivencia esse processo de se desligar “[...] de uma carreira, de uma profissão, de uma empresa, de uma instituição, de um modelo de atividades” (ROESLER, 2014, p. 17).

Mesmo se questionando de o porquê continuar estudando na velhice, Pedro tenta manter ativa sua leitura na língua, uma vez que leciona aulas particulares com receio de ficar ultrapassado, parado e ter depressão:

Eu não tenho esse problema de ficar assim, tem gente que tem depressão, eu não tenho depressão por causa disso, porque não tem o que fazer, tem o que fazer sim, gosto muito de ler, depois disso eu tenho me ocupado, já conheci um pouco de inglês, mas eu não tinha muita..., sabia razoavelmente e agora eu tenho estudado em inglês o tempo todo. Tenho conseguido esses cursos para estudar só. Então, tenho estudado inglês constantemente, às vezes eu peço para mandar lá da Alemanha livros de Inglês em Alemão, temáticas, dicionários [...] (PEDRO).

Fica evidente que Pedro ainda sente o afastamento do seu ambiente de trabalho, quando ele relata que atravessa a cidade - em torno de 16 quilômetros - para tirar fotocópia na UFMA, porque custa menos. Será que ele já calculou o quanto gasta de combustível neste trajeto e que seria mais em conta tirar as cópias próximas de sua residência?

Às vezes eu vou fazer fotocópia, eu tenho de fazer umas fotocópias, um livro por exemplo, tenho muita coisa para fazer, aí eu vou lá porque é muito barato. Sabe na cidade é 5, 6 vezes o preço, ou lá perto da minha casa, aí eu vou lá no campus. [...] Porque eu tenho um conhecido lá e faz para mim, faz bem-feitinho, mais escura. Eu tenho feito fotocópias em alguns lugares que ficam bem fraquinhas, eles colocam pouca tinta (risos) (PEDRO).

Vale ressaltar que, contraditoriamente, em outra fala, Pedro havia dito que uma das vantagens de ter se aposentado era de não mais enfrentar o trânsito pesado para chegar à UFMA:

[...] porque até para distância, eu moro lá no Olho d'Água, esse trânsito eu estou vendo agora, às vezes eu vou lá no campus, para chegar lá é um sacrifício, engarrafamento. Se eu não estivesse aposentado eu estava quase ficando (risos). [...] muito ruim, porque às vezes que eu tenho ido lá tenho ficado no engarrafamento meia hora, uma hora, para chegar até lá não é fácil (PEDRO).

Percebe-se que, na verdade, o que faz falta para Pedro é o espaço da UFMA, porque: “Quando você já está há muito tempo no lugar trabalhando no começo não é fácil de se desligar daquilo, fica pensando (pausa)”.

Difícilmente haverá somente vivências de prazer ao sair do vínculo de trabalho pela aposentadoria. Dói abandonar uma rotina de trabalho, de contato profissional com pares e gestores. Todavia, é fato que, embora a aposentadoria venha sendo discutida na atualidade, é preciso considerar que “as influências da aposentadoria são experimentadas não somente pelo indivíduo que se aposenta, mas também por seus familiares, amigos e demais integrantes de grupos sociais com os quais se relaciona” (ROESLER, 2014, p. 17).

Desta forma, em uma perspectiva mais positiva do processo de aposentadoria, alguns autores, como Schmidt e Magnabosco-Martins (2011), enfatizam que esta fase de transição pode representar também ganhos, uma vez que se tem um tempo maior para investir em outras atividades e levar a um maior contato familiar, já que o trabalho pode ter diminuído a participação do trabalhador na vida familiar.

No caso do Gabriel, o trabalho comprometeu sua participação na vida familiar. Ele relata sentimento de culpa por não ter participado como gostaria da criação dos filhos, e que hoje, como aposentado, está mais presente. Porém, acredita que algumas situações não podem ser mais reparadas. O relato de Gabriel será descrito posteriormente na discussão do reencontro do docente com sua família após a aposentadoria.

Já Bitencourt et al. (2001), ao concluírem que seus entrevistados, mesmo relatando a importância do tempo livre que a aposentadoria traz, pontuam que os aposentados precisam estar envolvidos com alguma atividade para se sentirem úteis, o que reafirma o quanto o trabalho é central. Saem do emprego, mas uma atividade precisa ser mantida, mesmo para aqueles com remuneração satisfatória na aposentadoria.

Diante do cenário apresentado, torna-se como objeto de compreensão necessária nesta pesquisa o envelhecimento, suas expectativas e representatividades. No capítulo a seguir, “Envelhecimento populacional no Mundo e no Brasil: desafios da condição de inatividade”, são discutidas questões acerca dos conceitos de envelhecimento na sociedade atual e a desvalorização da condição de inatividade no Brasil.

3 ENVELHECIMENTO POPULACIONAL NO MUNDO E NO BRASIL: desafios da condição de inatividade

É notório que com o desenvolvimento das políticas de saúde e saneamento em todo o mundo, inúmeros países estão fazendo a transição da fase adulta para a velhice, ou seja, países desenvolvidos ou em desenvolvimento tiveram um aumento significativo no número de pessoas idosas.

Resulta que emerge daí um desafio para as políticas públicas, que é o de assegurar que o processo de desenvolvimento econômico e social ocorra de forma ininterrupta, a fim de garantir um patamar econômico mínimo para a manutenção da dignidade humana e, por sua vez, conferir a igualdade entre os grupos etários na partilha dos recursos, direitos e responsabilidades sociais.

O marco inicial para o estabelecimento de políticas públicas para a população idosa ocorreu em Viena, em 1982, quando da I Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, que resultou na aprovação de um plano global de ação. Ação esta que representou um avanço, uma vez que a questão do envelhecimento não era foco de atenção das Assembleias Gerais, nem de qualquer agência especializada das Nações Unidas. Atualmente, o envelhecimento vem sendo discutido e tratado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pela Organização para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

As referidas Organizações trazem discussões e mobilizações através de políticas públicas para o envelhecimento populacional, e apresentam abordagens que visam integrar os diversos setores, a saber: saúde, economia, mercado de trabalho, seguridade social e educação.

A questão do envelhecimento populacional no Brasil está relacionada a uma ampla lista de questões sociais não resolvidas, entre elas, podem-se citar: a pobreza, a exclusão de crescentes contingentes da população e elevados níveis de desigualdade vigentes da sociedade.

Desta forma, estudos sobre o envelhecimento e suas repercussões passaram a ganhar relevância após 1982, quando a Gerontologia⁶ passa a ser legitimada pelas Organizações

⁶ A Gerontologia “é o estudo do envelhecimento nos aspectos - biológicos, psicológicos, sociais e outros. Os profissionais da Gerontologia têm formação diversificada, interagem entre si e com os geriatras. Campo científico e profissional dedicado às questões multidimensionais do envelhecimento e da velhice, tendo por objetivo a descrição e a explicação do processo de envelhecimento nos seus mais variados aspectos. É, por esta natureza, multi e interdisciplinar. Visa a prevenção e a intervenção para garantir a melhor qualidade de vida possível dos idosos até o momento final da sua vida”. Já a Geriatria: “é a especialidade médica que se integra na área da Gerontologia com o instrumental específico para atender aos objetivos da promoção da saúde, da prevenção e do tratamento das doenças, da reabilitação funcional e dos cuidados paliativos” (SOCIEDADE BRASILEIRA DE..., 2016, não paginado).

das Nações Unidas (ONU) como campo de atuação multidisciplinar que investiga, questiona a viabilidade de transformar os aspectos que envolvem o envelhecimento.

No início do século XX, surgem as primeiras políticas previdenciárias, com a implementação das caixas de aposentadoria e pensões em 1923, tanto para as estatais quanto para as empresas privadas. Assim, na década de 30, o Brasil já contava com uma Política de Bem-Estar que incluía previdência social, saúde, educação e habitação. Fruto de pressões políticas e da sociedade civil, as políticas públicas começam a ganhar destaque, trazendo outras iniciativas que impactam, por volta da década de 60, nas políticas brasileiras para a população idosa.

Assinala-se que a primeira delas foi a criação da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia em 1961, denominada inicialmente de “Sociedade Brasileira de Geriatria”, mas, em 1965, esta passa a ser denominada “Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG)”. A SBGG foi criada com o objetivo de “[...] estimular iniciativas e obras sociais de amparo à velhice e cooperar com outras organizações interessadas em atividades educacionais, assistenciais e de pesquisas relacionadas com a Geriatria e Gerontologia” (SOCIEDADE BRASILEIRA DE..., 2016, não paginado).

O Serviço Social do Comércio (SESC) foi o primeiro órgão da Assistência Social que, preocupado com a solidão e o desamparo de idosos na cidade de São Paulo, inicia “[...] uma política dirigida a esse segmento populacional. Até então, as instituições que cuidavam da população idosa eram apenas voltadas para o atendimento asilar” (ALCÂNTARA; CAMARANO; GIACOMIN, 2016, p. 20).

Ainda de acordo com os autores supramencionados, o Governo Federal, em 1974, inicia, com o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), a Assistência ao Idoso com ações preventivas realizadas em centros sociais e através de internação custodial dos aposentados e pensionistas do INPS a partir de 60 anos. Nestas instituições eram admitidos idosos considerados com graves problemas físicos e/ou mental, além da “[...] insuficiência de recursos próprios e familiares e a inexistência de família ou abandono por ela” (ALCÂNTARA; CAMARANO; GIACOMIN, 2016, p. 20). Estas instituições favoreceram espaço para que a sociedade descartasse o idoso, levando ao abandono de alguns “velhos” brasileiros.

A partir de 1988, com a Constituição Federal, ocorreu uma incorporação em medidas da questão do envelhecimento populacional na agenda das políticas brasileiras, tanto nas públicas quanto nas de iniciativa da sociedade civil, sendo o Brasil um dos pioneiros na América Latina na política de garantia de renda para a população trabalhadora, atingindo o ponto mais alto com a universalização da seguridade social neste mesmo ano.

Em 2003 é criado o Estatuto do Idoso, a partir da publicação da Lei nº 10.741 e, com a Lei de nº 10.653, de 28 de maio de 2003, o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) passou a ser denominado Ministério da Previdência Social (MPS). Em 2006 foi realizado o Censo previdenciário e, segundo o MPS:

O anuário estatístico da Previdência Social apresenta dados de crescimento de pessoas físicas contribuintes entre 2004 e 2006. O número aumentou de 30,6 milhões para 33,3 milhões. Um acréscimo de 8,9%, ou seja, 2,7 milhões de cidadãos que passaram a contar com a proteção do sistema previdenciário brasileiro (BRASIL, 2006, não paginado).

No ano de 2009, na segunda Conferência Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, em Brasília, instaura-se um diálogo amplo e abrangente sobre os direitos da pessoa idosa com o Estado e a Sociedade. A Declaração de Brasília estabelece novos redimensionamentos das políticas públicas e serviços prestados nos diversos setores à pessoa idosa. Dentre as diretrizes da Política Nacional do Idoso e ao Estatuto do Idoso, destaca-se a garantia de condições para um prolongamento da vida com qualidade, o que engloba a aposentadoria.

No Brasil, o processo de envelhecimento populacional é fato e está acelerado. Ocorre, como citado, em meio a uma conjuntura recessiva e em meio a uma crise fiscal, que dificultam a expansão do sistema de proteção social para os idosos.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) mostram que a população brasileira de idosos dobrou em 40 anos. Tomando por base o que diz o Estatuto do Idoso⁷, considera-se idoso a pessoa acima de 60 anos (BRASIL, 2003). Conforme os dois últimos Censos, tem-se respectivamente em 2000 um índice de 5,9% da população acima de 60 anos, em 2010, 7,4% e a previsão para 2020 é que 13% da população brasileira esteja nesta faixa etária. “O País assiste a uma redução proporcional da população jovem e a um aumento na proporção e no número absoluto de idosos”. (GIACOMIN, 2012, p. 23).

O que se percebe é que “[...] das responsabilidades entre o Estado, a família e a sociedade no cuidado das questões sobre o envelhecimento suscita muitas dúvidas sobre onde começa e onde termina a responsabilidade de cada um”. (GIACOMIN, 2012, p. 19).

Uma pesquisa feita por Camarano e Kanso (2010), entre 2007 e 2009, identificou nas cinco regiões do país cerca de 3.549 ILPs⁸. O que chama atenção nesta pesquisa é que 57,6% das instituições criadas entre 2000 e 2009 eram privadas, com fins lucrativos e que:

⁷ Lei Nacional nº 10.741 de 1º de outubro de 2003.

⁸ Para a Anvisa, ILPs são instituições governamentais ou não governamentais, de caráter residencial, destinadas a domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem suporte familiar, em condição de liberdade, dignidade e cidadania (CAMARANO; KANSO, 2010).

As instituições brasileiras vivem principalmente do recurso aportado pelos residentes e/ou familiares. Aproximadamente 57% das receitas provêm da mensalidade paga por esses. Financiamento público é a segunda fonte de recursos mais importante, responsável por aproximadamente 20% do total. Além disso, as instituições contam também com recursos próprios, que compõem 12,6% do total do financiamento (CAMARANO; KANSO, 2010, p. 103).

Esta pesquisa mostra que ser idoso no Brasil pode ser sinônimo de peso familiar e social, mesmo diante do histórico de políticas públicas para as pessoas idosas e das seguintes diretrizes: “[...] implantação do sistema de mobilização comunitária, visando, dentre outros objetivos a manutenção do idoso na família e revisão de critérios para concessão de subvenções e entidades que abrigam idosos” (ALCÂNTARA; CAMARANO; GIACOMIN, 2016, p. 21).

Explicando melhor, o que se percebe em pleno século XXI é a existência de um descaso com pessoas que trabalharam anos e contribuíram como cidadãos. Fruto do idalismo, o preconceito ao idoso no Brasil é verídico, sendo comumente aceito no contexto social.

Para Camarano e Kanso (2010, p. 233):

Embora a legislação brasileira estabeleça que o cuidado dos membros dependentes deva ser responsabilidade das famílias, este se torna cada vez mais escasso, em função da redução da fecundidade, das mudanças na nupcialidade e da crescente participação da mulher - tradicional cuidadora - no mercado de trabalho. Isto passa a requerer que o Estado e o mercado privado dividam com a família as responsabilidades no cuidado com a população idosa.

No Brasil, hoje se tem uma gama de Programas e Políticas Públicas que visam manter essa qualidade nas condições do envelhecimento. Elegem-se alguns destes programas, a saber: Projeto Olhar Brasil, Universidades da Terceira Idade, Programa de Incentivo ao Voluntariado de Idosos nos Museus Brasileiros, Programa Viaja Mais Melhor Idade, dentre outros.

Mesmo diante de tantos Programas e Leis que visam garantir às pessoas idosas proteção à saúde, ao atendimento preferencial, por exemplo, se tem problemáticas presentes ao envelhecimento, tais como: o preconceito etário e o gasto econômico na manutenção da saúde - planos de saúde e medicamentos com valores abusivos que, segundo dados pesquisados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2016), representam mais 50% dos gastos dos aposentados no Brasil.

Em 2017, ainda se vive o legado de uma previdência que não dá conta de seus gastos:

Durante encontro do Instituto Nacional de Altos Estudos, secretário Marcelo Caetano avaliou que a reforma é única via para alterar trajetória das despesas previdenciárias. Acrescenta o secretário neste mesmo evento: “Diante do cenário de envelhecimento

populacional em curso no Brasil, a promoção de uma reforma na Previdência tem que estar na agenda de debates na sociedade, no Executivo e no Legislativo”. (BRASIL, 2017, não paginado).

A reforma previdenciária, que está em curso no Brasil, traz a proposta de idade mínima para requerer aposentadoria de 65 anos para homens e de 62 anos para mulheres, e “[...] acaba com a possibilidade de aposentadoria exclusivamente por tempo de serviço no INSS. Além disso, eleva o tempo mínimo de contribuição de 15 anos para 25 anos” (O GLOBO, 2017, não paginado).

Considerando a proposta de reforma da previdência apontada no texto de O Globo (2017), restam então alguns questionamentos: Que trajetória se espera de um país que envelheceu e que não propicia condições dignas de vida para aquele que trabalhou e está em processo de crescente envelhecimento? O quanto este aparato de Leis e Projetos garante a convivência e participação social ao longo da trajetória de inatividade?

Observando, por outro lado, que os idosos que continuam no mercado de trabalho por mais tempo, neste caso, as questões que se sobressaem dizem respeito ao fato de: Estarão dispostos fisicamente e mentalmente para tarefas que mudam constantemente? O preconceito etário tenderá a aumentar ou diminuir com idosos com mais tempo no mercado de trabalho? Terá esse idoso mais respeito ou será criticado por não dar espaço aos mais jovens? As referidas perguntas, alguns trabalhadores próximos à aposentadoria já se fazem e precisarão ser respondidas ao longo do aumento de sua trajetória de trabalho.

A violência social à qual está submetido o idoso no Brasil é uma realidade que ganhou interesse na comunidade acadêmica recentemente. Conforme cita Serra (2010), a violência simbólica é considerada a mais presente. Em sua tese de mestrado intitulada “Eu não tenho mais querer”, mostra claramente que este tipo de violência, por ser silenciosa e, às vezes, invisível, não se torna mesmo dolorosa ao se comparar à força física.

Esta teorização da violência simbólica forneceu-me um suporte analítico para penetrar numa forma de violência contra os idosos que se caracteriza, justamente, por ser sutil, suave, insensível e invisível, legitimada no discurso do cuidado, do bem-estar. Em verdade, tem-se na relação com velhos e velhas, no âmbito da família e da sociedade, expressões do que Bourdieu denomina de “violência simbólica”. (SERRA, 2010, p. 98).

Nesse sentido, idadismo, termo do inglês *agesism*, que é caracterizado por preconceito, estereótipos e exclusão de pessoas idosas, torna-se uma realidade na sociedade contemporânea e, conseqüentemente, no Brasil. Diferente do racismo e sexismo, o idadismo é,

segundo Couto e Marques (2016), menos discutido e pesquisado. Contudo, o envelhecimento populacional é reconhecido como uma das grandes conquistas sociais do século XX.

A violência contra o idoso é realidade sim. Ficar maquiando e negando-a tende só a aumentar as consequências dela ao serem praticadas conscientemente. Ao citar Simone de Beauvoir, Serra (2010) afirma que essa célebre filósofa e estudiosa do envelhecimento “[...] é categórica na expressão de sua indignação, ao afirmar que, em relação às pessoas idosas, essa sociedade do consumo e do descartável exerce uma tirania, abrigando, por trás dos mitos da expansão e da abundância, uma representação dos velhos como ‘párias’” (SERRA, 2010, p. 98).

Dando continuidade à constatação da violência simbólica contra os que envelhecem, Serra (2010, p. 99) cita que: “[...] para Beauvoir, o modo de vida imposto aos velhos pela sociedade burguesa, reforça a necessidade da mesma em mostrar o velho como um outro, pois a sociedade não quer vislumbrar-se na imagem desdenhosa que criou do velho”.

A violência simbólica contra a pessoa idosa, assim, é legitimada. No seu estudo, a médica geriatra relata casos acompanhados por ela entre 2004 e 2005, no qual idosos, em seus discursos, dão indícios de que estão sendo violentados de forma silenciosa dentro de suas próprias famílias (SERRA, 2010).

O estudo foi realizado na cidade de São Luís, no estado do Maranhão, e sistematizado em quatro eixos que revelam as formas peculiares da violência silenciosa e invisível contra a pessoa idosa. O primeiro eixo é descrito como “[...] violência de mudança brusca de hábitos de vida pela retirada do idoso/idoso do seu habitat, privando-o da convivência ‘in loco’ com sua memória afetiva-emocional” (SERRA, 2010, p. 99).

Seguem os relatos de uma idosa entrevistada por Serra (2010, p. 99-100) quando está na casa de uma das filhas e se sente só:

Minha casa é pobre, pequena, mas é minha. Sei que minha filha só quer meu bem, mas não sei nem abrir a geladeira da casa dela! - Estou estes dias no apartamento da minha filha [...]. Desço todo dia com ela para caminhar. Depois ela, o marido e os filhos saem, fico olhando aquela imensidão sem ter o que fazer.

No que se refere ao segundo eixo, a geriatra traz a violência da infantilização. Vai-se ao relato da filha da idosa entrevistada por Serra: “Agora é minha filha”. Apresenta-se agora o relato da própria idosa, que transmite o desconforto de atitudes de vê-la e tratá-la como uma criança: “Meus filhos pensam que eu sou um bebê ou uma velhinha. Não querem me deixar fazer nada [...]. Até meus sapatos altos, eles implicam, acham que na minha idade, já era para

eu andar de chinelo [...]. Sempre andei de salto” (SERRA, 2010, p. 100)”. Estes relatos reforçam a visão de o idoso ser visto e ser tratado com atitudes infantis.

A violência naturalizada é demarcada por Serra (2010) como o terceiro eixo, na qual a pessoa idosa tem sua sexualidade negada. “A família se acha ‘no sagrado direito’ de bloquear, impedir os arroubos e desejos de vivenciar a sexualidade que determinados idosos ousam manifestar” (SERRA, 2010, p. 100). Expõe-se o relato da neta de uma idosa entrevistada por Serra: “A senhora entendeu agora porque a vovó veio consultar, ela está caducando, vê se pode com essa idade e ainda cobrar ciúmes do vovô”. (SERRA, 2010, p. 100).

No quarto eixo, violência da destituição da autonomia, a geriatra afirma que se nega aos idosos o seu direito de ir e vir e, assim, são impedidos de administrar seu próprio dinheiro, escolher suas roupas e até impedidos de selecionarem suas amizades. Percebe-se no relato de uma idosa entrevistada por Serra (2010, p. 111), sobre o impacto da perda da autonomia: “Só vivo no quarto, sozinha, fazendo crochê. Não sei mais cozinhar. Cuidava da minha casa. Nunca precisei de babá, tive 15 filhos, e sempre fiz tudo. Agora não faço mais nada, para que viver? Só para dar trabalho pros outros? Não aguento mais [...]”.

A antropóloga Andrea Lopes, da SBGG, em uma reportagem recente à Revista *Adaptare* afirma que “é preciso investir no processo, porque envelhecimento é diferente de velhice” (LOPES, 2018, p. 7). Assim, o envelhecimento tem que ser visto como um processo e não como uma etapa de natureza apenas etária, e é preciso haver uma educação para envelhecer. “Precisamos dar esse passo: começar a pensar em um processo. E, assim como pensar no processo é importante, é fundamental levar em conta sua heterogeneidade” (LOPES, 2018, p. 7).

É salutar, pois, observar os novos movimentos sociais em torno da idade cronológica. Têm-se as campanhas para que aquele que envelhece se mantenha ativo, viaje, assuma seus cabelos brancos e se mantenha trabalhando. Contrário a este movimento, têm-se os conflitos de gerações que marcam o que é de direito da pessoa idosa com símbolos pejorativos. Lopes (2018, p. 7) traz um destes símbolos como a bengala na imagem que garante as vagas exclusivas para pessoas idosas.

Esses símbolos que estão em torno desse suposto critério organizador da idade ainda acabam arrastando essa ideia de que idade e velhice é igual à decadência, marginalização, depreciação... A pobreza é nossa, não dos idosos [...]. Existe essa crise identitária dessa geração. Você não dá lugar porque é um direito dele, você dá o lugar porque ele, coitado, vai cair. [...] estruturalmente a gente tem que pensar em novos critérios de organização social, porque a gente vai ter – já temos – muitas gerações vivendo juntas (LOPES, 2018, p. 7).

Lopes (2018) ainda afirma que é preciso pensar em envelhecimentos, e como já afirmava Beauvoir (1990), existem velhices e não a velhice. Mas, infelizmente, o que se vê é um banimento daquele que envelhece na sua família e na sociedade atual. A violência simbólica, dentre outras, representa a morte social para Serra (2010), e é refletida nos discursos dos que envelhecem.

No relato de Luiza, tem-se de forma clara o quanto a violência simbólica está presente na sociedade e independe do nível educacional. Para ela, ser idoso é ser menosprezado.

[...] as pessoas de modo geral, não respeitam. Eu dirigia, meu marido, eu tinha carro e ele tinha outro, acontece o seguinte, que eu comecei a ficar temerosa com essa velocidade que essas motos praticam hoje. Elas praticam de tal forma que a gente fica desorientada na hora do trânsito, se a gente vai pra cá ou pra lá. Aí eu, sabe de uma coisa? Vou deixar de dirigir, aí eu deixei, aí fiquei dependente do meu marido, mas, aí eu não fiquei dependente, porque eu tirei uma carteirinha da prefeitura, do idoso e ando pra cima e pra baixo de ônibus. Só que você imagina. Jovens, que você entra no ônibus, tem aquelas cadeirinhas próprias, eles estão sentados, sentados ficam. Outra coisa também é a questão das faixas, faixas de pedestre, é um absurdo que eu acho aqui em São Luís, porque eu estive no Canadá há um tempo atrás quando eu trabalhava na Universidade, eu coordenei um convênio internacional no Canadá. Quando você, qualquer pessoa, botava o pé abaixo do fio de pedra eles já paravam o carro. Aqui não, eles te esmagam se você não gritar. É desse jeito. [...] com relação... a gente observa que as pessoas ficam olhando. Quando você vê uma mulher grávida, eu já acho uma coisa natural, mas o homem não, principalmente homem fica só acompanhando com o olhar a barriga da mulher, assim é o idoso. O idoso também é acompanhado, de uma forma, como se fosse uma forma, não é agressiva, é uma forma de menosprezo (LUIZA).

Envelhecer, para Roesler (2014), é encarar além da idade cronológica e as limitações a ela associada, os marcadores sociais do ser velho. A associação entre ser velho e estar aposentado, em uma sociedade que tem como modo de produção o capitalismo, é “conceber o sujeito que envelhece como incapaz de continuar produzindo bens e serviços; dito de outra forma, a partir desta perspectiva, o aposentado perde sua ‘utilidade’ e torna-se um peso social” (ROESLER, 2014, p. 92).

Gabriel relata que adaptar-se ao envelhecimento é difícil, e associa sua limitação física e mental ao fato de ter envelhecido e aposentado, reafirmando o que Roesler (2014) coloca como associação entre a velhice social da velhice biológica. Mesmo com suas capacidades intelectuais e físicas ainda mantidas:

[...] eu me aceito hoje como aposentado por causa da minha idade, eu como médico sei as minhas limitações hoje aos 78 anos de idade, então hoje eu tenho conhecimento disso e eu acho que não teria a capacidade física, pelo menos, a mental acho que ainda tenho, pra fazer o que fazia antes como professor, acho isso (GABRIEL).

Na fala de Rodrigo, percebe-se que mesmo ele dizendo ter internalizado o envelhecimento, paradoxalmente expressa como é estar à frente das limitações sofridas do processo de envelhecimento:

Eu internalizei isso, tá? E... Né (sic). Tranquilo. Às vezes eu vejo, puxa gente, não. A própria cultura diz, mas ser velho é difícil né? (sic) [...]. É uma experiência que a gente nunca teve, entendeu? É coisa nova. [...] eu fiz esse comentário semana passada, eu disse: “eu sou jovem há mais tempo né?” (sic). Mas, é interessante. Eu tava (sic) na fila, na lotérica né (sic), acho que eu era o terceiro ou quarto na fila de idoso, aquela fila preferencial, daí chegou uma senhora: “aqui que é a fila de idoso?” E eu muito sério, eu disse: “não senhora”, e aí ela disse: “mas é aqui a fila de idoso”, e eu disse: “não senhora, aqui é a fila de jovem há mais tempo, se você quiser ficar...” (risos). Ela ficou séria no primeiro momento, depois ela caiu na risada (risos) (RODRIGO).

Maiza fala do envelhecimento do outro, e ao falar traz pontualmente seu medo de envelhecer e de parar de ter atividades. Para ela não ter atividades é sinônimo de inutilidade, depressão e demência.

E aí tem surgido mais professores que ainda estão fazendo alguma coisa do que parado totalmente. Até agora os que eu encontrei que pararam totalmente, um faz trabalho voluntário, o que parou totalmente tá (sic) com depressão, com o início maior do processo de envelhecimento [...]. Isso que eu penso. Eu tive uma tia, ela já faleceu, isso eu era bem jovem, mas isso me chamou muita atenção, foi ela se aposentar, você perde a noção até de que dia é hoje, ao passo que se você tem uma rotina você se liga, se liga no mundo, se liga nas coisas. A... não é desligado, ainda eu acho, mas assim, corre o risco (MAIZA).

Exemplifica-se, porém, com a fala de Tereza, que encontrou em atividades de estimulação e socialização o retorno a um processo de ser reconhecida e a ressignificação do sofrimento em prazer:

Hoje posso dizer que retomei a alegria e o prazer de viver. Estar com idosos da mesma faixa etária ou até mais velhos me faz alegrar. Eu aprendo com eles e eles comigo. Tem dia que me sinto como professor novamente. Lá tenho oportunidade de dar minha opinião... [...] saber que meu corpo atende à dança, que minha mente responde os exercícios de raciocínio e lógica me faz sentir leve, capaz. Eu quase morro deprimida, mas minha família persistiu e hoje não falta um dia. Cada dia quero aprender e ensinar (TEREZA).

Mas, infelizmente, como cita Camarano (2013, p. 124), na sociedade capitalista “[...] o velho deixa de ser alguém com muito tempo de vida para ser o que se descarta por estar em desuso e, conseqüentemente, sem valor. [...] com a mesma intencionalidade, se reproduz a imagem fantasmagórica da velhice”.

Ao observar os discursos de Maiza, Rodrigo, Gabriel e Tereza, o envelhecer passa pela a aposentadoria e esta, conseqüentemente, coloca à frente daquele que se aposentou o

envelhecimento e suas implicações. “A saída do mercado de trabalho produz consequências e desdobramentos que vão além da questão econômica, atingindo também outras esferas da vida dos indivíduos” (ALONSO, 2012, p. 238).

Há, no capítulo seguinte, uma esfera nova, e nesta se apresenta a trajetória das categorias de trabalho que historicamente obtiveram um relativo reconhecimento: trata-se de “O Docente da Universidade Federal do Maranhão e a aposentadoria”. Nele são discutidas as repercussões na subjetividade do docente na condição de inativo que não retorna ao magistério do ensino superior, e o reencontro com a família. Sabe-se que o trabalho tende a retirar a convivência familiar por um longo período de tempo e, com a aposentadoria, essa convivência pode ficar mais presente e real. São discutidas, também, as estratégias necessárias tanto para diminuir as repercussões negativas no contexto social quanto no familiar do docente de ensino superior aposentado.

4 O DOCENTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO E A APOSENTADORIA

O desenvolvimento teórico da pesquisa produzido até aqui diz que a noção de trabalho é uma construção histórica. Com a necessidade de produzir e consumir, se pensa nas transformações ocasionadas e sofridas no mundo do trabalho; consequentemente, em algumas ocupações e carreiras.

A profissão de docente de ensino superior no Brasil, como qualquer outra ocupação, sofreu várias mudanças nos últimos 25 anos. Mas houve um momento em que o trabalho docente superior ganhou prestígio social. Isso se deu por volta de 1808, com a chegada da família real. A escassez de faculdades que formavam profissionais liberais fez com que aqueles que tiveram acesso ao ensino superior à época ocupassem postos privilegiados, e como havia pouca oferta de cursos superiores, quem possuía um título de formação superior era gente de elite.

O Brasil, em 1962, possuía 25.213 docentes atuando no Ensino Superior. Dez anos após, em 1972, eram 67.894 e, em 1982, 116.111 docentes. Após a Constituição de 1988 tem-se expansão do ensino superior e diversos cursos são abertos em todo o país, através das Universidades Federais.

Em 2003, o número de docentes do ensino superior chegou a 254.153. Dados mais recentes mostram que há 384.094 docentes, número calculado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em 2016.

Os dados indicam o claro crescimento no ensino superior brasileiro. Mas, percebe-se que é na segunda metade do século XX, com a globalização econômica, que se inicia uma série de novas exigências ao trabalho docente (FREITAS, 2013). “As transformações ocorridas no mundo do trabalho, no final do século 20, estabelecem novas demandas ao trabalho do professor, bem como propiciaram um novo ambiente de trabalho para o exercício das atividades docentes: ambiente virtual” (FREITAS, 2013, p. 36).

As reformas educacionais foram primordiais para que essas transformações acontecessem. O cenário dos professores inativos entrevistados nesta dissertação é de execução do trabalho na docência do ensino superior, antes de muitas destas reformas atuais. Assim, os entrevistados, em sua maioria, relatam o quanto seria difícil continuar trabalhando na docência do ensino superior diante de tantas transformações, o que é pontualmente afirmado por Nascimento et al. (2016, p. 127):

[...] as reformas educacionais promovidas pelos organismos internacionais aos países da América Latina, nas duas últimas décadas do século XX e em curso no novo milênio, propiciaram mudanças consideráveis nas formas de organização e gestão das instituições de ensino superior, impactando, sobretudo, o trabalho docente.

Desta forma, no século XXI tem-se a precarização deste trabalho, bem como a desvalorização social com baixos salários e a violência em sala de aula (CARNEIRO, 2013).

Prado e Prado (2013, p. 1) sinalizam que:

A dimensão do papel atribuído historicamente ao professor de transmitir conhecimentos, preparar pessoas para o mercado de trabalho e, sobretudo, formar cidadãos para a vida tem sido cada vez mais ampliada e, em contrapartida, os direitos trabalhistas garantidos a estes profissionais vêm sendo cada vez mais objeto de precarização, o que tem contribuído para o crescente descompasso entre o que se espera, o que se exige do professor e os direitos que lhes são garantidos, como prerrogativas para o exercício desta nobre função.

Para Bosi (2007), foi na segunda metade do século XX que houve aumento de matrículas nas Instituições de Ensino Superior (IES), dando espaço maior para as IES privadas:

Se até a década de 1980 cada setor ficava com 50% das matrículas realizadas, no final da década de 1990 esta relação foi de 70% para 30% em favor das IES privadas. Dados do MEC/INEP sobre o ano de 2004 indicavam que tal relação prosseguira a mesma tendência verificada nos anos 1990, atingindo uma proporção de 80% para 20% em favor das IES privadas (BOSI, 2007, p. 1507).

Oliveira (2004), Santos (2004) e Augusto (2005) mostram em suas pesquisas que o “fazer” dos professores no ensino superior acabou por ser mercantilizado, acarretando, assim, em mudanças contratuais e, por consequência, havendo a precarização deste trabalho.

Essa mercantilização do ensino superior trouxe mudanças nas rotinas de trabalhos e exigiu tarefas além das até então conhecidas da profissão (técnico científico). Exigiu, por exemplo, uma visão pedagógica com rotinas que vão desde os planos de ensino, metodologia de ensino e de avaliações, tais como: ensino-dirigido, sala de aula invertida, situação-problema, dentre outros.

Maués (2009, p. 22) afirma que, “[...] as tarefas que hoje são exigidas desse profissional ampliaram consideravelmente, devendo o professor ser responsável por classes multiculturais, pela avaliação e o aconselhamento de cada aluno”.

Na visão de Carneiro (2013), há uma exigência acelerada do docente do ensino superior. Exigindo-se características bem diferentes do passado, uma vez que este passa de um mero especialista para um eterno disponível para atualizações: mestrado, doutorado, pós-doutorado. Passa a ser o “sempre aberto” para mudanças na sociedade.

Neste sentido, Maiza pontua que, caso não tivesse se aposentado, teria atualmente mais sofrimento que prazer. Apesar de sentir falta da docência, não conseguiria lidar com as atuais condições de trabalho do professor de ensino superior.

Eu sinto bastante às vezes. Dos momentos de conversas, dos momentos de trocas, mas mesmo assim a gente tenta se encontrar de vez em quando. O que eu mais senti não tem a ver com o trabalho em si, mas com a convivência, não sinto saudade daquele ambiente da universidade. Porque depois que eu me aposentei piorou bastante, as condições de trabalho ficaram piores, as condições até... se bem que nessas últimas gestões até que eles deram uma melhorada nos espaços físicos, mas eu digo é a dinâmica, uma dinâmica muito exigente (MAIZA).

Apresenta-se, a partir deste ponto, um breve registro histórico sobre como a UFMA se tornou uma Universidade Federal. Até o ano de 1966, a UFMA era Fundação Universidade do Maranhão (FUM): “foi instituída, pelo Governo Federal, nos termos da Lei n.º 5.152, de 21/10/1966 (alterada pelo Decreto Lei n.º 921, de 10/10/1969 e pela Lei n.º 5.928, de 29/10/1973), [...] com a finalidade de implantar progressivamente a Universidade do Maranhão” (PORTAL UFMA, 2017). Em 1967, foram eleitos, pelo Conselho Diretor, os primeiros dirigentes da nova Universidade. Contudo, a homologação e aprovação da Universidade só ocorreram em 13 de agosto de 1970, pelo Decreto Lei n.º 67.047 e Decreto n.º 67.048.

Ainda como FUM, foram implementadas as Faculdades de Direito, Farmácia e Odontologia, Filosofia, Ciências e Letras, Serviço Social, Ciências Médicas, e a Escola de Enfermagem (LÉDA, 2013).

Ao se tornar Universidade Federal do Maranhão, e:

Em sintonia com o movimento nacional, em 1985 a UFMA participou, pela primeira vez em sua história, de uma greve dos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), com uma pauta específica, que tinha entre outras reivindicações: realização imediata de eleições diretas para todos os níveis da administração; elaboração de novo estatuto e regimento interno; contratação de professores mediante concurso público (LÉDA, 2013, p. 31).

Ao se conhecer a história da UFMA e dos entrevistados na construção desta dissertação, percebe-se que todos eles entraram na Instituição como FUM. Como relacionado, em 1985 tiveram que realizar concurso e dois dos entrevistados relataram que não conseguiram incorporar este tempo como professor temporário na FUM nas suas aposentadorias. Conforme depoimentos na sequência:

Trabalhei na UFMA trinta e cinco anos, eu entrei num primeiro momento, saí depois por conta de uma lei e entrei de novo, com isso eu não completei os anos pra dar essa

interrupção. Embora eu não tenha... eu saí hoje, uma semana depois teve concurso e entrei de novo. [...]. E gozado, porque nessa época eu tinha... eu tava no banco ainda, eu só tinha vinte horas na UFMA, então eu ainda trabalhava no banco, né. E como eu me aposentei do banco essa lei me obrigava também a sair da UFMA. E eu não levei nem dinheiro, nem tempo de serviço pra UFMA, que eu tinha no banco. Olha que lei! (RODRIGO).

Quando entrei na Universidade, eu entrei como técnico, naquela época você tinha contratos, não sei se ainda existe hoje, mas deve existir. Aí foi em oitenta e um, fiz meu concurso, aí entrei, mas entrei como... tinha um termo que eles davam, não era substituto, era um outro termozinho... colaborador, era uma coisa assim. [...] eu acho que era na época, esse termo que eles usavam... se eu me lembrasse... Aí pronto, quando eu fiz o concurso, aí logo depois a APRUMA fez um movimento pra quem tinha feito concurso até aquela época ser incorporado no magistério, aí eu fui incorporada, eles esqueceram todos os anos que eu já tinha [...] (MAIZA).

Ainda era Fundação. Então, ele [marido] levava com ele uma carta que um ex-diretor meu de laboratório de ciências do mar lá em Fortaleza fez sobre o meu trabalho, sobre a minha pessoa e ele ficou encantado, ele queria realmente, o cônego, fundar aqui um laboratório montado pra ciências aquáticas, então foi bom. [...] e ele foi e falou pra mim, o cônego, disse que ia montar aqui um laboratório, que aqui no Maranhão tem muita água, que se eu viesse pra cá ele ia me contratar pra trabalhar. Mas aí naquela época a Universidade do Maranhão não tinha tradição de pesquisa, não tinha muito recurso porque era tipo uma fundação, não era ainda federalizada. O certo é que levei um tempo, levei uns cinco anos nesse vai e vem, contrata, não contrata. Aí ao final eu fui contratada. Como professor extraordinário, depois [...] nessa época não existia Ciências Biológicas aqui e também os nomes dos cursos não era Biologia, era História Natural em todo o Brasil, você se formava em História Natural (LUIZA).

O que chama atenção nas falas dos entrevistados é que a história dos seus percursos profissionais dentro da UFMA confunde-se com as histórias dos cursos nos quais lecionaram, revelando as dificuldades na qualificação, como no caso dos mestrados. Os mestrados foram necessários durante as mudanças de FUM para UFMA e durante os processos de reconhecimentos dos cursos pelo Ministério da Educação (MEC). Discorrem sobre sua história e percurso profissional associado às criações dos cursos de graduação, pós-graduação e dos cursos de extensões:

Voltei pro (sic) zero e fui entrando. Aí fui coordenadora de estágio, coordenadora de curso, sempre gostei, embora não goste muito de atividades administrativas, dentre as atividades administrativas a que eu me identificava era com a coordenação, ser chefe de departamento, jamais (risos), é muito chato! E eu fui coordenadora de monografia também, então eu fazia muitas atividades, fazia tudo, ensinava, orientava monografia, fazia pesquisa. Até porque no meu Departamento era quase uma exigência, todo mundo fazia isso. Então, me dediquei muito. Aí depois eu fiz o mestrado, de políticas públicas, trabalhei muito por esse mestrado, muito assim... na organização, foi o nosso departamento que começou, fiz o mestrado e depois eu fiz o Doutorado na Unicamp, foi em 2000 (MAIZA).

Assim, no sentido de pressão, ninguém acreditava no novo. Mas menina, eu trabalhei, eu sou muito definida assim, tenho muita garra, então foi para a frente (risos). Então, a trajetória foi muito difícil, mas foi vitoriosa, mas depois que... e isso tudo nós publicando, criamos o Boletim do laboratório, que já circulava internacionalmente, e com isso eu queria só mais que tudo crescesse. [...] mas, ao mesmo tempo que as coisas iam crescendo eu ia passando a direção para outras pessoas, porque eu achava

que já tinha feito muita coisa e tinha que dar oportunidade pros outros. E quando eu saí da universidade, também a aposentadoria, eu sugeri, antes de sair, eu sugeri a transformação do departamento x e y. [...] ficamos assim aguardando até que chegasse outra oportunidade, aí foi quando a N... entrou, agora, eu mês passado soube que foi criado o Instituto de Ciências do Mar e parece até que o MEC tá doando um navio pra pesquisa (LUIZA).

[...] o curso de Pedagogia tem meu nome nele e de outros professores que reestruturamos o curso. [...] o MEC quando veio já estava tudo certinho. Foi só regulamentar [...] (TEREZA).

Dos seis entrevistados, cinco possuem mestrado e apenas uma docente cursou até o doutorado: a Maiza. Essa qualificação foi exigida para que estes docentes se mantivessem lecionando. Apenas Maiza conseguiu realizar o doutorado. Percebe-se que o mestrado foi realizado de maneira penosa por quatro dos docentes aposentados, e tinha por intuito se manter na docência do ensino superior. Estes quatro docentes afirmaram o quão foi sacrificante conciliar e manter a dinâmica familiar diante do mestrado:

Aí a história começa. Eu depois fui fazer o mestrado, né, eu com o grupo quase todo, só... deixa eu ver... só x já tinha, y também já tinha, aí fomos todos pra UERJ, pra gente fazer o mestrado... [...] quando eu fui fazer mestrado o T... nasceu, que é o meu caçula que tem autismo, hoje com dezoito anos. Não foi fácil sair..., mas, tinha que ir (RODRIGO).

Só fiz até o mestrado com dificuldades mesmo, quando eu fui fazer mestrado aqui não havia mestrado, agora já tem. [...] o mestrado tinha um prejuízo muito grande. Deixei minha casa com tudo dentro aqui e a pessoa quase destruiu e nem pagou o aluguel. [...] não foi fácil conseguir a casa de volta. Eu fui para o Rio Grande do Sul, tanto que a segunda parte do mestrado eu fiquei aqui mesmo. [...] então, era para largar tudo, casa, tudo para ir pra lá, não é fácil não pra largar tudo assim. Nunca mais me interessei de fazer doutorado, marquei várias vezes (PEDRO).

Quando comecei na UFMA era Fundação, aí com o reitor x. Fomos convidados – para não dizer convocados de bom grado – para fazermos mestrado. Fiz em São Paulo. Deixei meu marido e meus filhos aqui. Tenho certeza que tive que fazer de tudo para não adoecer (TEREZA).

[...] na época que o reitor x entrou na UFMA, ele exigiu que todos os professores auxiliares de ensino tivessem mestrado [...]. Nisso eu estava no quinto mês de gravidez da minha filha, da mais nova, aí olha só, para ele o curso que tinha mais conceito era na Universidade Federal de Lavras e o meu era em São Paulo, aí o que acontece, divide aqui a mudança, ele vai pra São Paulo com os três filhos que nós tínhamos já e eu vou pra... ele vai pra São Paulo não, ele vai pra Minas com os três filhos e eu vou pra São Paulo com a M... na barriga, o certo é que a M... nasceu em Rio Claro, porque eu fui fazer na Universidade Estadual Paulista, com quinze dias eu estava em sala de aula porque foi normal o parto e ele ficou lá, uma tia dele foi com ele pra tomar conta das crianças, que eram três. E aí a gente ficou nessa separação. O curso dele era muito puxado em termo de matemática e ele fazia muito tempo que não pegava, matemática é uma disciplina muito difícil, eu sempre achei, aí ele ficava direto lá estudando, quase ele (pausa). Quando a M... nasceu, a minha filha mais nova, ele foi conhecer depois de dois meses, então foi uma dificuldade muito grande e o doutorado ia ser pior, eu ainda tinha filho pequeno [...] (LUIZA).

Vale ressaltar que, atualmente, o ingresso dos docentes na UFMA se dá através de concursos, já exigindo no mínimo mestrado e, na maioria dos editais, exigindo doutorado. Recentemente, o acesso aos programas de pós-graduação em mestrado e doutorado são mais frequentes no estado do Maranhão. Nos dias de hoje existem cerca de 60 mestrados e doutorados (CAPES, 2018), o que facilita a qualificação dos docentes e pode significar menos sofrimento pelo afastamento da estrutura familiar e social durante a construção da carreira como docente do ensino superior.

Para Maiza, o fato de ter desenvolvido trabalhos na graduação e pós-graduação fez com que ela se sentisse realizada como professora, escolhendo se aposentar após acreditar que havia findado sua “missão”:

Pra mim eu acho que foi muito bom, eu gostei, o que eu não fiz é por que eu não quis, não tinha pique, não queria, tem gente que continua. Sim, eu ainda fui também da nossa associação de ensino brasileiro, fui vice-presidente regional, participei muito da associação nossa. Então eu acho que não ficou nada (pausa) assim, dentro do que a vida acadêmica (pausa curta). Eu acho que eu fazia de tudo, não tenho assim, ah... uma tristeza (MAIZA).

Pedro relata que gostaria de ter cursado o doutorado em seu percurso como professor: “Acho que eu realmente era para ter feito um doutorado. [...] foi uma coisa que eu perdi, saí perdendo porque quem tem doutorado tá ganhando bem mais [...]. Ainda me convidaram para fazer um doutorado na Alemanha, mas também teria mudança [...]”. Durante este relato, Pedro traz um olhar vago e distante. Talvez alguém que realmente gostaria de ter ido além na sua carreira.

Rodrigo, antes mesmo de iniciar a gravação, se emocionou quando disse o quanto se dedicou à UFMA e que foi muito difícil ter sido convidado para sair. Vale ressaltar aqui que Rodrigo teve aposentadoria compulsória:

Tive que voltar para casa. Eu senti falta, lógico, num primeiro momento da aposentadoria, muita falta, mas eu acho que a minha missão foi cumprida. O que eu não queria, até passei, não queria, por exemplo, ir pra chefia de departamento, eu fui porque não tinha ninguém, não porque eu queria (risos). E sofri muito por conta disso: [aposentadoria] (RODRIGO).

Aposentar e continuar trabalhando, portanto, não foi possível para Rodrigo, o que ele pontua como uma frustração. Ele tentou ainda se manter pela UFMA através do seu trabalho voluntário com crianças com autismo.

“Gente, a gente precisa fazer um convênio...”, pro (sic) departamento e pro (sic) NPA especificamente, esses meninos, eles não têm... a gente precisa de teste, pelo menos de aptidão, se ele vai pra clínica ele já leva esse teste de aptidão e aí o profissional já

sabe o que que vai chegar [...]. Então a minha proposta foi essa, eu disse “gente, inclusive eu acho que concurso seria uma beleza”, porque faria o seguinte, um dia na semana recebia essas crianças que a gente encaminhava pro NPA, então vocês vão receber por semana, vamos encaminhar, por exemplo, quatro crianças por semana. Então os estagiários... seria uma beleza pros (sic) estagiários, acompanhando ali do lado, já conhecendo essa realidade do TEA, dos transtornos, né (sic)? Com essa diversidade todinha (RODRIGO).

A fala de Rodrigo demonstra que não deram a oportunidade de continuar, mesmo como voluntário, no departamento de Psicologia da UFMA: “Mas aí não me deram, né. Aí depois eu falei com Z e ele disse: ‘não, encaminha por aqui, encaminha aqui pelo Centro, que pelo Centro eu vou lá’, mas eu falei com X, ‘soubeste daquela palestra sobre a Cannabis?’” (RODRIGO).

No caso de Pedro, este afirma que optou pela aposentadoria voluntária, pois, diferentemente de Rodrigo, recebeu “uma carta um mês antes de completar setenta anos”. “Porque eles mandaram uma carta uns três meses antes, pedindo que se eu não me aposentasse antes de completar setenta anos, nem que fossem quinze dias antes, se eu não me aposentasse eu poderia ter perdas na aposentadoria” (PEDRO). Pedro, assim, iniciou imediatamente seu trabalho no núcleo de estudos de línguas e ministrando aulas particulares.

Uma pesquisa realizada na França, por Roesler (2014), com docentes de ensino superior que permaneciam em suas atividades acadêmicas, mesmo com o direito adquirido de aposentadoria, aponta que por todo o percurso exigido da carreira docente superior, estes sujeitos acabam por reafirmar a centralidade do trabalho em suas vidas como fonte de satisfação e realização.

Jaqueline Barus-Michel, docente de 82 anos, professora emérita pela Universidade de Paris, em sua fala traz essencialmente o medo do aposentar-se e ficar sem atividade alguma. “Argumenta que muitas pessoas, ao se aposentarem, perdem o futuro, uma vez que este é vivido a partir do trabalho” (ROESLER, 2014, p. 5).

Nesta mesma pesquisa, fora entrevistado Robert Castel, sociólogo, que enfatiza a centralidade do trabalho em algumas de suas obras. Em sua fala ele “[...] assinalou que sem universidade, os alunos, os cursos, as conferências, os livros e as trocas intelectuais, sua vida não teria sentido” (ROESLER, 2014, p. 6).

Outra entrevistada por Roesler foi a docente aposentada Anne-Marie Guillemard, que pesquisava sobre a aposentadoria e a reforma da proteção social. Para esta docente, continuar trabalhando após a aposentadoria pode ser altamente discriminatório. Também sinaliza que aqueles que se aposentam e continuam trabalhando são “[...] considerados quase como ladrões de emprego” (ROESLER, 2014, p. 7).

Contudo, esta mesma entrevistada afirma que é preciso que as pessoas, ao se aposentarem, sejam ativas, busquem informações e atividades mesmo fora do mercado de trabalho. Para Jacqueline Barus-Michel, citada anteriormente, o docente, por trabalhar com o intelectual dificilmente se aposenta, pois a atividade está dentro dele.

Uma pesquisa realizada no Brasil por Menezes e França (2012) com docentes do ensino superior que se aposentaram, discute-se que a possibilidade do findar de uma carreira relativa de reconhecimento - construída a partir de um pensar social, econômico e cultural -, traz vivências de prazer e sofrimento psíquico do professor na condição de servidor inativo.

Retomando Nascimento et al. (2016), que realizaram entrevistas com docentes idosos que se mantiveram atuantes nas suas relações com o trabalho no ensino superior, destaca-se que a realização no desempenho da função de professor, a inclusão social e a existência de uma rotina trazem satisfação e prazer diante do envelhecimento.

Uma das entrevistadas por Nascimento et al. (2016) afirmou que uma das vantagens de permanecer ativo é a de se sentir participando do mundo. “Ano que vem faço oitenta anos. Então eu ia ficar em casa olhando pro (sic) teto? E também não quero fazer outra coisa. Quero isso! (E1)” (NASCIMENTO et al., 2016, p. 130).

Outra professora idosa, entrevista por estes pesquisadores, relatou que ao continuar entrando em uma sala de aula para lecionar, mesmo aos 64 anos, a faz se sentir como se tivesse 18 anos, idade que iniciou a carreira na docência. Continuar lecionando: “[...] é bom, me distrai, eles (os alunos) me rejuvenescem... eu recomendo todo mundo a trabalhar e trabalhar até tarde, para se manter jovem, se manter, digamos, se manter com saúde e manter um espírito assim, um foguinho de desejo (E12)”. (NASCIMENTO et al., 2016, p. 130).

Ser ou ter sido professor do ensino superior no Brasil marca a carreira profissional diante de um compromisso social. Por esse motivo, Maiza afirma que a aposentadoria dela teve que ser um processo gradativo, e acredita que, na carreira docente, em um determinado momento é preciso dar espaço para outros:

Por esse motivo que eu te falei, por achar que tinha que dar oportunidade pra outras pessoas e por que eu achei que tava no tempo. Não é fácil você deixar uma coisa que você gosta, porque eu sempre gostei de tudo, eu sempre gostei de orientar monografia, sempre gostei de dar aula, sempre gostei de pesquisa, o que eu gostava menos era dessas atividades administrativas, mas fazia também, sem problemas. E eu fiz assim, eu me desliguei primeiro da graduação, ainda fiquei com monografias, quando as monografias acabaram eu não peguei mais monografias, fiquei na pós, aí fiquei dando aula em pesquisa e orientando... eu fui me afastando aos poucos (MAIZA).

Já para Tereza, a aposentadoria veio em meio ao adoecimento e falecimento do marido, e que a levou a ter depressão ao se perceber sem o trabalho e sem o companheiro, com quem foi casada por 50 anos:

Quando parei de trabalhar meu marido adoeceu. Na verdade, ele já vinha doente e resolvi parar de ir para UFMA. Quando fizemos bodas de ouro ele já tava bem ruinzinho. Perdi meu marido e me dei conta que não tinha mais o que fazer. Minha casa parecia um hospital movimentado. Entrava médico, enfermeiras, fisioterapeutas, gente visitando ele... aí quando ele morreu minha casa virou um silêncio que doía muito. Tive depressão, foi quando meu filho procurou alguma coisa para eu fazer [...]. Hoje, sou ativa, vou todo dia para atividade, converso, danço... sou outra pessoa (TEREZA).

Outra pesquisa com docentes do ensino superior aposentados que optaram por continuar trabalhando foi realizada em 2014, por Jogaib e Muniz (2015), que concluíram que os professores entrevistados mantiveram-se trabalhando justamente para continuarem tendo o reconhecimento social, pois, “[...] compartilhavam coletivamente valores do bem comum, tornando possível uma boa articulação entre o uso de si por si e por outros” (JOGAIB; MUNIZ, 2015, p. 47). Isso fica visível na fala de uma das entrevistadas quando compartilha decisões, problemas e atividades com o seu grupo atual de trabalho, em que se sente afinada e reconhecida pela dedicação e consideração que a equipe tem por ela.

Na fala do Rodrigo fica evidente que o mesmo encontrou reconhecimento fora do ambiente de trabalho na atividade voluntária:

Olha, nessa minha atividade meu prazer, olha não tem como quando uma pessoa me liga precisando de alguma coisa que eu posso, lógico, dentro da minha limitação, de eu não conhecer né (sic)? A coisa como eu deveria e tal, mas dentro desse pouquinho, eu tentar passar isso pra uma mãe, que quando às vezes me dá um retorno, né (sic), ou professor, quando a gente se encontra, né (sic)? Até hoje a academia me chama de professor, entendeu? (risos). E ficou isso. Então “olha foi muito bom né (sic), meu filho já está encaminhado, já tá na clínica tal, tá fazendo a terapia tal”. Então isso é, é muito prazeroso. É muito prazeroso. Agora, aquilo que não é prazeroso é quando a gente não tem, a gente vê que não tem mesmo, apesar da, de você fazer uma coisa, mesmo sendo pouca, você vê que não tem resultado nenhum né (sic) (RODRIGO).

Portanto, o reconhecimento para o aposentado não virá mais do ambiente de trabalho. Para Gernet (2010, p. 62), “[...] o reconhecimento do trabalho participa da realização do ser no campo social. Essa dinâmica permite entender de forma particular como, graças ao trabalho, alguns indivíduos conseguem consolidar a própria identidade”.

Claramente se percebe que o reconhecimento fora do ambiente de trabalho após aposentadoria é salutar para a ressignificação da saúde mental perdida. Gabriel teve diagnóstico de depressão:

[...] mas, a alegria maior é o reconhecimento da comunidade e principalmente das pessoas que foram meus alunos como professor da universidade durante esses mais de vinte anos. Por exemplo, eu não posso ir no banco... quando eu vou ao banco, quando eu vou a alguma instituição, quando passo em algum lugar eu me sinto satisfeito porque eu sou bem tratado [...]. Você imagina que eu chego ali no Banco do Brasil e quando eu entro no banco todo dia chegam pelas minhas costas: “oh, meu professor, querido”. Então é assim que é bom, a satisfação ainda existe através disso, que eu herdei do ato de ser professor [...]. Tenho muitos motivos pra ficar satisfeito, só o fato de ser recebido, reconhecido e teoricamente homenageado pelos meus alunos como um dos melhores professores da universidade, isso é uma satisfação imensurável (GABRIEL).

A carreira de docente no Brasil e, em especial, no cenário do qual fizeram parte os entrevistados, até 15 anos de aposentadoria como docente do ensino superior foi possível um espaço de reconhecimento dos pares e alunos. Pode-se dizer que, mesmo diante do cenário atual do ensino superior, este reconhecimento ainda é um mobilizador diante dos sofrimentos trazidos no percurso profissional. Assim, fica evidente a satisfação de ensinar e o prazer, mesmo diante dos sofrimentos, de os entrevistados terem feito parte das histórias dos cursos em que lecionaram.

4.1 O docente inativo e o reencontro familiar: conquistas e desafios

Após a aposentadoria o trabalhador se volta, em grande parte, para a vivência familiar, ou seja, o aposentado tende a experimentar maior convivência com a família ou com outros grupos sociais que, por sua vez, não propiciam o reconhecimento antes adquirido no trabalho.

Na pesquisa de Roesler (2012) com bancários aposentados, ela ratifica que a possibilidade do “retorno ao lar”⁹, com o cessar das atividades laborais, traz medo, insegurança e pode representar o compartilhamento em tempo integral de uma rotina e hábitos familiares antes não vivenciados. Lembra a pesquisadora: “[...] que a maioria dos entrevistados exerceu ou exerce cargos diretivos, tendo às suas ordens grupo(s) de empregados ou de funcionários. [...] a tentativa de impor uma visão gerencialista no âmbito doméstico gera atritos, principalmente com as esposas” (ROESLER, 2012, p. 212).

A categoria docente, assim como muitas outras categorias, pelo volume de trabalho exigido durante seu percurso profissional acaba por não ter muito contato com a família. Um

⁹ A maioria dos entrevistados pontua que a vida dedicada ao trabalho como bancário tirou deles o contato com a família. “Voltar para casa”, pode se tornar desgastante. Na citação de José – codinome utilizado na tese – ficar em casa, acabará em divórcio: “Quando ela me conheceu eu já não parava em casa. Saio cedo e volto à noite. E aparece um bicho desses [referindo-se a si próprio] o dia inteiro atrás dela, ela vai ficar muito louca” (ROESLER, 2012, p. 210-211).

dos docentes entrevistados por Léda (2013, p. 113), em sua tese de doutorado intitulado “Trabalho docente no ensino superior: análise das condições de saúde e de trabalho em instituições privadas do estado do Maranhão”:

[...] expressou que a sua elevada carga horária também lhe propicia não se defrontar com suas questões familiares, assumindo que isso lhe traz grandes prejuízos: “Até acredito que pelo fato do casamento não ser aquilo que esperava, é até uma forma de eu não me defrontar com a minha realidade afetiva, familiar e canalizar os esforços para a família” [...].

O trabalho intelectual do docente de ensino superior vai além do empenho e dedicação. “A supervalorização do trabalho, como um instrumento de alcance do sucesso, coloca em planos secundários, outras esferas da vida como a familiar e a social, pois o mercado exige dedicação total à carreira profissional, seja para admissão ou permanência nos empregos” (FRANÇA, 2015, p. 12).

Dos seis docentes aposentados entrevistados, quatro deles relataram que a rotina de trabalho os afastou da família. O relato que mais denota esse dilema é de Gabriel, que se sente culpado hoje pelas consequências negativas que acredita ter acometido a sua família, pelo seu excesso de trabalho e sua ausência na vida da família quando trabalhava:

[...] afetou minha família porque minha mulher também é médica, e ela trabalhava, então a nossa presença para os filhos era pequena [...]. Professor particular pra eles, professor pra isso, pra isso. E aí eu não consegui que eles seguissem o que eu gostaria que eles fossem, isso é um trauma que eu tenho até hoje. Então eu acho que isso, nesse momento, em função da minha dedicação ao ensino, eu não tive a sorte de ter os filhos como eu gostaria que eles fossem. Eles não seguiram meus hábitos, porque pouco conviveram nessa época. [...] essa dedicação ao trabalho, ao magistério e à função de médico, né (sic)? Então, eu era uma pessoa que chegava em casa sempre no início da noite e ainda ia ler, estudar alguma coisa. Então isso eu acho que me causou, hoje me causa uma certa preocupação [...]. E, eu me sinto, toda vez que eu vejo as dificuldades deles no mundo de hoje, eu me culpo, porque eu me dediquei de tal forma ao magistério e ao exercício da vida que numa certa fase da vida eu não pude estar junto, nem orientá-los. Isso eu sinto. Lamentavelmente, minha mulher também é médica e chegava tarde em casa. Então, essa dívida eu tenho [...] (GABRIEL).

Esse reencontro com a família na aposentadoria pode trazer necessidades de reorganizações ao se defrontar com a realidade à qual se estava como espectador e não tanto como autor. Essas questões revelam-se na fala do docente aposentado Rodrigo, quando questionado sobre as repercussões na vida familiar após aposentadoria:

[...] olha eu acho que sim. Por quê? É... Você fica mais presencial né (sic). A gente começa a, às vezes eu fico: “gente, hoje eu tenho que ir pro (sic) banco porque eu tenho que pagar não sei o quê, porque eu tenho que fazer não sei o quê”. E quando eu trabalhava ficava o dia todo fora. Como é que era minha vida hein? Não tem tempo pra nada né (sic). E na relação é o mesmo, entre pais e filhos, entre pai... Oh, entre

esposo e esposa, né. Essa relação nossa fica muito mais íntima né (sic). Muito mais (RODRIGO).

Maiza afirma que o retorno para família, após ser aposentada como docente do ensino superior, não foi fácil, pois encontrou também o marido aposentado e, diferente dela, sem nenhuma atividade de trabalho.

Pra te falar a verdade, pra mim foi mais difícil a aposentadoria do meu marido do que a minha. Porque ele não quer fazer nada, ele se aposentou e fica o dia todo em casa, lê livro, vê filme, vê coisa no computador, resolve coisa de casa. Eu digo: “Ah [marido]..., tá precisando de alguma coisa ali?”. E isso me agoniava muito. Até o dia que ele sentou e conversou comigo: “Maiza, no dia que eu sentir falta (inaudível)” (risos). Eu queria arrumar trabalho pra ele todo dia (MAIZA).

Luiza também relata, que apesar de ainda ter vontade de manter uma vida de lazer e social mais ativa, tais como ir à praia, assistir a apresentações de bumba-boi, etc., o seu marido “cristalizou em ficar em (risos) casa e não sai”.

A aposentadoria trouxe para Pedro outras tarefas além das que ele já desenvolvia. Ele sempre foi responsável de fazer as compras no supermercado, de ir ao banco, etc. Contudo, a aposentadoria trouxe mais uma obrigação familiar que não é bem aceita por Pedro, como de cuidar muito tempo da neta de 4 anos, e que prefere tomar seu tempo com leituras.

Eu resolvo o que tem na minha casa, de um lado para o outro fazendo uma coisa e outra. Não fico muito em casa. E às vezes ainda tem que cuidar da neta. Eu tenho uma neta, e a minha filha às vezes deixa, porque ela trabalha, ela é dentista e o marido dela é médico. Eles não têm muito tempo. Sabe que babá hoje só fica até 5 horas da tarde. Eles até têm uma babá, mas ela fica só até 5 horas e fim de semana, muitas vezes, ela fica lá em casa, porque eles querem sair à noite e tal. Então, a gente tem que tomar conta da neta. Bom não é não, mas tem que fazer. Inventaram um balé. Aí eu vou deixar lá na escola de balé. Isso rouba muito tempo. Quando ela tá lá em casa ninguém pode deixar nem um minuto só. Todo tempo acompanhando. Então, fim de semana geralmente ela vai lá para casa. Cuidar dos netos! (risos). Mas, eu não tenho esse problema com ocupação não, porque ocupação sempre tem, eu gosto muito de ler, tá estudando alguma coisa. Eu faço isso constantemente (PEDRO).

Para Maiza, com a aposentadoria ela teve que ouvir comentários dos filhos que ela precisaria desacelerar e ficar mais presente na vida do marido:

Agora, o principal ponto da minha aposentadoria é que os filhos reclamam achando que eu tenho que ficar dentro de casa, pra eu dar assistência pra ele, eu digo: “menino, A... não precisa de mim, não”. Assim, porque ele é muito calado, muito na dele, ele não fica enchendo saco de ninguém, ele fica na dele, então eu ficar em casa ou não tanto faz, mas os filhos acham que ele precisa, que eu tinha que me dedicar mais a ele, que eu tinha que ir desde quinta-feira pra B... Não, minha vida não vai se restringir a isso, de jeito nenhum (MAIZA).

Afirma, ainda, que não é uma avó típica e que tem uma neta de 16 anos que mora com ela devido à proximidade da escola da adolescente. Mas, assim como Pedro, não gosta de se responsabilizar pela rotina dos netos.

É, mas assim, não sou uma avó que se responsabiliza pelos netos, não. Até porque os meus filhos assumem. O de cinco anos, o pai dele não mora aqui, então a mãe dele que assume tudo, não casaram e tudo, então não me dá trabalho. Os do meu filho que é casado, certinho, direitinho, eles assumem, eles que levam. A... vai a pé para a escola, M... também mora com a mãe dele, então não dá [...]. Buscar na escola ou então levar num balé, mas pouca coisa também, eles não são de tá (sic) toda hora solicitando [...]. Até tem uma neta que a outra vó: “Mas, Maiza...”, eu “tu ainda não notou que eu sou aquela que chega só pra brincar, tu é que tá no dia a dia com ela se desgastando” (risos).

Sobre o seu reencontro com a família, Rodrigo acrescentou que fica:

Mais próxima. Mais próxima. (pausa longa). E às vezes no trabalho, naquele dia a dia tu deixa de falar até uma coisa (risos). Ah! lembrei agora, pra te falar desde ontem eu não falei (risos). Quantas vezes, né (sic)? Agora não, a gente já tá, mais próximo mesmo né (sic)?

Luiza relata que, após o marido ter se aposentado e ficar muito tempo em casa por causa de saúde fragilizada, deu entrada na aposentadoria.

Aqui, é só eu e meu marido, porque os filhos todos estão fora. Eu tenho uma filha que saiu daqui pra Fortaleza [...]. Um hoje trabalha no Instituto do Coração. A M..., a mais nova, também fez doutorado, em Araraquara e casou e tá (sic) por lá. E o único que está aqui comigo, casado. Acontece o seguinte, o meu marido se aposentou fazia uns dez anos [...].

Contudo, estes reencontros com a família exigem também uma necessidade de continuar uma vida social após a aposentadoria. Ao ser questionado sobre como se sentia como aposentado, Gabriel relata que aposentar-se trouxe mudança da rotina social:

[...] a gente tava (sic) até tava (sic) falando com minha esposa, como a gente não tem essa possibilidade de tá (sic) saindo junto, né (sic)? Então é muito difícil. Eu digo: “olha a gente tem que sair (risos)”. Né (sic) não? Então quando os meninos estão na faculdade, nas férias não, porque eles podem ficar e... aí a gente sai né (sic)? A última viagem que a gente fez foi, deixa eu ver, tá (sic) com um ano. A gente foi pra um congresso da igreja, há três anos [...]. Depois de lá a gente não viajou mais né? E também com os amigos. Ficou mais em torno dos irmãos da igreja, entendeu? Tá? Até por exemplo, eu fiz um aniversário, se ela vai eu fico, se eu vou ela fica né (sic)?

Além da rotina social, há uma necessidade de reorganização das atividades que antes eram voltadas para a docência. Vai se “[...] substituindo esse roteiro e outras coisas, né (sic)? O hábito de tá (sic) preparando aula, de tá (sic) corrigindo prova” (GABRIEL). O início

da aposentadoria pode representar, também, uma sensação de liberdade para curtir mais a família, o lazer, etc.

[...] na verdade, eu me aposentei e parei primeiro pra usufruir um pouco, porque essa minha profissão de médico, professor, ela não me deu a capacidade de exercer as outras coisas que eu gostaria de fazer, por exemplo, ir na Espanha em junho e comer um prato que tem lá especial que é trufa, comer uma trufa e tomar um vinho espanhol [...] (GABRIEL).

Mas, pode ao longo do processo de envelhecimento ir se modificando por questões de isolamento, de saúde e, conseqüentemente, mudanças nas questões financeiras: “[...] agora eu não posso mais fazer porque eu tô (sic) liso (risos), mas eu fiz isso várias vezes [...]” (GABRIEL).

Ao ser questionado sobre algo mais a relatar da aposentadoria, ou seja, a história de pós-aposentadoria, algo que pudesse contribuir, Rodrigo corrobora que a busca de sentido na pós-aposentadoria tem a ver com a manutenção da saúde: “[...] eu tô (sic) fazendo um rascunho, de um livro, entendeu? E eu tô (sic) botando assim... minha vida depois de aposentado (risos). [...] (risos) de vez em quando eu boto um pedacinho... Um pedacinho envolvendo as lembranças”.

Nesse sentido, faz-se necessário questionar se essa busca por uma reestruturação de vida fora do trabalho teria, portanto, alguma equivalência com a mobilização subjetiva que acontece no processo do trabalho, a fim de buscar alternativas de transformar sofrimento em prazer. Sabe-se que na ruptura do canal de ressignificação de sofrimento e na falta de reconhecimento, pode-se ter o sofrimento (MENDES, 2008).

Portanto, chama-se a atenção que Tereza, em suas atividades de estimulação, demonstra também que é possível a ressignificação subjetiva acontecer fora do modelo considerado como trabalho na sociedade contemporânea. Pode-se afirmar que ela também vivencia trocas entre pares, mantém tarefas e contribui com suas colocações diante dos assuntos discutidos no Centro de Estimulação. Em sua fala, Tereza atribui satisfação diante das tarefas desenvolvidas no seu grupo de estimulação cognitiva e no contato com pessoas da mesma idade e de outras gerações. Desta forma, o sofrimento pela morte do esposo e, conseqüentemente, pela aposentadoria, foi transformado em vivências de prazer.

Pedro buscou como estratégia de mediação a continuidade em ministrar aulas de línguas, mesmo que não fosse mais para o nível superior. Acrescenta o quanto tem relevância para ele lecionar no núcleo de línguas, e que apesar de ganhar pouco, é neste espaço que busca “[...] não ficar também o tempo todo sem fazer nada, porque aqui, quer dizer, quem tem família

vai ficar com a família, e eu quase não tenho ninguém aqui da minha família, nem da minha família nem da minha mulher. Então eu só tenho aqui a minha filha mesmo” (PEDRO). Por que não ficar em contato com essa pequena família? Percebe-se, durante toda a fala de Pedro, que ele sente falta da “família social” que o trabalho lhe proporcionava.

O cotidiano de Pedro como aposentado é diferente dos demais entrevistados, pois é o único que mantém uma atividade atrelada à docência e que relata manter o contato com a estrutura da UFMA, mesmo que seja para tirar cópi. Para Neri (2014), um dos componentes de decisão individual para a aposentadoria refere-se aos planos se o aposentado migrará ou não para outro trabalho remunerado ou outra carreira.

Fica evidente na fala dos seis entrevistados o quanto o pertencimento social e o reconhecimento de terem sido docentes do ensino superior referencia certo prestígio, favorecendo positivamente suas subjetividades diante da dinâmica contribuição/retribuição. Assim, quatro docentes buscaram a revalorização fora do ambiente de trabalho antes vivenciado, através do que Dejours (2011b) denomina de atividade socialmente valorizada, ou seja, é a partir do julgamento do outro que se legitima a utilidade técnica, social e econômica, diante das novas possibilidades aos que se aposentam.

Diante do fim da carreira profissional do docente e com a aposentadoria, a atividade socialmente valorizada precisa ser ressignificada. Maiza, Rodrigo e Teresa buscaram atividades fora do âmbito da docência e Pedro, apesar de sair da docência do ensino superior, manteve-se lecionando. Pedro coloca ainda que seu “prazo de validade” para continuar trabalhando é até os 80 anos, por saber que o envelhecimento tira capacidades. Desta forma, a aposentadoria trouxe para este docente “inativo” desafios como o reencontro familiar.

Com a aposentadoria, as perdas tendem a ser mais numerosas, em função da centralidade do trabalho na sociedade contemporânea. Com isso, o processo de ruptura da atividade laboral se apresenta complexo e influenciado por diversos fatores trazidos ao longo desta dissertação: o sentido dado ao trabalho, o reconhecimento por esse trabalho, a situação familiar, as necessidades de convivência e de preenchimento do tempo, dentre outros, tais como as particularidades de categorias profissionais. Tais fatores precisam ser considerados ao se analisar as repercussões que a aposentadoria traz na subjetividade de cada trabalhador.

Em específico, o fim da carreira como docente do ensino superior pode forjar novas formas de subjetivação, engendradas a partir das limitações impostas pelo afastamento do trabalho e pelo processo de envelhecimento. Assim sendo, o docente aposentado precisará redefinir papéis, estabelecer novos pontos de referências e objetivos de vida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aposentadoria é um dos acontecimentos de maior repercussão na subjetividade do trabalhador, exigindo reorganizações na rotina, nas relações sociais e familiares, conforme se constatou durante o percurso desenvolvido nesta pesquisa. Com bases nas análises realizadas, identificou-se que existem maneiras individuais, ou seja, subjetivas, de lidar com a saída do mundo do trabalho. Nem todos os aposentados conseguem experimentar este acontecimento de maneira prazerosa e tranquila, pois a aposentadoria, atrelada ao envelhecimento, comparece como sinônimo de inatividade e inutilidade.

Entende-se que, ao ocupar o lugar do não trabalho, a partir da aposentadoria, exista provável desencadeamento de sofrimento e angústia e, deste modo, os sujeitos vivenciam um processo de necessidade de reestruturação da vida. Com o afastamento do trabalho, provocado pela aposentadoria, é possível que aconteça o afastamento de uma vida social antes trazida pelo ambiente laboral e, em especial, aos entrevistados desta pesquisa. Tal atitude pode representar o comprometimento do processo de reconhecimento oportunizado pelo exercício da docência. Deixar a carreira profissional da docência do ensino superior representa se afastar de um lugar de pertencimento, dos ganhos permeados pelo saber e de um relativo prestígio na sociedade.

Frente a esse cenário de ruptura com o cotidiano laboral, é necessário o uso de estratégias de mediação na busca de caminhos alternativos para dar continuidade ao sentimento de pertencimento social. Em outras palavras, é preciso que a pessoa cultive outros projetos de vida. Alguns dos professores “inativos” entrevistados buscaram manter-se em outros tipos de trabalho como, por exemplo, trabalho voluntário e trabalho informal, a fim de não interromper a dinâmica da vida, pois há outras possibilidades de “trabalho”.

Outro fator que chama atenção é o “reencontro familiar” após a aposentadoria, uma vez que, durante o percurso profissional, o convívio com a família acaba sendo reduzido e, ao se aposentar, é provável que os laços familiares se estreitem. Na vivência da aposentadoria, o tempo livre se torna ampliado, o que pode acirrar disputas e conflitos familiares já existentes e não enfrentados.

Não se desconhece que mediações psicossociais sempre são necessárias, e até bem-sucedidas para o desenvolvimento humano, a fim de que a realização de projetos seja concretizada. Neste sentido, durante a carreira profissional, essas mediações estão presentes “no” e “pelo” trabalho, diminuindo a possibilidade de mediações nas relações familiares.

Retomando o questionamento central desta pesquisa, sobre quais seriam as possibilidades durante a aposentadoria de transformar sofrimento em prazer, como acontece

durante a vivência laboral através da mobilização subjetiva, pôde-se inferir que os docentes aposentados, que tiveram a permanência da dinâmica contribuição/retribuição com novas atividades, mostraram-se mais ativos e saudáveis.

Dois dos seis entrevistados permaneceram ativos através de outras formas de trabalhos sem vínculos empregatícios. Outro docente entrevistado desenvolve hoje um trabalho totalmente voluntário, e uma das professoras inativas encontra-se em atividades com novos grupos sociais. Desta forma, pode-se inferir que estes são os docentes que vivenciam maiores oportunidades de retribuição e reconhecimento.

O interessante é que os entrevistados que continuaram buscando atividades para a manutenção do prazer e do reconhecimento o fizeram fora do âmbito da família. Colaborar e contribuir com atividades “para” e “na” família não possui a mesma valia desenvolvida por um trabalho formal e, não no mesmo grau de valorização de um trabalho informal. Este fato é pontualmente explicado pela Psicologia Sócio-Histórica, pois as tarefas domésticas, antes desenvolvidas, ou as novas tarefas atribuídas ao aposentado, como, por exemplo, levar e buscar os netos na escola, não são reconhecidas.

Outro ponto central desta dissertação é o reconhecimento trazido no trabalho, discutido a partir da Psicodinâmica do Trabalho. Mesmo não estando mais na docência do ensino superior, os entrevistados trouxeram em seus relatos que ter sido docente da UFMA possibilitou reconhecimento. Desse modo, os professores falam de um reconhecimento que foi efetivo na carreira profissional como docentes, tendo deixado, assim, tanto marcas positivas quanto negativas na subjetividade de cada um dos seis professores.

Como destaca Dejours (2011b), o reconhecimento é marcado pelos julgamentos de pares, superiores e alunos e, com isso, pode-se afirmar que os docentes se sentem reconhecidos. Há um destaque em seus discursos sobre a qualidade de trabalho exercida por eles durante a carreira, levando-os a relatarem o sentido obtido com o trabalho, bem como os frutos colhidos em suas subjetividades.

Percebeu-se, assim, que ao descreverem suas trajetórias dentro da UFMA ressaltam claramente a importância que tiveram na contribuição com os cursos que ajudaram a construir. Percebeu-se, ainda, que ao relatarem seus percursos profissionais, descreveram também as histórias destes cursos, reafirmando o reconhecimento através do julgamento da estética e de utilidade trazidos para discussão nesta pesquisa.

Considerando a especificidade dos entrevistados nesta pesquisa, de estarem aposentados por até 15 anos, os mesmos demonstram o quanto existe um relativo reconhecimento da carreira do docente de ensino superior. Contudo, ainda terão este mesmo reconhecimento

aqueles docentes que se aposentarão daqui a 10 anos? Como discutido no capítulo 4, o ensino superior vem sendo impactado por diversas transformações, exigindo dos docentes atuais um valor e uma necessidade de adaptação aos novos paradigmas de produtividade e qualidade.

Verificou-se, nesta pesquisa, o seguinte: os docentes que buscaram manter atividades que ainda trouxessem reconhecimento, demonstram menos repercussões negativas em suas subjetividades. Já para os professores inativos que se encontram mais restritos ao ambiente de casa, sem muita ocupação e com sentimentos de inutilidade, observou-se mais repercussões negativas como a tristeza pela “inatividade”. Supõe-se que dois dos docentes entrevistados, diante de familiares e da sociedade que os tolhem em suas autonomias, não conseguiram se lançar em busca de novos projetos que pudessem mantê-los “ativos”. Desta maneira, não tiveram oportunidades de manter a ressignificação do sofrimento em prazer.

Demonstra-se, assim, com os discursos dos professores aposentados, que a partir da “inteligência prática” eles se lançaram em novos projetos, contribuindo com outras pessoas. Então, por meio de trabalho informal ou voluntário, continuam a construir estratégias de mediações e enfrentamento para não adoecerem.

Sobre como lidam com o envelhecimento, todos afirmaram ter receio do envelhecimento. Pontuaram que há dificuldade em lidar com o envelhecimento e suas limitações, principalmente as físicas. Contudo, no relato que mais comparece o sinônimo de inatividade e inutilidade, caracterizadas pelo envelhecimento, foi da docente que se vê podada pelo envelhecimento do marido, relatando com muita precisão e pesar que a violência simbólica e o possível preconceito etário no convívio social comparecem, repercutindo negativamente na sua subjetividade.

É necessário compreender que o envelhecimento, como qualquer outro processo de desenvolvimento humano, traz perdas e ganhos, e que é preciso pensar no mundo do trabalho sem restringi-lo apenas à ideia de emprego. Para Lopes (2018), é preciso haver um movimento onde se possa repensar sobre a ocupação humana, e quais seriam as várias maneiras de trazer sentido para a vida das pessoas, além do trabalho; além do emprego.

Pode-se confirmar, a partir dos discursos dos entrevistados e das discussões realizadas no grupo de pesquisa sobre aposentadoria que, garantir um bem-estar na aposentadoria depende não só da história do sujeito no trabalho, mas também da capacidade de ressignificação singular de como cada um lida com o esvaziamento e a ruptura do cotidiano laboral.

Urge, desse modo, criar oportunidades para um processo de transição mais saudável entre o trabalho e a aposentadoria, de maneira que proporcione novas atividades para

reconstituir a subjetividade do inativo, e que este possa conquistar outras possibilidades de referência social e reafirmar o sentimento de utilidade e de pertença diante de uma sociedade que valoriza apenas como algo atrelado ao emprego, desmerecendo, assim, o trabalho desenvolvido pelo prazer de se sentir útil, tais como: trabalhos voluntários e trabalhos informais.

É necessário que no Brasil se discuta e se compreenda a velhice como uma realidade. O primeiro passo se faz na necessidade de discutir por que no Brasil o envelhecimento não é visto como uma conquista. Mesmo os idosos brasileiros que possuem certa independência e autonomia tendem a ser vistos como sinônimo de inutilidade.

A população de idosos brasileira apresenta um crescimento considerável. Logo, é preciso promover ações e ampliar visões para além da concepção reducionista relativa ao envelhecimento. É necessário, desse modo, que haja um olhar menos implacável e mais voltado para uma maior igualdade entre as gerações, proporcionando, assim, maior dignidade aos que se aposentam e envelhecem no Brasil.

Concorda-se com Couto e Marques (2016) que este cenário só mudará quando existir mudanças no modo de se pensar o envelhecimento e, conseqüentemente, de se repensar o conceito de inatividade. Nesse sentido, é fundamental que ações anti-idaísmo - e além de tudo, práticas de um gerenciamento do envelhecimento-, possam propiciar uma visão menos intransigente àquele que está envelhecendo e, conseqüentemente, é imprescindível ações no mundo do trabalho que preparem para a aposentadoria.

Há uma carência de estudos sobre como no Brasil promover melhores relações entre gerações através de políticas públicas que possam inserir o idoso. Constata-se que, mesmo diante de todo o cenário de medidas protetivas relatadas nesta dissertação, as pessoas mais velhas são alvo de discriminação e de menos valorização.

Sugere-se que no Brasil haja mais investimentos em Programas de Preparação para Aposentadoria (PPA), o qual nenhum entrevistado citou ter participado. Estes programas propiciam reflexão na busca de alternativas após as aposentadorias oficiais que, segundo Zanelli, Silva e Soares (2010), pode ser através de um trabalho autônomo, ou até de atividades realizadas na mesma organização de modo voluntário, mas que haja atividades que propiciem sentimento de utilidade.

Corroborar-se, assim, com Zanelli, Silva e Soares (2010) quando afirmam que o fenômeno da aposentadoria deve ser repensado dentro das organizações, e a preparação para o momento de ruptura oficial com trabalho precisa se configurar como uma prática antecipada. Como exemplo de implementação de preparação para aposentadoria como um processo, cita-

se o Japão. A partir dos 60 anos, o trabalhador vai diminuindo progressivamente o seu horário de trabalho e vai investindo em alguma habilidade ou *hobby* que lhe traga prazer, e começa a treinar os mais jovens sobre a função exercida por ele (LOPES, 2018).

No Brasil não é comum o fato de as organizações apresentarem estratégias efetivas de preparo para a aposentadoria. Com a aposentadoria é preciso pensar e reinventar as ocupações dos indivíduos, levando em consideração a história de vida e, também, o percurso de trabalho desenvolvido. Com isso, defende-se a importância de uma preparação para aposentadoria durante toda a vida profissional, considerando desde o ingresso no mundo do trabalho e acompanhando todo o processo de construção da carreira profissional.

É ilusório pensar que apenas algumas discussões sobre a aposentadoria e sobre as repercussões na subjetividade trazidas por ela esgotem esse assunto. A proposta que se sinaliza nesta pesquisa aponta para a adoção de estratégias de mediação que busquem novas possibilidades de trabalho, e não necessariamente emprego. Há várias estratégias a serem discutidas, apresentadas e debatidas no âmbito das políticas públicas e das políticas de carreiras.

Convém ampliar essa discussão também pelo meio científico, uma vez que ao realizar estudos em gerontologia e, em especial, quando se estuda a aposentadoria, deve-se levar em consideração os contextos que permeiam o processo de envelhecimento, tais como: o meio sociocultural, a trajetória profissional, as relações familiares, os valores e atitudes. O envelhecimento e, conseqüentemente, a aposentadoria, precisam ser vistos e estudados como heterogêneos.

Contudo, conclui-se que aposentar-se não significa aposentar da “vida”, ou seja, não se deve abdicar do convívio social e, mais ainda, de um investimento da continuidade de sentido de pertença e utilidade, de um lugar de referência social.

Faz-se necessária uma reflexão acerca da relevância de realização de estudos que visem identificar os modos de enfrentamento diante da aposentadoria, conforme citado e discutido ao longo do desenvolvimento da dissertação, pois a aposentadoria tende a trazer mais vivências de desamparo, sofrimento e adoecimento do que prazer. Há sim, várias possibilidades de manter ativo aquele que se encontra no lugar do não trabalho na sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira; CAMARANO, Ana Amélia; GIACOMIN, Karla Cristina (Org.). *Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões*. **IPEA**: Rio de Janeiro, 2016.

ALONSO, L. **Políticas públicas de qualificação social e profissional no Brasil**: evolução, cenário atual e principais desafios. (Graduação em Administração Pública) - Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Belo Horizonte, 2012. 92f.

ANTUNES, Ricardo. **O Sentido no Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 ed. São Paulo: Bontempo, 2009.

AUGUSTO, Maria Helena Oliveira Gonçalves. As reformas educacionais e o ‘choque de gestão’: a precarização do trabalho docente. In: **REUNIÃO ANUAL DA ANPED**, 28. Caxambú: ANPED, 2005.

BEAUVOIR, Simone. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BENDASSOLLI, Pedro Fernando. Trabalho e identidade: insegurança ontológica na experiência atual com o trabalho. **Ideias & Letras**. São Paulo, 2007.

_____. Reconhecimento no trabalho: perspectivas e questões contemporâneas. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v. 17, n. 1, p. 37-46. 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/2871/287123554005/>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

BENTES, Ana Claudia de Oliveira; PEDROSO, Janari da Silva; CRUZ, Edson Júnior Silva. A Vivência da Aposentadoria: um estudo com idosos residentes em uma instituição de longa permanência. In: FALCÃO, Deusivania V. da S.; ARAÚJO, Ludgleydson F.; PEDROSO, Janari da S. (Orgs.). **Velhices**: temas emergentes nos contextos psicossocial e familiar. Campinas: Alínea, 2016. p. 101-112.

BITENCOURT, Betina Magalhães, et al. Para além do tempo de emprego: o sentido do trabalho no processo de aposentadoria. **Revista de Ciências da Administração**, v. 13, n. 31, p. 30-57, 2011. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/2735/273522105003/>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça; FURTADO, Odair (Org.). **Psicologia Sócio Histórica**: uma perspectiva crítica em Psicologia. São Paulo: Cortez, 2001.

BOSI, Antônio de Pádua. A precarização do trabalho docente das Instituições de Ensino Superior no Brasil nesses últimos 25 anos. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 101, p. 1503-1523, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasil, 2003. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.741.htm>. Acesso em: 23 mai. 2017. Não paginado.

_____. Ministério da Previdência Social. Anuário Estatístico da Previdência Social. **Anuário Estatístico da Previdência Social/Ministério da Previdência Social, Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social** - Ano 1 (1988/1992) - Brasília: MPS/DATAPREV, 2006.

_____. Ministério da Previdência Social. **FÓRUM: Economistas reiteram que reforma da Previdência precisa ser promovida**, 2017. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/2017/05/forum-economistas-reiteram-que-reforma-da-previdencia-precisa-ser-promovida>>. Acesso em: 23 mai. 2017. Não paginado.

BRESSAN, Maria Alice Coelho, et al. Bem-estar na aposentadoria: o que isto significa para os servidores públicos federais? **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 259-272. 2013. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/4038/403838811006.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2017.

CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange. Como as famílias brasileiras estão lidando com idosos que demandam cuidados e quais as perspectivas futuras? A visão mostrada pelas PNAD. In: CAMARANO, Amélia (Org.). **Cuidados de longa duração para a população idosa: um novo risco social a ser assumido?** Rio de Janeiro: Ipea, 2010. p. 93-122.

CAMARANO, Ana Amélia. **Texto para discussão nº 1840: Estatuto do Idoso: avanços com contradições**. Rio de Janeiro: IPEA, 2013.

_____. Introdução. In: ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira; CAMARANO, Ana Amélia; GIACOMIN, Karla Cristina (Org.). **Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões**. IPEA: Rio de Janeiro, 2016. p. 15-47.

CAPES. Programas de Pós-Graduação em Mestrado e Doutorado. **Plataforma Sucupira**, 2018. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/listaPrograma.jsf>>. Acesso em: 07 agos. 2018.

CARNEIRO, Priscila Oliveira. Ensino Superior no Brasil e o Trabalho Docente. VII Encontro de Pesquisa em Educação. **Revista Encontro de Pesquisa em Educação**. Uberaba, v. 1, n. 1, p. 102-154, 2013.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

COSTA, Sérgio Henrique Barroca. Sentido do trabalho. In: VIEIRA, Fernando de Oliveira (Org.). **Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013. p. 376-379.

COUTO, Maria Clara Pinheiro de Paula; MARQUES, Sibila. Atitudes em relação ao envelhecimento: vamos falar sobre o idadismo? In: FALCÃO, Deusivania V. da S.; ARAÚJO, Ludgleydson F. de Araújo; PEDROSO, Janari da S. (Orgs.). **Velhices: Temas emergentes nos contextos psicossocial e familiar**. Campinas: Alínea, 2016. p. 17-32.

DEJOURS, Christophe. Subjetividade, trabalho e ação. **Revista Produção**, v. 14, n. 3, 2004. p. 27-34. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/prod/v14n3/PROD%20v14%20n3.pdf#page=27>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

_____. Addendum: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. In: LANCMAN, Selma; SZNELWAR, Laerte Idal (Orgs.). **Christophe Dejours**. Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. Brasília: Paralelo 15, 3 ed. 2011a. p. 57-123.

_____. Entre sofrimento e reapropriação: o sentido do trabalho. In: LANCMAN, Selma; SZNELWAR, Laerte Idal (Org.). **Christophe Dejours**: da psicopatologia à Psicodinâmica do trabalho. 3 ed. Rio de Janeiro: Paralelo 15. Fiocruz, 2011b. p. 433-447.

_____. **O trabalho vivo, trabalho e emancipação**. Vol. 2. Brasília: Paralelo 15, 2012.

DEJOURS, Christophe; ABDOUCHELI, Elizabeth. Itinerário teórico em psicopatologia do trabalho. In: DEJOURS, Christophe; ABDOUCHELI, Elizabeth; JAYET, Christian. (Orgs.) **Psicodinâmica do Trabalho**: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. 15 ed. reimpr. São Paulo: Atlas, 2014. p. 119-145.

FALEIROS, Vicente de Paula. A pessoa idosa e seus direitos: sociedade, política e constituição. In: BERZINS, Marília Viana; BORGES, Maria Cláudia (Orgs.). **Políticas Públicas para um país que envelhece**. São Paulo: Martinari, 2012. p. 45-66.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: UNB, 2008.

FARIA, José Henrique de; RAMOS, Cinthia Leticia. Tempo dedicado ao trabalho e tempo livre: os processos sócio históricos de construção do tempo de trabalho. In: **RAM, Rev. Adm. Mackenzie**, v. 15. n. 4. São Paulo, 2014, p. 47-74. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/1954/195432529003/>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

FERREIRA, Mário Cesar; MENDES, Ana Magnólia. Ergonomia da Atividade & Psicodinâmica do trabalho: um diálogo interdisciplinar em construção. In: FERREIRA, Mário Cesar; MENDES, Ana Magnólia. **Trabalhos e Riscos de Adoecimento**: O Caso dos Auditores-Fiscais da Previdência Social Brasileira. São Paulo, 2003. p. 11-31.

FERREIRA, João Batista de Oliveira; MARTINS, Soraya Rodrigues; VIEIRA, Fernando de Oliveira. Trabalho vivo como apropriação do inapropriável e criações de formas de vida. **Trabalho Em(Cena)**. 2016, v. 1, n. 1, p. 29-49.

FONTOURA, Daniele dos Santos; PICCINNI, Valmíria Carolina. Envelhecimento populacional e gestão de pessoas: pesquisas internacionais e notas para o Brasil. **Anais... Encontro da ANPAD**. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 36, 2012.

FRANÇA, Lucia; STEPANSKY, Daisy (Orgs.). **Propostas multidisciplinares para o bem-estar na aposentadoria**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2012.

FRANÇA, Polyana Imolesi Silveira. **A precarização do trabalho docente no ensino superior**: o processo de mercantilização da educação e a desprofissionalização docente. Minas Gerais: UFMG, 2015.

FREIRE, Fabiana Moreira, et al. As repercussões do processo da aposentadoria na subjetividade de docentes de uma instituição de ensino superior. **Anais... XXV Seminário Nacional UNIVERSITAS**, 2017, Brasília: UNIVERSITAS, 2017.

FREITAS, Léda Gonçalves de. Centralidade do Trabalho. In: VIEIRA, Fernando de Oliveira (Org.). **Dicionário crítico de gestão e Psicodinâmica do trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013. p. 77-81.

GERNET, Isabelle. Psicodinâmica do reconhecimento. In: MENDES, Ana Magnólia. (Org.). **Psicodinâmica e clínica do trabalho: temas, interfaces e casos brasileiros**. Curitiba: Juruá, 2010. p. 61-76.

GIACOMIN, Karla Cristina. Envelhecimento populacional e os desafios para as políticas públicas. In: BERZINS, Marília Viana; BORGES, Maria Claudia (Orgs.). **Políticas Públicas para um país que envelhece**. São Paulo: Martinari, 2012. p. 19-44.

GONÇALVES, Maria da Graça. A psicologia como sujeito da ciência do sujeito e da subjetividade: a historicidade como noção básica. In: BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça; FURTADO, Odair (Orgs.). **Psicologia Sócio Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 37-52.

GRATÃO, Aline Cristina Martins, et al. Dependência funcional de idosos e a sobrecarga do cuidador. **Rev. Esc. Enferm USP**, v. 47. n. 1. 2013, p. 137-144. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/3610/361033324017/>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

GUNTHER, Isolda de Araújo. Envelhecimento, relações sociais e ambientais. In: FALCÃO, Deusivania Vieira da Silva; ARAÚJO, Leudgleydson Fernandes de (Org.). **Psicologia do envelhecimento: relações sociais, bem-estar, subjetivo e atuação profissional em contextos diferenciados**. Campinas: Alínia, 2009. p. 11-26.

IBGE - **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 27 jun. 2017.

IPEA - **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, 2016. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/portal/>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

JOGAIB, Marta Luiza Montenegro; MUNIZ, Helder Pordeus. Aposentadoria e trabalho docente: momento de despedidas ou reencontros com o trabalho!? **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, 2015, vol. 19, n. 1, p. 47-59.

LANE, Silvia Tatiana Maurer. **O Que é psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LÉDA, Denise Bessa. Prazer e sofrimento no trabalho de professores: um estudo em instituições de ensino superior privadas no Maranhão. In: FREITAS, Léda Gonçalves (coord.) **Prazer e sofrimento no trabalho docente: pesquisas brasileiras**. Curitiba: Juruá, 2013. p. 107-127.

LOPES, Andrea. Velhices diversas. **Adaptare: geriatria e gerontologia para especialidades clínicas**. São Paulo: ano V, ed. 27, fev./mar./abr., 2018.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos**. Berlim, 1982. 2 reimpr. São Paulo: Bomtempo Editorial, 2008.

MAUÉS, Olgaídes Cabral. A agenda da OCDE para a educação: a formação do professor. In: CECÍLIO, Sálua; FALCONE, Dirce Maria Garcia. (Orgs.). **Formação e profissão docente em tempos digitais**. Campinas, Alínea, 2009. p. 15-39.

MENDES, Ana Magnólia. Da psicodinâmica à psicopatologia do trabalho. In: MENDES, Ana Magnólia. (Org.). **Psicodinâmica do Trabalho**: teoria, métodos e pesquisas. Rio de Janeiro: Casa do Psicólogo, 2007. p. 29-48.

_____. Prazer, reconhecimento e transformação do sofrimento no trabalho. In: MENDES, Ana Magnólia (Org.). **Trabalho & saúde**: o sujeito entre a emancipação e a servidão. Curitiba: Juruá, 2008. p. 13-25.

MENDES, Ana Magnólia; DUARTE, Fernanda Sousa. Mobilização Subjetiva. In: VIEIRA, Fernando de Oliveira (Org.). **Dicionário crítico de gestão e Psicodinâmica do trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013. p. 259-262.

MENDES, Ana Magnólia; MORRONE, Carla Faria. Trajetória teórica e pesquisas brasileiras sobre prazer e sofrimento no trabalho. In: MENDES, Ana Magnólia, et al. (Org.). **Psicodinâmica e Clínica do trabalho** - Temas, interfaces e casos brasileiros. 1 ed. Curitiba: Juruá, v. 1. 2010. p. 29-52.

MENEZES; Gustavo Silva; FRANÇA, Lucia Helena. Preditores da decisão da aposentadoria por servidores públicos federais. **Revista Psicologia Organizacional e Trabalho**, v. 12. n. 3. 2012, p. 315-328.

MOREIRA, Jacqueline de Oliveira. Imaginário sobre aposentadoria, trabalho, velhice: estudo de caso com professores universitários. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v. 16, n. 4, p. 541-550. 2011. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/2871/287122492005/>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

NASCIMENTO, Rejane Prevot, et al. “Trabalhar é Manter-Se Vivo”: Envelhecimento e Sentido do Trabalho para Docentes do Ensino Superior. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, mai/ago 2016. p. 118-138.

NATIVIDADE, Michelle Regina da; COUTINHO, Maria Chalfin. O trabalho na sociedade contemporânea: os sentidos atribuídos pelas crianças. **Psicologia e Sociedade**, v. 24. n. 2, p. 430-439, 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/3093/309326586021/>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

NERI, Anita Liberalesco. **Palavras-chave em gerontologia**. Campinas: Alínea, 4 ed. Coleção Velhice e Sociedade, 2014.

O GLOBO. Reforma da previdência - entenda proposta em 12 pontos. **O Globo**, 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/reforma-da-previdencia-entenda-proposta-em-22-pontos-19744743>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-144, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n89/22614>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

PRADO, Ricardo Augusto Nunes; PRADO, Mariana Siqueira. A precarização das relações de trabalho do professor em face da regulamentação do trabalho docente no Brasil. **Revista Trabalho & Educação**. v. 22, n. 1. UFMG, 2013.

PADILHA, Valquíria. **Tempo livre e capitalismo: um par imperfeito**. Campinas: Alínea, 2000.

PIRES, Marília Freitas de Campos. O materialismo histórico e a Educação. **Interface - Comunic., Saúde, Educ.** Botucatu: UNESP, 1997.

RAMOS, Márcia Ziebell; TITTONI, Jaqueline; NARDI, Henrique Caetano. A experiência de afastamento do trabalho por adoecimento vivenciada como processo de ruptura ou continuidade nos modos de viver. **Cadernos de Psicologia Social e do Trabalho**, v. 11, n. 2, 2008, p. 209-221. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172008000200006>. Acesso em: 20 nov. 2017.

RIBEIRO, Carla Vaz dos Santos; LÉDA, Denise Bessa. O significado do trabalho em tempos de reestruturação produtiva. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. UERJ: Rio de Janeiro, Ano 4, nº 2, 2º semestre de 2004. p. 76-83.

ROESLER, Vera Regina. **Posso me aposentar “de verdade”. E agora? Contradições e ambivalências vividas por bancários no processo de aposentadoria**. Tese (Doutorado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012. 225f. Disponível em: <<http://psiclin.ufsc.br/files/2010/09/2-TESE-versao-final-16-out.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2018.

_____. Quando o trabalho é essencial, a aposentadoria parece impossível: o caso de docentes universitários franceses. **Anais... X Anped Sul**, outubro, 2014.

ROIK, Anderson; PILATTI, Luiz Alberto. Psicodinâmica do trabalho: uma perspectiva teórica. **Anais... XXIX Encontro Nacional de Engenharia de Produção**, Salvador. ABREPRO, 2009.

SANTOS, Luciano de C. P. Formação de professores na cultura do desempenho. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1145-1157, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n89/22615.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

SCHMIDT, Debora Berger; MAGNABOSCO-MARTINS, Claudia R. Aposentar-se do que? Percepções de trabalhadores próximos da aposentadoria. **Estudos Contemporâneos da Subjetividade**. v. 1, n. 1. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2011. Disponível em: <<http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/695>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

SERRA, Jacira do Nascimento. Violência simbólica contra os idosos: forma sigilosa e sutil de constrangimento. **Revista de Pol. Públ.** São Luís, v. 14, p. 95-102, 2010. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/3211/321127307010/>>. Acesso em: 23 mai. 2017.

SILVA, Carlos Alberto Livino da. Envelhecimento humano: um olhar à senescência saudável. In: BARBOSA, Leopoldo; JUNIOR, Spencer. **Saúde do Idoso: uma abordagem multidisciplinar**. Recife: EDUPE, 2015. p. 23-45.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA. 2016. Disponível em: <<http://sbgg.org.br/>>. Acesso em: 27 jun. 2017.

SOUZA, Rosangela Ferreira; MATIAS, Hernani Aparecido; BRÊTAS, Ana Cristina Passarella. Reflexões sobre envelhecimento e trabalho. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15. n. 6. p. 2835-2843, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/csc/v15n6/a21v15n6.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2017.

STUART-HAMILTON, Ian. **A Psicologia do envelhecimento: uma introdução**. 3 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

TURATO, Egberto Ribeiro. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. **Rev. Saúde Pública**, v. 39, n. 3, p. 507-14, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v39n3/24808.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

UM SENHOR Estagiário. **Direção:** Nancy Meyers; **Figurino:** Jacqueline Oknaian; **Roteiro:** Nancy Meyers. EUA, 2015. (121 min.).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA. Histórico da UFMA. **Portal da Ufma**, 2017. Disponível em: <<http://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/historico.jsf>>. Acesso em: 20 set. 2017.

ZANELLI, José Carlos; SILVA, Narbal; SOARES; Dulce Helena Penna. **Orientação para aposentadoria nas organizações de trabalho: construção de projetos para o pós-carreira**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
CURSO DE MESTRADO ACADÊMICO EM PSICOLOGIA****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Convidamos você ou o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa “REPERCUSSÕES DA APOSENTADORIA NA SUBJETIVIDADE DE PROFESSORES DE UMA UNIVERSIDADE FEDERAL”, sob a responsabilidade da pesquisadora Marcela Lobão de Oliveira, a qual visa analisar as repercussões da aposentadoria na subjetividade de professores da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Sua participação é voluntária e se dará por meio de uma entrevista que será gravada e depois transcrita e analisada. Essa entrevista visa identificar as repercussões da aposentadoria na vida familiar de professores aposentados da UFMA; identificar as vivências de prazer e sofrimento psíquico do professor aposentado da UFMA na condição de servidor inativo; compreender o possível preconceito etário que o professor aposentado na condição de servidor inativo possa sofrer e comparar o tempo de aposentadoria e as repercussões na subjetividade do professor inativo.

Avaliamos como risco decorrente de sua participação na pesquisa, o desencadear de reações emocionais uma vez que, o senhor(a) irá relatar sua trajetória de trabalho e as possíveis repercussões negativas que a aposentadoria trouxe.

Caso as reações negativas sejam desencadeadas a pesquisadora por ser psicóloga fará suporte emocional com base no aconselhamento psicológico e o(a) acompanhará por um mês a fim de, perceber se houve algum prejuízo maior emocional e assim, indicar psicoterapia.

Caso o(a) senhor(a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (A) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo.

Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o pesquisador no endereço Rua São Bernardo, número 12, quadra 26, Olho D’água, pelo telefone (98) 3248-4404, ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Maranhão, situado na Avenida dos Portugueses S/n, Campus Universitário do Bacanga, Prédio do CEB Velho, PPPG, Bloco C, sala 07, São Luís - MA, telefone (98) 3272-8708.

São Luís, _____ de _____ de 201__.

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador Responsável

APÊNDICE B - Roteiro de Entrevista

IDADE:

GENERO:

TEMPO DE APOSENTADORIA:

DEPARTAMENTO DA UFMA O QUAL ERA VINCULADO ANTES DA APOSENTADORIA:

1. Faça um breve relato sobre seu percurso profissional.
2. Dentro do que você descreveu você gostaria de ter realizado algo a mais no seu percurso profissional?
3. Descreva como você se sentiu no período inicial da sua aposentadoria. Houve mudança nesse sentimento ao longo dos meses e/ou anos de aposentadoria?
4. Descreva sua rotina/cotidiano atual.
5. Aborde as repercussões da aposentadoria na sua vida familiar. Você acredita que houve mudanças dessas relações familiares considerando o tempo antes e depois da aposentadoria?
6. Aponte situações de satisfação e dificuldades que você experimenta na condição de professor aposentado?

ANEXO

ANEXO A - Liberação da Instituição para a Realização da Pesquisa**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO**

Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 – São Luís - Maranhão.

GABINETE DA REITORA

A U T O R I Z A Ç Ã O

Autorizamos a realização da pesquisa intitulada ***“Repercussões da Aposentadoria na Subjetividade de Professores de uma Universidade Federal”*** relativa ao Projeto de dissertação de Mestrado em Psicologia de **Marcela Lobão de Oliveira**, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia PPGPSI/UFMA, sob orientação da professora Dra. Carla Vaz dos Santos Ribeiro.

Conforme consta no projeto de pesquisa, o campo de estudo é a Universidade Federal do Maranhão (Campus de São Luís) e o objeto de estudo da pesquisa são os servidores do magistério superior aposentados por tempo de trabalho.

Sugerimos o encaminhamento ao Comitê de Ética em Pesquisa para obtenção da autorização para a concretização da pesquisa realizada.

São Luís (MA), 10 de abril de 2017.

NAIR PORTELA SILVA COUTINHO
Reitora